

Marta Mourão Kanashiro

Sorria, você está sendo filmado: as câmeras de monitoramento para segurança em São Paulo

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas,
sob orientação do Prof. Dr. Laymert Garcia dos Santos

Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em 20 de janeiro de 2006

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Laymert Garcia dos Santos (Orientador)

Prof^a. Dra. Cristina Meneguello

Prof. Dr. Peter Pál Pelbart

JANEIRO/2006

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

K131s	Kanashiro, Marta Mourão Sorria, você está sendo filmado: as câmeras de monitoramento para segurança em São Paulo / Marta Mourão Kanashiro. - - Campinas, SP : [s. n.], 2006.
Campinas,	Orientador: Laymert Garcia dos Santos. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
	1. Câmeras de vídeo. 2. Vigilância eletrônica – Brasil. 3. Serviços de segurança privada. 4. Mudança social – Brasil. 5. Planejamento urbano – São Paulo (SP). I. Santos, Laymert Garcia dos. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.
	(cc/ifch)

Palavras – chave em inglês (Keywords): Camcorders.

Electronic Vigilance – Brazil.

Private Security Services.

Social Change – Brazil.

City Planning.

Área de concentração : Sociologia.

Titulação : Mestre em Sociologia.

Banca examinadora : Laymert Garcia dos Santos, Cristina Meneguello, Peter Pál Pelbart.

Data da defesa : 20/01/2006.

RESUMO

Tendo em vista a proliferação de mecanismos de vigilância e controle nas sociedades contemporâneas ocidentais, esta dissertação busca refletir sobre as representações e discursos associados à inserção das câmeras de monitoramento para segurança no cotidiano brasileiro. A partir de um estudo de caso realizado na região central da cidade de São Paulo (Parque da Luz), do levantamento das proposições e normas legais que versam sobre o tema e do acompanhamento de publicações e feiras do setor de segurança eletrônica, procura-se fazer emergir tais discursos. A transformação da segurança em mercadoria e sua promoção por meio da idéia de prevenção ou antecipação são alguns dos aspectos percebidos na pesquisa como profundamente equacionados com essa prática. Baseando-se em aspectos como esses, argumenta-se que as câmeras de monitoramento participam de uma forma de exercício do poder na atualidade, que focaliza fluxos e mobilidade em detrimento do "indivíduo".

ABSTRACT

Considering the proliferation of surveillance and control mechanisms in the occidental contemporaneous societies, this dissertation aims at reflecting on the representations and discourses associated with the input of security camera monitoring system (CCTVs) in the Brazilian daily routine. Starting from a case study in the downtown area in São Paulo City (Parque da Luz), a survey of propositions and legal norms which deal with the subject, and going over publications and electronic security sector fairs, it aims at emerging these different discourses. The transformation of security into goods and its promotion by the idea of prevention or anticipation are some of the aspects focused on this research as deeply equated with this practice. Based on aspects like those, it is argued that the monitoring cameras are part of the current power practice, which focused on flows and mobility to the detriment of the "individual".

*A Alex Gebara
querido companheiro*

*Luísa K. Gebara
minha amada filha*

*Sueli Mourão e
Soisí Kanashiro
meus pais*

Agradeço ao meu orientador Laymert Garcia dos Santos por tudo o que seu pensamento instigante provoca. Seu apoio e sua sensibilidade foram fundamentais para a conclusão desse trabalho. Por motivos semelhantes, a todos os membros do grupo de pesquisa CTeMe, André, Cecília, Daniela, Luiz, Márcio, Martha, Osvaldo, Pierre, e em especial, a Pedro Peixoto Ferreira, pela valiosa contribuição.

À professora Maria Filomena Gregori pela leitura atenta, as importantes sugestões, e por algumas questões, que começaram a germinar num curso de graduação, em 1995. À professora Amnérís Maroni que apresentou uma bibliografia diferenciada e inquietante aos alunos da graduação em plena escadaria da cantina do IFCH. Algumas das questões aqui presentes começaram ali naquelas escadas.

À Christina da Secretaria de Pós Graduação pelo apoio, a enorme paciência e presteza.

Aos companheiros do Journal of Communication of Science Rafa, Yuri e Flávia, pelos diálogos constantes e pela cumplicidade. Pelo encorajamento e colaboração, aos amigos do Labjor Alessandra, Aline, André, Cica, Germana, Rafael, Rodrigo, Sergio Mattos e, muito especialmente, a Vera, Wanda, Simone e Susana, que tanto me incentivaram.

À todos aqueles velhos e queridos amigos que sempre estiveram presentes com palavras afetuosas de estímulo e apoio Teca e Caio, Cristina Soutelo, Dani Kuperman, Érica Casado, Gustavo Kanashiro, Damião, Malu Scaramella e Ricardo Eger.

À Alberto Hiroshi Kawakami, Teresa Vignoli e Josephine Sánchez Hernández, pessoas especiais que tive o prazer de encontrar nessa jornada e que me ajudaram a reencontrar o equilíbrio, apontando caminhos e iluminando minha vida com afeto e sensibilidade.

Às amigas Simone Frangella Miziara e Elaine Cristina Dias pela leitura cuidadosa e contribuição decisiva. Obrigada pelo carinho e pelas valiosas conversas.

Aos meus pais, agradeço pelo suporte, o amor e o respeito, o estímulo e as sábias palavras com que me cercam. Agradeço ao Alex pela cumplicidade e ternura que nos envolve, e a Luísa, que chegou na hora certa para dar um novo sentido a minha vida e que, a cada dia, me ensina um pouco mais. Querida filha, obrigada pelo amor que nos une e pela paciência e compreensão das horas que não passamos juntas.

Apresentação	1
Parte I	
O Parque da Luz e os interesses na região central de São Paulo	7
O processo de revalorização da Região da Luz	18
A articulação entre revalorização e segurança	25
O projeto para o Parque da Luz e o sistema de segurança	35
As câmeras de monitoramento	43
Uma trajetória das câmeras de monitoramento no Brasil	47
Algumas considerações	65
Parte II	
Vigilante + Câmera + Usuário	69
Para além do Panóptico	75
Conclusão	87
Bibliografia	91
Documentos utilizados	97
Entrevistas e material de campo	102
Anexo I	104
Anexo II	106
Anexo III	123

APRESENTAÇÃO

A capacidade de vigilância e controle nas sociedades contemporâneas ocidentais, a velocidade de avanço e obsolescência das tecnologias e, mais profundamente, as mudanças no capitalismo conectam-se a importantes transformações sociais, sinalizando um campo premente e fecundo para a realização de pesquisas. Pesquisar a inserção das câmeras de monitoramento na região central de São Paulo (Parque da Luz) foi o mote para buscar uma aproximação dessas questões da atualidade no cotidiano brasileiro.

As câmeras de monitoramento utilizadas em sistemas eletrônicos de segurança, assim como muitas das denominadas “novas tecnologias”, apresentam-se não como opções, mas como fatos concretos desse cotidiano. A utilização desses dispositivos de vigilância, geralmente definidos como um recurso para inibir assaltos, evitar depredações e identificar criminosos, é um fenômeno cada vez mais recorrente no mundo, de tal forma que hoje em dia é difícil percorrer ruas, praças, parques, *shoppings*, aeroportos ou outras áreas de circulação pública, sem deparar-se com eles. Desde que me interessei por esse tema em 2001, ocasião em que preparava o projeto de pesquisa para participar da seleção do mestrado, inúmeros são os anúncios na mídia de que novos projetos para a inserção desses equipamentos estão sendo implementados no Brasil, seja em espaços fechados, como escolas, ou abertos, como ruas e parques.

Instigada por esse panorama, a presente pesquisa procurou analisar como se deu o processo de inserção das câmeras de monitoramento para segurança em espaços de circulação pública, mais especificamente, no Parque da Luz, na cidade de São Paulo, a partir dos discursos que vêm possibilitando essa prática, dos produzidos por ela e das articulações associadas à freqüente presença desses dispositivos nesse espaço.

O monitoramento em espaços abertos, no entanto, não é tão recente. Autores como Paul Virilio e Andrès Vitalis (1998), dentre muitos outros, afirmam, referindo-se à realidade européia, que os primeiros sistemas de vídeo vigilância foram instalados no início da década de 1970 com objetivo de controlar o tráfego, combater assaltos a bancos e a estabelecimentos comerciais de luxo. Ao longo dos anos 1980, esses sistemas se multiplicaram nos transportes coletivos, no comércio, em locais de trabalho e prédios

públicos e, na década de 1990, nos estádios, em vias públicas e ruas de algumas cidades¹.

No Brasil, a inserção de câmeras de monitoramento nos espaços de circulação pública é um fenômeno mais recente, que se iniciou e consolidou-se nos últimos 20 anos aproximadamente. Nesse período, o mercado de segurança eletrônica (câmeras de monitoramento ou circuitos fechados de televisão e alarmes) firmou-se como altamente lucrativo e em crescente expansão. Empresários e comerciantes do setor de segurança privada no Brasil estimavam em 2002, que havia um milhão de câmeras instaladas apenas no estado de São Paulo, e a ABESE (Associação Brasileira das Empresas de Segurança Eletrônica), realizou um levantamento sobre as vendas de sistemas eletrônicos indicando um faturamento, apenas para essa fatia do mercado, de 150 milhões de dólares em 1998, e 215 milhões de dólares em 2000².

A partir do levantamento bibliográfico para a pesquisa, observou-se que, diferente do que ocorre no ambiente acadêmico internacional, a amplitude do fenômeno não tem sido acompanhada por pesquisas brasileiras, debates ou questionamentos mais específicos sobre câmeras. A acelerada proliferação do fenômeno, a atualidade do tema e a escassez de bibliografia brasileira abordando-o mais diretamente foram dificuldades, na mesma medida em que também aumentaram a curiosidade e instigaram essa pesquisa.

¹ A introdução ao texto de Vitalis e Virilio (1998) afirma que, nessa época, existiriam na França um milhão de sistemas de câmeras de vigilância de circuito fechado e, aproximadamente, 150 mil instalações em lugares públicos. Em muitos países, o cenário não é muito diferente. O sistema londrino de câmeras de monitoramento, por exemplo, é freqüentemente citado como sendo aquele que tem mais câmeras e que serve como exemplo para a implantação desse sistema em outras cidades do mundo. No Reino Unido, existem 4,25 milhões de circuitos fechados de televisão, de acordo com os dados de 2004, da Associação da Indústria de Segurança Britânica (BSIAS, sigla em inglês) e da Embaixada Britânica no Brasil. A associação também estima que “o mercado de segurança do Reino Unido tenha gerado £4.4 bilhões em 2002, com destaque para serviços de segurança física (£1.79 bi); sistemas de segurança (£660m); circuito fechado de câmeras (£440m) e controle de acesso (£288m)”.

² Os dados sobre a estimativa dos empresários e comerciantes foram obtidos a partir de entrevistas realizadas nos anos de 2002 e 2005 (veja lista de *Documentos utilizados* ao final deste texto). Um levantamento do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apresentou dados sobre serviços de investigação, vigilância, segurança e transporte de valores, com faturamento de 4,3 bilhões de reais, em 1998, e 5,7 bilhões, em 2001. Outros dados da ABESE apresentaram o faturamento do setor de segurança privada brasileiro em 2002: 7,8 bilhões de reais, sendo 2,2 bilhões apenas para o estado de São Paulo. Por fim, um estudo desse setor realizado pela Fenavist (Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores) estima um faturamento de 11,7 bilhões de reais para 2005.

Assim, não apenas a recorrente utilização das câmeras de vigilância, dado o grande número de projetos para a implantação desses sistemas em vários países, mas também, a quase ausência de um debate teórico e político sobre o tema no Brasil trazem à tona a importância de compreender tal fenômeno na atualidade, indo além do entendimento comum (e midiático) de que as câmeras são “facilidades tecnológicas” que auxiliam na prevenção da violência, dos crimes e de depredações, trocando privacidade por segurança.

Para compreender melhor como esse fenômeno tem se delineado no Brasil, realizou-se um levantamento das proposições legais e normas brasileiras, visando captar parte dos discursos que circulam sobre o tema, e fazer emergir um campo de tensões e arranjos que produzem a possibilidade do uso das câmeras como dispositivos de segurança³. Com mesmo intuito, somou-se a esse levantamento: a pesquisa sobre a bibliografia específica acerca da segurança privada no Brasil, entrevistas realizadas com empresários e comerciantes desse setor, em 2002 e 2005 - durante visitas a feiras e exposições de segurança - e um levantamento de material publicitário e jornalístico sobre câmeras e de jornais e revistas do setor⁴. Não se trata, portanto, de analisar a câmera pelas instituições que a legitimam, nem de afirmar ou negar a necessidade e validade da câmera para a segurança, mas sim de procurar aprender quais as produções desse processo em curso a partir dos discursos colocados em cena.

A metodologia possibilitou sinalizar uma trajetória da inserção das câmeras de monitoramento para segurança no estado de São Paulo, a partir do entrelaçamento desses discursos sobre o tema. O acompanhamento da abordagem da mídia de massa sobre a utilização de câmeras também foi uma estratégia utilizada para capturar mais um elemento para essa rede. O veículo mais focalizado para essa observação foi o jornal Folha de São Paulo, entre os anos de 1999 e 2005.

O interesse por espaços abertos, de circulação pública, monitorados por câmeras levou a uma pesquisa de campo no Parque da Luz, na cidade de São Paulo, o qual vem sendo objeto de várias modificações nos últimos anos, incluindo a utilização desses equipamentos. O estudo desse caso foi realizado a partir de visitas ao local, entrevistas

³ O levantamento realizado sobre as propostas de lei e normas legais brasileiras encontra-se no ANEXO II.

⁴ O material de campo e entrevistas encontram-se listados no item Bibliografia deste texto.

com seus freqüentadores, incluindo vigilantes e funcionários, acompanhamento das atas e de algumas reuniões do Conselho Gestor do Parque da Luz, e levantamento de documentos junto à administração do parque.

O monitoramento no parque iniciou-se no ano 2000, período em que estavam sendo iniciadas intervenções na região central da cidade, delineadas pelo *Programa Monumenta*, um projeto de recuperação do patrimônio histórico urbano brasileiro tombado pelo IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural)⁵, em articulação com o projeto da prefeitura de São Paulo, *Reconstruir o Centro*. Tendo em vista esse contexto, foi realizada uma pesquisa sobre a bibliografia que tratasse do tema revitalização urbana, e o acompanhamento dos veículos de comunicação da Associação Viva o Centro, que congrega interesses do empresariado paulista para intervenção na região central da cidade⁶.

O debate sobre revitalização urbana normalmente inclui a questão da inserção das câmeras de monitoramento como um elemento a mais desse processo. No entanto, o foco dessa pesquisa sobre as câmeras procura vislumbrar sua inserção em espaços de circulação pública de forma mais específica, apontando-a como dispositivo de funcionamento do poder na atualidade. Esse exercício da vigilância guarda com a revitalização dos centros urbanos uma relação simbiótica, de elementos intercambiáveis, que se reforçam mutuamente e compõe um amplo panorama de transformações sociais, políticas e econômicas.

As questões teóricas iniciais do projeto de pesquisa remetiam a possibilidade de compreensão desse fenômeno a partir da análise foucaultiana do panóptico: as câmeras de monitoramento seriam apenas aperfeiçoamentos tecnológicos do panoptismo?

⁵ O *Programa Monumenta* é realizado pelo Iphan, Ministério da Cultura e Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), com recursos de empréstimo do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), somados aos disponibilizados pela União, estados e municípios. Assim como a área central de São Paulo, outras seis cidades brasileiras, também qualificadas como históricas, foram as primeiras a participar do programa que, atualmente, engloba 26 cidades no Brasil.

⁶ Foram realizadas 3 visitas à sede da Associação Viva o Centro para consulta ao acervo de suas publicações. Os veículos consultados foram: Informe AVC (número 163 a 219), Revista URBS (número 19 ao 38) e InterAção (número 61 a 80). Também foi acompanhada a lista de discussão via internet do Fórum Centro Vivo, uma importante entidade que congrega movimentos populares do centro de São Paulo, assim como realizadas entrevistas com dois de seus membros. No entanto, a presente pesquisa não focalizou o discurso dessa entidade, na medida em que não tinha como objetivo centrar-se nos discursos de resistência no centro da cidade.

Partindo dessa pergunta, a pesquisa problematiza a inserção das câmeras de monitoramento em espaços públicos baseando-se em uma discussão teórica sobre vigilância e controle, que aqui tem como principais expoentes teóricos Michel Foucault, Paul Virilio, e Gilles Deleuze, e outros autores mais recentes que têm discutido a questão. É por esse viés teórico que se procurou captar nessa pesquisa os efeitos dos discursos que produzem a câmera como possibilidade para a segurança.

O texto apresentado a seguir está dividido em três partes, as quais estão subdivididas em tópicos. A Parte I contempla o contexto brasileiro de inserção das câmeras de monitoramento para segurança, a partir do processo de revalorização da região central de São Paulo (Parque da Luz), e da trajetória desta inserção, traçada a partir da articulação entre os discursos de empresários e comerciantes, da literatura acerca da expansão da segurança privada e das propostas legais existentes no país. A Parte II apresenta uma problematização teórica inicial para esse tema ainda pouco discutido no Brasil, ao focalizar um regime de enunciados que procura afirmar um conceito específico de segurança, e que faz emergir a câmera como um mecanismo de funcionamento do poder na atualidade. Prevenção e antecipação, assim como o investimento sobre a sensação de medo surgem nesse panorama como fundamentais para o exercício da vigilância. Após a conclusão, seguem 3 anexos contendo o levantamento geral com as proposições legais examinadas para a pesquisa, uma carta aberta do Conselho Gestor do Parque da Luz, e imagens de satélite da Região da Luz.

O Parque da Luz e os interesses na região central de São Paulo

A inserção das câmeras de monitoramento no Jardim da Luz, ou Parque da Luz, foi anunciada no início de 2001 pela mídia paulista como ação que colaboraria para a segurança da região e para os amplos projetos de intervenção no centro da cidade de São Paulo, visando sua revalorização⁷. O levantamento realizado junto à Administração do Parque da Luz confirma a inserção das câmeras um pouco antes, em julho de 2000⁸, e aponta as articulações para esse processo mais recente de revalorização, desde 1999. Assim, apesar da questão central dessa pesquisa não ser o processo de revalorização dos centros urbanos, é importante sinalizar que o tema assume importância na medida em que é no seu desenrolar que se articulam os discursos que elegem as câmeras como dispositivo legítimo para promover a segurança em espaços de circulação pública.

Certamente, existem inúmeras outras possibilidades de articulação e conexão que incitam a inserção do monitoramento em espaços abertos. No entanto, o foco sobre a Região da Luz possibilitou a aproximação de processos (revalorização e segurança) que se conectam numa relação simbiótica e, quando ampliados, refletem profundas mudanças em andamento nas sociedades ocidentais da atualidade.

Sendo assim, as intervenções na Região da Luz não serão tratadas aqui apenas como pano de fundo para a inserção das câmeras, o que diminuiria a importância do processo de revalorização; assim como não serão vistas como parte de um fenômeno, no qual as câmeras são mero elemento constitutivo, o que descaracterizaria o objeto dessa pesquisa. A relação entre inserção de câmeras de monitoramento e revitalização da

⁷ Restauração, reestruturação, revitalização, reabilitação, revalorização e requalificação são alguns dos vários termos utilizados para nomear o mesmo modelo de intervenção nos centros urbanos prevalente nos últimos anos. Nesse sentido, entende-se que essas palavras são sinônimas. Optou-se por utilizar o termo revalorização, pois exprime a noção de atribuição de um novo valor, nesse caso, a partir de determinados interesses em cena.

⁸ De acordo com a descrição de Cubas (2002: 84), “desde o dia 29 de julho de 2000, funciona no Parque da Luz um novo modelo de segurança, com esquema de vigilância 24 horas por dia. Aberta a licitação pela prefeitura, a Emtel foi a empresa de segurança contratada. Os valores mensais gastos com a manutenção dos vigilantes de monitoramento totalizam R\$ 29.134, 26. Tudo o que acontece no Parque da Luz é gravado por um aparelho e cada fita utilizada tem capacidade para 960 horas de imagens. Se algum crime acontece, o material gravado e a pessoa detida são enviados à polícia. Há previsões para a instalação de serviços semelhantes em outros parques da cidade e algumas empresas já foram contatadas para apresentarem projetos para os parques Trianon, Ibirapuera e Aclimação”.

Região da Luz deve ser vista como a articulação entre processos em andamento que se somam, completam-se e alimentam-se.

* * * * *

Situado na região central da cidade de São Paulo, o Parque da Luz possui hoje aproximadamente cem mil metros quadrados, delimitados pela Avenida Tiradentes, Rua Ribeiro de Lima, Rua Prates e Estação Ferroviária da Luz. O local, projetado no final do século XVIII para ser um jardim botânico, foi reinaugurado no início do século XIX como jardim público. Sendo considerado o mais antigo jardim público da cidade, foi tombado, em 1981, pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico (Condephaat)⁹.



⁹ O Condephaat é o órgão responsável pela identificação, classificação, restauração e preservação dos bens móveis e imóveis existentes no estado. A área é tombada por esse órgão através da Resolução nº 31, de 08/08/81 e, pelo Conpresp (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo), através da Resolução nº 05/91 tombamento "ex-offício". Seu uso é regulamentado pelas portarias 23/Depave/78 e 95/DEPAVE/83.

Até o final do século XIX, o jardim passou por diversas modificações, incluindo sua transformação em parque e a diminuição de seu terreno. Parte dele foi cedido para a Companhia Inglesa construir a estrada de ferro ligando o Porto de Santos a Jundiaí, a saber, a Estação Ferroviária da Luz aberta ao público em 1901, e tombada pelo Condephaat em 1982. Outra parte do terreno foi cedida para a construção do edifício do Liceu de Artes e Ofícios, projetado em 1897, por Ramos de Azevedo, responsável pelos principais projetos arquitetônicos de São Paulo nesse período. Posteriormente, o local passou a abrigar a Pinacoteca do Estado de São Paulo, inaugurada em 1905.

A Região da Luz simboliza, desde então, um dos marcos da cidade de São Paulo, relacionado a um projeto modernizador da cidade e a noção de progresso. Respeitadas as devidas peculiaridades, o local representa também na atualidade um dos focos importantes de investimento para sustentar projetos urbanos e arquitetônicos que se quer imprimir na cidade. Não apenas os projetos urbanos para a região ou sua importância histórica para a cidade a tornam atrativa para pesquisas acadêmicas, mas também a diversidade e pluralidade de demandas e interesses que a compõe. Nos últimos anos, cortiços, vendedores ambulantes, moradores de rua, prostitutas, usuários de drogas, meninos de rua, residentes dos prédios, consumidores e trabalhadores que circulam no comércio local, nas lojas e confecções, policiais civis e militares das várias corporações ali presentes ou visitantes da Pinacoteca do Estado convivem e circulam por esse espaço. Para além disso, ainda é importante constatar a presença de diferentes comunidades na região, como a nordestina, judaica, libanesa, coreana, chinesa, boliviana e peruana. No entanto, apesar da existência de pesquisas sobre o interesse mais recente do empresariado paulista para a revalorização do centro da cidade, são poucos os estudos de caso focalizados sobre a Região da Luz¹⁰.

Alguns autores, que se propuseram fazer um apanhado histórico da região¹¹, situam seu auge até o final da Segunda Guerra Mundial, com o declínio das ferrovias, simbolicamente marcado pelo incêndio da estação ferroviária em novembro de 1946. Distante de avaliar detidamente o debate sobre as causas do que é identificado como

¹⁰ Sobre a revalorização da Região da Luz, ver capítulo 2 de ANDRADE, Júlia P. *Da Cultura da Intervenção à Intervenção da Cultura: Consenso e Gentrificação nas Novas Estratégias de Revalorização do Centro Histórico de São Paulo*, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Departamento de Geografia (USP), fevereiro, 2001

¹¹ Para esta pesquisa foram consultados Athayde (1988), Meyer [et.al.] (1999), Soukef Jr [et.al.] (2000), Diaféria [et.al.] (2001).

declínio ou degradação da região central, vale destacar a progressiva mudança dos interesses público e privado, e a migração de investimentos para outras regiões da cidade, a partir de meados do século XX.

De forma mais geral, o que é entendido como degradação da região central de São Paulo ocorre simultaneamente à convergência de investimentos, a partir das décadas de 1960 e 1970, para o eixo sudoeste da cidade. Esta é uma correlação comum entre autores interessados nesse processo, os quais, por outro lado, polemizam sobre os mais variados aspectos, dentre eles, os fatores responsáveis por essa mudança, como o “crescimento do setor de serviços”, o “envelhecimento urbano e tecnológico do centro”, “demandas logísticas das empresas”, etc.¹²

Sandroni (2004), Comin (2004) e Frugoli (2001) situam no final da década de 1960 e início de 1970, em consonância com o crescimento do setor de serviços, o deslocamento de investimentos para outros locais da cidade, a saber as “novas centralidades” da região sudoeste da cidade - avenida Paulista e, mais recentemente, avenidas Faria Lima e Luís Carlos Berrini. Especificamente para Sandroni (2004), esse movimento opõe-se ao “esvaziamento” e a desvalorização da região central da cidade. No mesmo texto, o autor argumenta ainda que *“(...) tal desvalorização econômica foi seguida de uma desvalorização social. A delinqüência crescente no centro passou a ser cada vez mais associada a camelôs, sujeira e tráfico de drogas. A acessibilidade não era mais difícil (e arriscada) para quem tinha automóveis. Também para quem andava a pé, especialmente ao cair da tarde, e durante o período noturno, a insegurança aumentava. Os transeuntes sentiam-se constrangidos em sua movimentação pela presença de vendedores ambulantes e inseguros pela proliferação de trombadinhas. A imagem do centro como o lugar mais importante e, conseqüentemente, mais valioso da cidade sofreu um processo de deterioração muito rápido e intenso. A região central tornou-se um referencial negativo do ponto de vista empresarial e também no imaginário da maioria dos habitantes da capital, que passaram a se acostumar com a beleza, a riqueza, a segurança e a limpeza dos shoppings centers localizados nas novas centralidades”*.

¹² Dentre esses autores que polemizam sobre tais fatores, ressalta-se pela heterogeneidade entre eles, Sandroni (2004), Bessa (2004), Comin (2004) e Frugoli (2001).

A supracitada avaliação do que se entende por degradação ou desvalorização econômica e social da região é bastante próxima do que a mídia ou a Associação Viva o Centro (AVC) têm repercutido. O texto faz parte de uma coletânea de textos heterogêneos¹³, publicados em 2004, pela Empresa Municipal de Urbanização (Emurb), Prefeitura Municipal de São Paulo, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e Centro de Estudos da Metrópole (CEM). Em suas considerações finais, Sandroni (2004) recomenda alterações na região central da cidade, ecoando o que a AVC vem estimulando nos últimos anos: atrair atividades que assegurem a presença de pessoas vinte e quatro horas por dia, para que a região não fique “deserta” à noite; atrair moradores para a região; promover a ocupação da área por meio de facilidades tributárias e de crédito para aquisição e construção de imóveis; investir em segurança e limpeza no local; disciplinar as atividades de vendedores ambulantes, “evitando que tais atividades sirvam a contravenção e delinquência” ou “impeçam o livre trânsito de pessoas nas ruas”; e melhorar a acessibilidade dos automóveis ao local, por meio da construção de estacionamentos.

Selando definitivamente uma via mais radical da visão do empresariado interessado na região, Sandroni (2004) afirma que o investimento nesta área como centro histórico deve ser repensado, e recomenda a atração de novos investimentos imobiliários, estimulando “a demolição de construções antigas não tombadas, o lembramento dos

¹³ A heterogeneidade de opiniões dos artigos de *Caminhos para o Centro* revela parte dos atuais debates acerca da revitalização do centro. Apesar desta pesquisa não focalizar a diversidade de conceitos envolvidos, a idéia de *esvaziamento* da região central da cidade, pode servir aqui para exemplificar pontos de aproximação ou distanciamento de grupos voltados para a região, assim como de teóricos que a analisam. Contrário a Sandroni, Álvaro Comim afirma que é equivocado falar em *esvaziamento*, pois para ele, a região central “segue sendo densamente ocupada, tanto econômica, como residencialmente, além de ser importantíssimo ponto de passagem, compras e de lazer de milhões de cidadãos todos os dias. O que se verificou nas últimas décadas foi uma importante mudança no perfil desta ocupação, com efeitos, na maior parte dos casos, de queda na qualidade de vida e relativo empobrecimento. (...) Os fatores que explicam a perda dos atributos positivos outrora associados à região, vão desde os interesses do grande capital imobiliário até as mudanças nos hábitos de vida e consumo das classes médias e altas (...) Com isso, se é verdade que a região central não experimentou um esvaziamento, ela claramente perdeu para áreas contíguas, seus eixos mais dinâmicos, restando-lhe assim, cada vez mais, as funções acessórias ou subalternas, assumindo feições, na expressão feliz de Nakano, Malta e Rolnik de uma *centralidade periférica*” (p. xxii). A noção de *revitalização*, ou seja, trazer vitalidade novamente para a área central, também é contra argumentada com a idéia de que a região já possui vitalidade. O argumento assim generalizado é uma análise crítica desse processo (entrevista pessoal com Carlos Vainer, 2002), incorporada e utilizada em outro contexto, como aquele de grupos de empresários interessados na revalorização. É possível notar tal incorporação no trecho da entrevista (2005) de Marco Antônio R. de Almeida, mais adiante.

antigos terrenos e a construção de novas unidades de acordo com as exigências tecnológicas, arquitetônicas e urbanísticas modernas”¹⁴.

Por fim, o autor destaca a possibilidade de “criação de elementos de valorização de intangíveis”: *“Se como já foi constatado, existem várias empresas de confecção relacionadas ao sofisticado mundo da moda instaladas na região, porque não atrair um grande estilista para que inaugure ali um de seus ateliês? Ou mesmo relacionar a região central com atividades esportivas e com grandes nomes do nosso esporte, que poderiam contribuir com influência publicitária patrocinando atividades educacionais, culturais, esportivas, etc.”*¹⁵ A posição do autor revela assim parte dos discursos em cena sobre a necessidade de revalorização da área central da cidade.

Além de compartilhar elementos sinalizados por Sandroni (2004), Comin (2004) ressalta investimentos em cultura como um estímulo aos serviços, fazendo ainda recomendações para as intervenções no centro da cidade semelhantes às do outro autor. Após apontar alguns investimentos em equipamentos culturais da região nos últimos anos¹⁶, Comin (2004) argumenta que eles podem ser “uma extraordinária fonte de atração de usuários, com efeitos sinérgicos sobre diversos serviços”. A centralidade da cultura no

¹⁴ Como uma das características comuns nos processos de revalorização de antigas áreas urbanas centrais e degradadas, os debates e disputas sobre a Região da Luz incluem também o tombamento de edifícios e áreas pelo Condephaat. Em meio a interesses óbvios, os empresários argumentam que o tombamento prejudica a preservação da área, porque impede que a iniciativa privada intervenha nos imóveis. O entorno do Parque da Luz possui diversas construções que vem sendo progressivamente tombadas, em geral com processos iniciados no final da década de 1970 e efetivados na década de 1980. Além da Estação e do Parque da Luz, esse também é o caso da Vila dos Ingleses (construída para abrigar os engenheiros que vieram construir a Estação da Luz), e da Vila Economizadora (uma vila operária), dentre outros. Vale ainda ressaltar nessa passagem a idéia, apresentada por Sandroni, de tecnologia associada a projeto arquitetônico e urbanístico moderno. A relação entre modernidade e tecnologia encontra-se problematizada mais adiante no tópico: Projeto para o Parque da Luz e o sistema de segurança

¹⁵ Sandroni (2004: 380)

¹⁶ “(...) a região central foi alvo de significativos aportes de recursos públicos nos últimos anos, voltados para a conservação e instalação de equipamentos culturais e recreativos e intervenções paisagísticas e urbanas. Vale acrescentar, além dos já citados: o restauro do Teatro São Pedro, o restauro e a iluminação da fachada do Mosteiro, a recuperação do Pátio do Colégio, a reforma e iluminação dos viadutos do Chá e Sta. Ifigênia, a recuperação e a manutenção dos jardins e fontes do Vale do Anhangabaú e Praça Ramos de Azevedo, e nesta, a restauração do monumento a Carlos Gomes; a recente inauguração do Pórtico da Praça Patriarca e do Masp Centro (localizado na Galeria Prestes Maia); a Universidade Livre de Música, o Centro Cultural Banco do Brasil, o Teatro Abril, o restauro em andamento da Estação da Luz, que irá abrigar projetos de natureza cultural, e o restauro da Catedral da Sé, dentre outros investimentos. Mais o Shopping Ligth, o novo edifício restaurado da Bolsa de Mercadorias e Futuros, o investimento na iluminação cênica de edifícios importantes como o Itália, o Banespa, Teatro Municipal, Correios e Bovespa. Grandes hotéis também acabam de ser inaugurados (Mercure), estão em lançamento (Formule 1) ou em reforma/restauro (Jaraguá, que abrigará um teatro de 300 lugares além de um centro de convenções)” (Comin, 2004: xxxiii)

processo de revalorização dos centros urbanos é uma questão que será abordada mais adiante.

Apesar da publicação desse conjunto de avaliações datar de 2004, o debate e as propostas para modificações na área central de São Paulo podem ser verificados em diferentes períodos. Na medida em que o foco está direcionado para as modificações relacionadas à inserção de câmeras de monitoramento para a segurança no Parque da Luz, interessa aqui pontuar alguns elementos, como os expostos acima, do debate mais recente (a partir da década de 1990) sobre a revalorização do centro.

Frugoli (2001) traz uma importante contribuição para vislumbrar elementos desse debate ao analisar o papel e os arranjos de associações de caráter empresarial na centralidade da cidade. Da comparação que o autor faz entre as associações que se organizaram em torno da região central (centro tradicional), da Avenida Paulista e da região da Berrini / Marginal Pinheiros, interessa ressaltar sua caracterização da Associação Viva o Centro (AVC)¹⁷, a qual influencia diretamente os projetos de modificação na região central da cidade.

De acordo com Frugoli (2001: 54), a AVC surgiu em 1991, *“como reação a um novo ciclo de evasão de empresas, que se dava no início da década de 90, no qual a negociação pela permanência (na região) da Bolsa de Valores de São Paulo e da Bolsa de Mercadorias e Futuros foi um marco inicial, com decisivo papel do suporte fornecido*

¹⁷ É importante notar que incide mais diretamente sobre Região da Luz a Associação do Projeto Bom Retiro. No entanto, a falta de pesquisas específicas sobre esta associação, por um lado, e sua proximidade com a AVC, por outro, levou a concentração da análise para a segunda associação, mais ampla, articulada e consolidada que a primeira. Sobre a associação do bairro Bom Retiro, que inclui a Região da Luz, vale destacar o informe da AVC, publicado em 26/11/2004 disponível em: <http://www.vivaocentro.org.br/noticias/arquivo/infonline261104d.htm>

“Bairro do Bom Retiro faz uma grande festa com muitas atividades para comemorar seu aniversário de 472 anos a partir deste sábado (27/11) até 6/12. A programação foi organizada pela Associação Projeto Bom Retiro e terá como ponto alto a apresentação de um projeto de restauro e recuperação do Jardim da Luz, fechando as comemorações. ‘A Associação Projeto Bom Retiro conseguiu reunir recursos suficientes para pagar a elaboração de um projeto para o Jardim da Luz e já tem aprovação da Lei Rouanet para a captação de recursos para as obras’, diz o arquiteto Cleiton Honório de Paula, diretor geral da Associação Projeto Bom Retiro. ‘Nossa proposta, além disso, é que o Jardim da Luz passe a ter uma estrutura de gestão compartilhada pela Prefeitura e a iniciativa privada, muito parecida com a que mantém o Central Park em Nova York’. Outro ponto forte da programação será o happy hour de lançamento da Escola Superior de Moda, no dia 2/12, às 18h, com a presença da primeira dama do Estado, Lu Alckmin, que deve se tornar a madrinha desse novo centro de formação profissional em São Paulo”. (grifo meu)

pelo capital financeiro, no caso especificamente o banco multinacional – Banco de Boston – através da iniciativa de seu presidente Henrique Meireles”.

Em sua análise da Associação Viva o Centro, Frugoli (2001) ainda destaca sobre as mediações políticas entre a associação e o poder público, “que o capital financeiro não se limitou a dar o principal suporte da associação, mas fez emergir atores que se lançaram à política urbana na defesa de seus interesses”, como é o caso, segundo o autor, do presidente da associação Henrique Meireles, na época, também presidente do Banco de Boston, e Marco Antônio Ramos de Almeida, um dos diretores do mesmo banco e presidente da diretoria executiva da AVC. Fortalecendo esses arranjos, Frugoli (2001) ressalta Jorge da Cunha Lima (ligado ao PSDB e ex-Secretário da Cultura, gestão Franco Montoro) como o nome de maior expressão política dentro da associação, responsável pelas conexões com o governo estadual, a partir da gestão Mário Covas (PSDB, 1995-2001). Cunha Lima desenvolveu em 1984, o projeto Luz Cultural¹⁸ voltado para a revalorização da região.

*“Cunha Lima vem dando uma espécie de continuidade àquele projeto, através da ação combinada entre o governo federal (gestão Fernando Henrique Cardoso), governo estadual e, com papel mais limitado, governo municipal, que já resultou em reformas como as dos prédios da Pinacoteca do Estado e da estação Julio Prestes, hoje sede da Orquestra Sinfônica do Estado, responsáveis por um novo afluxo das classes médias à região central”.*¹⁹

A associação é descrita por Frugoli (2001) como uma iniciativa da sociedade civil, com associados de base nitidamente empresarial, mas sem vínculos partidários formais. Com este perfil, a AVC pode estabelecer, nas palavras de Frugoli (2001), relações com várias gestões públicas, as quais pressiona para a realização de intervenções que revalorizem a região. O autor relata que a AVC identifica-se com projetos de modificação do centro que incorporem o dinamismo sócio-econômico existente, ampliem o foco de intervenções para além da região da Sé e da República, vislumbrem as modificações no centro como intervenção com efeitos para toda a metrópole, e contemplem um novo papel a ser desempenhado pelo centro. Frugoli (2001) ainda destaca que propostas

¹⁸ Sobre os Projeto Luz Cultural e um estudo sobre o Pólo Luz, ver Andrade (2001)

¹⁹ Frugoli Jr (2001: 58)

semelhantes estavam presentes no conteúdo programático do projeto e das ações do ProCentro, de 1993, criado pela Prefeitura Municipal de São Paulo (gestão Paulo Maluf), para atender as demandas de intervenção no centro da cidade.

Frugoli (2001) analisa por fim, a relação entre a AVC e as gestões de: Luiza Erundina (PT, 1989-1992) – “nesse caso houve contatos iniciais satisfatórios, já que tal gestão tinha alguns projetos de revitalização para a área”; Paulo Maluf (PPB, 1993-1996), “que estava mais voltado para a região sudoeste da cidade, mas depois lançou o ProCentro”; e Celso Pitta (PPB, 1997-2000), que “marcado pela inoperância, corrupção e ilegitimidade, apoiou o projeto não concretizado São Paulo Tower, uma torre de 494 metros de altura, que desapropriaria setenta quarteirões”.

Uma entrevista²⁰ realizada em outubro de 2005, com o Superintendente Geral da administração da Associação Viva Centro, Marco Antonio Ramos de Almeida, contempla a idéia de continuidade do processo de revalorização do centro:

--Eu gostaria de saber se essas ações que têm sido tomadas recentemente pela prefeitura, como aquele decreto de desocupação de imóveis e incentivos fiscais na área conhecida como Cracolândia, ou a tentativa de combater a poluição visual, estão atendendo as expectativas que a Associação Viva o Centro tem para o processo de revitalização do centro.

--Eu diria que, de forma geral, elas estão dentro da linha de recuperação. Na verdade, a questão da recuperação do centro é um processo que vem já de mais de uma década. A associação foi fundada em outubro de 1991, e portanto, está completando 14 anos de atividade. A associação propôs uma série de diretrizes, ou seja, fez um diagnóstico e propôs uma série de soluções para este processo, que a gente chama de um processo de requalificação, renovação, revalorização. A única palavra que a gente não usa é a de revitalização, porque a gente considera que essa é uma área que tem uma enorme vitalidade. Talvez, da cidade inteira,

²⁰ Entrevista com o superintendente geral da administração da Associação Viva Centro, Marco Antonio Ramos de Almeida, realizada em outubro de 2005, por Sergio Mattos, para redação de matéria jornalística, e publicada na revista Com Ciência. A matéria, não contendo as passagens aqui citadas foi publicada em: <http://www.comciencia.br/noticias/2005/10/urbanismo.htm>

seja a área que tem maior vitalidade. É uma área pequena, menos de 0,5% da cidade, mas que tem perto de 8% dos empregos, 30% da área ocupada pelo sistema financeiro está aqui, gera um fluxo de 2 milhões de pessoas, e tem uma razoável densidade habitacional. Então a questão não é a vitalidade, mas a requalificação. Essa é quinta gestão municipal pela qual estamos passando, e o que entendemos é que este é um processo que, a cada dia, vai ganhando mais corpo, mais massa, mais velocidade. O que a gente tem visto é que a cada administração isto vem se fortalecendo.

--O senhor está dizendo que não tem havido retrocesso, essa quebra que é típica de quando se muda a gestão?

--É, não há retrocesso. O que há é que a cada mudança de governo ocorre um certo ... vamos chamar assim, soluço. Isso é típico da administração brasileira, porque ocorre em todos os níveis. Isso não provoca uma ruptura, mas uma perda de fôlego. Em geral o processo se retoma basicamente dentro das linhas passadas. Claro que cada gestão dá mais ênfase a alguns aspectos do que outros, mas isso não atrapalha, porque o processo continua.

--E como se dá a atuação da associação junto ao poder público?

--Bom, como eu te disse, nós passamos por quatro eleições, cinco gestões. Em todas elas nós trouxemos os principais candidatos para a sede da associação para debater e apresentar propostas. Portanto, quando o prefeito é eleito, ele já tem uma boa noção do que é proposto, e em geral, já assumiu um compromisso, se não detalhado, pelo menos moral com as propostas apresentadas. Aí a coisa se desenvolve razoavelmente bem.

Apesar de Frugoli (2001), Sandroni (2004) e Comin (2004) não tratarem especificamente da Região da Luz, é possível perceber por meio da análise do primeiro, das propostas dos dois últimos, e da entrevista, alguns dos discursos e dos arranjos políticos, econômicos ou de interesses que marcam os projetos mais recentes de intervenção no centro de São Paulo e que se refletem na Região da Luz. A partir desse conjunto é possível introduzir brevemente alguns elementos desse panorama, como interesses locais do capital financeiro ou do empresariado, seus arranjos com o poder público, e a articulação de algumas propostas no discurso desses grupos.

As propostas para a Região da Luz e o Parque da Luz, descritas a seguir, estabelecem uma continuidade com projetos que, como se pode apreender da análise de Frugoli (2001), vem se desenhando desde o final da década de 1980; e da entrevista (2005) com o superintendente da AVC, desde 1991. Nos últimos 3 anos, o projeto para a Luz, que parecia apenas um apêndice, quando comparada a outras intervenções na região central, parece estar se tornando o principal foco da revalorização do centro da cidade.

O processo de revalorização da Região da Luz

Os debates para a revalorização da Região da Luz, que marcam o contexto de inserção das câmeras que se quer focalizar, iniciam-se em 1999, e os projetos e ações de intervenção perduram até a atualidade. É no ano de 1999 que a região central da cidade de São Paulo é incorporada ao *Programa Monumenta*, um projeto de recuperação do patrimônio histórico urbano brasileiro tombado pelo IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural).

O *Monumenta* afirma que seu objetivo é “revitalizar os principais conjuntos patrimoniais urbanos do país, de maneira sustentada”, compreendendo como “*sustentável ações que prevêm desde intervenções de conservação e restauro, até a implementação de medidas educativas, gerenciais e administrativas, capazes de ampliar o retorno econômico e social dos investimentos públicos aplicados na conservação do patrimônio cultural brasileiro*”²¹. A proposta do programa destaca as parcerias entre setor público, comunidade e iniciativa privada, e lista entre as principais atividades do programa, “*a conservação e restauro de monumentos e conjuntos tombados, a educação patrimonial e promoção da importância do patrimônio cultural e dos benefícios de sua preservação e a promoção do turismo cultural e de eventos culturais nos locais abrangidos*”.

De acordo com Pedro Taddei²², ex-coordenador nacional do *Programa Monumenta*, a idéia original surgiu de uma conversa entre o ex-presidente da república Fernando

²¹ “Revitalização sustentável do patrimônio cultural brasileiro, Programa Monumenta/BID”, Unesco, disponível em: http://www.unesco.org.br/areas/cultura/ptangivel/monumenta/mostra_documento

²² A entrevista com Pedro Taddei, data do início de 2002, quando preparava uma matéria jornalística para a edição temática Cidades, da revista on-line de jornalismo científico Com Ciência. A reportagem final, que não inclui diretamente esta passagem, pode ser acessada em: <http://www.comciencia.br/reportagens/cidades/cid02.htm>

Henrique Cardoso, no começo de seu primeiro mandato, e o presidente do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), Enrique Iglesias, em decorrência de “uma experiência praticamente fortuita” do BID em Quito (Equador) - após a ocorrência do terremoto de 1987. Segundo Taddei, na reconstrução da cidade, da qual participou o BID, foi realizado um projeto para o centro histórico:

-O resultado disso foi que ao reintroduzir atividades econômicas e planejar a reconstrução do centro, retirando a circulação de veículos das ruas, criando bolsões de estacionamento, criando vias de contorno, que dessem mais fluidez ao trânsito, e recompondo o mix de atividades econômicas e moradia para esse centro, ele acabou tendo uma revitalização estupenda e passou a gerar recursos suficientes para se auto conservar de forma praticamente perene, sendo que antes da reconstrução o centro era muito débil, dependia de recursos permanentemente e estava em péssimo estado de conservação. Essa idéia de conferir sustentabilidade ao patrimônio histórico ... sustentabilidade para o conjunto de bens e não para um bem ... Mas se você considerar um conjunto de bens que guardem entre si uma certa relação de sinergia, e que no seu conjunto gerem o excedente suficiente para que todos se auto conservem e mais, conservem aqueles que não tem capacidade de auto sustentação, então a equação está fechada. É como se faz a equação para criar um shopping center, por exemplo. No shopping center algumas atividades não se pagam. Não pagam de aluguel o suficiente para recompor o capital investido, mas em compensação elas atraem o público que gasta em outras atividades, que geram excedente suficiente para fechar a equação. Essa é a idéia fundamental, ou seja, de desonerar os poderes públicos de uma espécie de tutela permanente, tutela no sentido financeiro, do patrimônio histórico, que leva a uma inviabilidade crônica do patrimônio (...) a partir dessa idéia mestra, que surgiu ao acaso, o presidente Iglesias propôs ao presidente Fernando Henrique Cardoso uma experiência de cunho nacional. Fazer um programa com esse objetivo (sustentabilidade) explicitamente e de alcance nacional para servir de paradigma para os próprios organismos multilaterais de financiamento, quer dizer para o próprio BID na sua atuação, mas também para o Banco Mundial. Então,

nesse aspecto ele é pioneiro. Outra característica de pioneirismo é que esta é a primeira entrada efetiva e assumida dos organismos multilaterais de financiamento no campo da cultura. Nunca se financiou cultura diretamente, a não ser eventualmente como uma forma de compensação de impactos sócio-ambientais negativos de uma obra de infra-estrutura, como salvar sítios arqueológicos para se construir uma rodovia, um gasoduto... Enfim, o objeto não é o gasoduto ou um porto, é o centro histórico, uma orquestra, um filme. Agora então nós criamos a metodologia não só para centros históricos, mas de forma correlata, a gente poderia aplicar para outros campos da cultura, bibliotecas, filmografia etc. Nesse aspecto o programa está sendo muito importante.”

Em São Paulo, essas idéias e ações do *Programa Monumenta* aliam-se aos projetos da prefeitura *Plano Reconstruir o Centro* e *Ação Centro*, além de uma série de outras ações promovidas pela *Associação Viva o Centro*²³. Dos projetos elaborados pela prefeitura, o primeiro está dividido em oito tópicos, dos quais vale ressaltar os dois que mais refletem os eixos da promoção de um novo valor para a cidade: o *Descobrir o Centro*, que abriga a proposta de transformação da região central da cidade em um pólo de lazer e turismo com propostas para a “otimização da infra-estrutura de turismo, cultura e recreação” e “valorização da identidade cultural”; e o *Preservar o Centro*, que propõe a “preservação, restauro e recuperação de espaços de interesse histórico e a educação patrimonial”²⁴.

O projeto *Ação Centro*, por sua vez, coloca-se como objetivo “reverter o processo de degradação e desvalorização afetiva do centro da cidade”, e propõe “a recuperação de áreas degradadas; a melhoria da qualidade ambiental; o fomento à pluralidade econômica; a inclusão social; e a reversão do esvaziamento residencial”. De acordo com o plano da prefeitura, para a concretização desses tópicos serão feitas, entre outras ações, “intervenções em grandes áreas desocupadas ou ocupadas por usos inadequados, adequação da legislação urbanística para garantir o uso adequado de

²³ Para estudos acerca da Associação Viva o Centro, ver Frugoli (2001) e Oliveira (1998).

²⁴ “Plano Reconstruir o Centro”, Prefeitura Municipal de São Paulo, disponível em: http://www6.prefeitura.sp.gov.br/guia/urbanismo/reconstruir_centro/diagnostico/0001

espaços públicos e privados e viabilizar novos investimentos compatíveis com as características e potencialidades do território da Administração Regional da Sé (AR-Sé)²⁵.

Mesmo que no período pesquisado, de 2002 a 2005, não tenha se dado a consumação dos projetos de revalorização da Luz, uma série de modificações foram e continuam sendo realizadas em seu entorno, traçando as possibilidades de uma “restauração mais bem sucedida” - na visão de alguns grupos que circulam, interagem e disputam interesses na região.

Em consonância com a idéia de continuidade entre diferentes gestões municipais, estaduais e federais, as condições para as atuais intervenções são dadas no período anterior. Restringindo-se a um período mais recente, pode-se dizer que existe uma continuidade entre pelo menos dois mandatos, que do ponto de vista do projeto político, pareciam se opor: as gestões do prefeito Celso Pitta (1997-2000) e da prefeita Marta Suplicy (2001-2004).

No dia 25 de setembro de 1999, o parque, que esteve fechado para reformas, é reaberto ao público com a exposição internacional *Esculturas Monumentais Europeias e o Jardim da Luz* e com a remoção do gradil que separava até então o parque e a Pinacoteca do Estado de São Paulo. A união dos dois ambientes estabelece, a partir de então, uma integração física e de parcerias.

No ano seguinte, escavações para restauração de encanamentos e remoção de árvores no parque descobrem um aquário sob o Lago Diana, a base da Torre de João Teodoro, o primeiro sistema de encanamento, originário de 1869, e os trilhos de bonde em frente à estação da Luz, conferindo ao local mais “atrativos históricos”. No final do ano de 2000, ano que as câmeras são instaladas no parque, a Região da Luz foi tombada pelo Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional²⁶.

²⁵“Ação Centro”, Prefeitura Municipal de São Paulo, disponível em:

http://www6.prefeitura.sp.gov.br/empresas_autarquias/emurb/reabilitacao_centro/0001

²⁶ “Diversos tombamentos de bens do patrimônio cultural foram efetivados em 2000, destacando-se a região da Luz, no centro de São Paulo, devido a sua importância cultural e histórica. Essa região é agora Patrimônio Nacional, composta pela Pinacoteca do Estado, a Estação e o Jardim da Luz, a Praça Julio Prestes, o Edifício Martinelli, o Museu de Arte Sacra”. *Mensagem ao Congresso Nacional 2001*, Ministério de Desenvolvimento Social, 2001. Disponível em: https://www.presidencia.gov.br/publi_04/colecao/capn031.pdf
É importante sublinhar que processos de inserção de câmeras para segurança em espaços abertos não estão

O jornal Folha de São Paulo ressalta nessa época (1999) tentativas mal sucedidas do prefeito Celso Pitta e do então secretário de cultura Marcos Mendonça para viabilização do *Programa Monumenta* na cidade, que já vinha sendo anunciado pela mídia, pelo menos desde 1998. O coordenador nacional do programa na época, Pedro Taddei, acusava o Departamento de Patrimônio Histórico pelo atraso no levantamento do patrimônio da região²⁷. Apesar disso, os acontecimentos de 1999 e 2000 demonstram que mesmo o “atraso” no processo não impediu que mais alguns passos fossem na direção da revalorização. A parceria entre o governo estadual (Geraldo Alckmin) e o municipal (Marta Suplicy) para as intervenções na Região da Luz em conjunto com o *Programa Monumenta*, só foi formalmente anunciada no ano de 2002²⁸.

Em consonância com o sinal dado pelo *Projeto Ação Centro* para revalorização afetiva do centro da cidade, os discursos e a mídia, a partir dessa época, passam a evocar de forma nostálgica e cada vez mais freqüente uma época gloriosa, quando o Jardim da Luz era “freqüentado pelas famílias paulistanas que desfrutavam da bela coleção de plantas, várias estátuas e um lago”.²⁹ De forma recorrente, contrasta-se esse passado idealizado com a atual circulação de vendedores ambulantes, meninos de rua, prostitutas, traficantes, policiais coniventes e corruptos, e usuários de drogas.

“A imagem de uma São Paulo elegante e solidária é o que restou na lembrança de antigos moradores da cidade, que, em algum momento de suas vidas, viveram ou trabalharam na Região da Luz... - Guardo até hoje uma foto da minha família, feita por um lambe-lambe, no Jardim da Luz, em 1924. Era um lugar encantador”³⁰.

“Nos primórdios da capital, a Luz era conhecida como o caminho do Guaré, que ligava o núcleo original da vila de São Paulo ao interior. Com a

necessariamente vinculados aos processos de tombamento. Trata-se aqui de sinalizar que ambos os processos coincidem com um novo projeto para a cidade.

²⁷ “Levantamento em São Paulo está atrasado”, Folha de São Paulo, Caderno Ilustrada, 11/01/1999; “Programa prevê preservação sustentável”, Folha de São Paulo, Caderno Cotidiano, 02/08/1998; “Recuperação da luz une Estado e Prefeitura”, Folha de São Paulo, Caderno Ilustrada, 05/03/1999

²⁸ A coleta da maior parte das informações sobre a revalorização da Região da Luz e do Parque da Luz ocorreu durante a gestão estadual de Geraldo Alckmin e municipal, de Marta Suplicy. Portanto, as ações de continuidade para revalorização desta região estão dispersas no texto.

²⁹ “Roteiro Turístico do Centro de São Paulo: Pinacoteca do Estado”, Associação Viva o Centro, disponível em: <http://www.vivaocentro.org.br>

³⁰ “Luz era um lugar encantador, diz aposentada”, Folha de São Paulo, Caderno Cotidiano, 25/01/2002.

*chegada da estrada de ferro, no fim do século 19, a região se tornou porta de entrada dos imigrantes. Obras como o Quartel da Luz, de 1895, guardam a memória dessa época. Hoje, entre um edifício restaurado e outro, há prostitutas, traficantes, calçadas esburacadas, cortiços, ambulantes e muito lixo*³¹

Proferidos pela mídia, por órgãos governamentais ou movimentos ligados a grupos de empresários, os discursos para revalorização da Luz focalizam determinadas interpretações da memória, da história e dos afetos, os quais são representados como “grandes atrativos” da região, que devem ser preservados, receber investimentos públicos e privados e gerar renda para que a região se torne “sustentável”³². Assim proclama-se a região central como um “cinturão cultural”, parte de um novo ciclo da economia: “depois do café e da indústria, centro cultural”³³.

Nos discursos apresentados, os depoimentos afetivos de antigos moradores e comerciantes misturam-se com o que se convencionou chamar “equipamentos culturais e históricos”, em sua maioria, construções que datam do final do século XIX e início do XX, que representam símbolos de riqueza dos dois ciclos econômicos anteriores a serem preservados e atualizados para um projeto de modernização da cidade. Cultura e lazer são conjugados nesses discursos como “vocações naturais” que representam o “salvamento” de uma região que foi abandonada ou deixada ao acaso³⁴.

Teatros, museus, cinemas, centros culturais, instituições de ensino são reformados e promovidos no centro de São Paulo por meio de exposições, mostras, oficinas de arte, passeios turísticos e atividades esportivas, dentre outros eventos que proclamam como

³¹ “Luz, bairro histórico, vai ganhar projeto de revitalização”, Sérgio Duran, Folha de São Paulo, Caderno Cotidiano, 25/01/2002

³² Zukin (2000: 109) “Em cidades históricas muito diferentes, da capital do México a Berlim, muitos afirmam que o centro histórico é um fragmento fundamental da memória pública. Invoca-se o espaço como testemunho da história: um espaço em que um evento simbolicamente importante ocorreu é autêntico de um modo ao mesmo tempo definido e destruído pelo desenvolvimento moderno. No entanto, cada espaço pode fazer parte de diferentes narrativas históricas. Assim, quando se reivindica um espaço histórico, recupera-se uma determinada interpretação da história, do ponto de vista de um grupo social específico”.

³³ “Depois do café e da indústria, centro cultural”, Gianpiero Gasparini e Simone Iwasso, Folha de São Paulo, Caderno Especial, 04/12/2002

³⁴ Alguns autores desse debate, como Marco Antônio Ramos de Almeida, afastam a idéia de vocação natural da região, substituindo-a pela possibilidade de multifuncionalidade, na medida em que pode abrigar as mais diversas atividades na região, e não exclusivamente culturais.

mérito uma aparente promoção da inclusão social e da cidadania. Destacam-se aqui uma visita guiada a Pinacoteca do Estado de São Paulo, na qual as prostitutas do Parque da Luz foram levadas para conhecer o acervo, e passeios ambientais periódicos oferecidos ao público em geral pelo Jardim da Luz - que “originalmente concebido para ser um jardim botânico”, pode promover e valorizar também sua natureza, “as plantas exóticas, as diversas espécies de árvores e os pássaros”.

Já que “a área é habitada e freqüentada por italianos, coreanos e armênios, dentre outros grupos”, determinados freqüentadores do parque também acabam por se tornar marca da “faceta multicultural” da região que também se quer promover como valor. Para além dessa “pluralidade”, a participação e a cidadania também são evocadas nesse processo. O Conselho Gestor do Parque da Luz (CGPL)³⁵ é uma das instâncias que contribui para uma sensação de cidadania desses vários grupos que freqüentam o parque, e nas reuniões mensais esvaziadas, programam as atividades a serem realizadas, discutem as formas de utilização cotidiana do espaço, e são informados, por exemplo, da mudança do administrador do parque, realizada num “processo relâmpago”, logo após a mudança de gestão da prefeitura (Suplicy/Serra) – ao que alguns membros do conselho questionam: - afinal qual a nossa função aqui? Por que não participamos do processo de escolha do novo administrador?³⁶

Um dos membros do CGPL entrevistado para a pesquisa relatou sobre as reuniões do conselho: *“São apenas fachada de democracia. Na grande parte das vezes aparecem apenas os suplentes, que não tem direito de voto. Na última reunião ficaram trinta minutos discutindo se poderiam ter direito de voz, pois alguns achavam que isso (todos poderem falar), seria perda de tempo”*.

Esta incapacidade do Conselho Gestor do Parque da Luz de possibilitar a participação popular efetiva em decisões acerca do parque, assim como a idéia de uma “cidadania de fachada” e o desencontro entre o que vem sendo realizado no parque e o que é proclamado como realização, são alguns dos elementos presentes nas falas acima,

³⁵ Os Conselhos Gestores dos Parques Municipais foram regulamentados pela lei 13.539, de 20 de março de 2003. As partes entre aspas deste trecho foram documentos de arquivos do Parque da Luz ou de falas de entrevistados no parque.

³⁶ Em repúdio ao processo de escolha do novo administrador, o Conselho Gestor do Parque da Luz redigiu uma carta aberta de desagravo ao acontecido. Veja no ANEXO I.

que se encontram destacados também no projeto para o parque, a serem abordados mais adiante.

A articulação entre revalorização e segurança

Amplamente tematizado e debatido esse modelo de revalorização das cidades focaliza antigas áreas nobres centrais que se degradaram por falta de interesse público, e a partir da década de 1990, como parte de um novo modelo de gerenciamento das cidades alinhado com o capitalismo global, passaram a reunir ações e interesses de governos locais, grupos empresariais, combinando financiamentos de agências multilaterais, e dos setores público e privado como já sinalizado por Frugoli (2001). A revalorização da área da Luz não foge a esse modelo urbanístico caracterizado pelo processo de *gentrification*³⁷ e seguido em várias cidades do mundo, como Barcelona, Paris ou Londres, dentre muitas outras. O mesmo padrão de intervenções vêm sendo realizado em várias cidades brasileiras, em especial aquelas participantes do *Programa Monumenta*, como Recife, Salvador e Rio de Janeiro³⁸.

Valorizando determinadas áreas da cidade, o processo de *gentrification* altera a paisagem urbana, transforma seus significados, e direciona circulação e permanências locais para segmentos sociais específicos, que possam consumir os novos produtos da cidade, ela mesma tornada mercadoria³⁹ e administrada ou gerenciada de forma empresarial.

Nesse processo de revalorização vão sendo atribuídos novos usos ao lugar, reconstruindo-o, reinventando-o, e revalorizando-o a partir da promoção de uma determinada interpretação da memória, da história. É nesse contexto que cultura, natureza, pluralidade, inclusão social e cidadania, passam a compor uma grande peça publicitária.

Esse nível local de transformações articula-se também com uma agenda internacional para as cidades e com os financiamentos de agências multilaterais.

³⁷ Seguindo os passos de Rogério Proença Leite (2002), adota-se aqui o termo *gentrification*, um neologismo derivado do inglês *gentry*, que não tem uma tradução consensual entre autores e tradutores brasileiros, podendo ser encontrado como gentrificação ou enobrecimento.

³⁸ Especificamente sobre as cidades brasileiras, destacam-se aqui os trabalhos de Leite (2002), Pinho (1996), e Oliveira (1998).

³⁹ Compartilha-se aqui a idéia da cidade transformada em mercadoria e da aproximação de cultura e economia como proposta por Arantes (2000: 47)

Retomando a trilha deixada por Sanchez (2001) - que sinaliza a convergência de interesses para vender as cidades como indicativo de um processo de mercantilização do espaço, que atinge outro patamar - ressalta-se aqui a cidade como produto do desenvolvimento do mundo da mercadoria, da realização do capitalismo e do processo de globalização em sua fase atual.

“A existência de um mercado de cidades, como um fenômeno recente, mostra a importância cada vez maior do espaço no capitalismo – a orientação estratégica para a conquista do espaço, que agora alcança cidades como um todo, postas em circulação num mercado mundial – e evidencia a produção global do espaço social. (...) A fase atual do capitalismo só se realiza produzindo um novo espaço, pressionado pelas novas exigências de acumulação, mediante suas lógicas e estratégias à escala mundial (...) A análise do mercado das cidades permite identificar a produção, circulação e troca de bens materiais junto à produção, circulação e troca de imagens, linguagens publicitárias e discursos” (Sanchez, 2001: 33).

Como parte da composição da imagem da cidade a ser vendida, entram localmente em cena projetos de grande porte. *Estação Luz da Nossa Língua* é um desses projetos que agrega ao *slogan* cultural um elemento patriótico ou de identidade nacional: a língua portuguesa. O museu sobre o idioma ou, como afirmam alguns de seus idealizadores, um “parque de diversões da língua portuguesa” está projetado para ser implantado na Estação Ferroviária da Luz e inaugurado no final do ano de 2005. A escolha da expressão “parque de diversões” é explicada e exaltada pela mídia pelo seu caráter tecnológico, sinalizando mais uma vez a importância de imprimir ares de modernidade e atualidade ao “potencial cultural e histórico” (Estação Ferroviária da Luz), e conseqüentemente, ao projeto de gerenciamento das cidades⁴⁰.

⁴⁰ “Estação da Luz abrigará museu da língua portuguesa até dezembro”, Folha de São Paulo, caderno Ilustrada, 13/4/05: “A escolha do termo pode ser explicada pelo caráter tecnológico e de interação que o museu assumirá. Recepcionado logo no início por uma instalação da diretora artística Bia Lessa, o visitante deve utilizar uma outra instalação - dentro de um elevador - criada por Risério e Arnaldo Antunes e batizado de “Árvore da Língua” para chegar aos outros andares. Todos os outros ambientes da instituição - o auditório, a Praça da Língua, a Grande Galeria, a Galeria das Influências, a Linha do Tempo e a Mesa de Etimologia - também seguem a linha, de unir informação à tecnologia, seja com multimídia ou com suportes audiovisuais”.

O mega projeto é fruto de investimentos públicos e privados e articula-se com a reforma da estação e um projeto de interligação de linhas de trens que afirma a quintuplicação da circulação de pessoas⁴¹.

No processo de revalorização, a área da Luz passa a concentrar grande fluxo de capitais, pessoas e signos⁴², investimentos variados em setores como imobiliário, cultural ou comercial, por meio da instalação de bares, restaurantes, faculdades, galerias, centros de compras que vão empurrando para outras áreas figuras como meninos de rua, prostitutas, vendedores ambulantes, usuários de drogas, enfim, todos aqueles que não podem consumir tais produtos e que não representam o projeto modernizador que se quer imprimir na cidade. Restam para essa população as áreas marginalizadas, que permanecem em condições precárias.

Quase que ironicamente, as intervenções, modificações de fachadas, as restaurações de prédios e calçadas ou melhorias no sistema de iluminação, segurança, limpeza e transporte das áreas revalorizadas são repercutidas como prova da eficiência e da preocupação dos setores público e privado com as demandas da cidade e da população, cercando as ações de um caráter elogiável, bem sucedido, enfim, inquestionável. Aos poucos são acionadas localmente idéias como a de pertencimento a um lugar esteticamente reformulado, limpo, belo, seguro e moderno, e internacionalmente, a cidade como local de turismo, consumo ou negócios, seguindo os padrões das “cidades modelo”⁴³, para competir pelo fluxo global de investimentos.

⁴¹ Estação Luz da Nossa Língua está sendo realizado por meio da parceria entre Ministério da Cultura, Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e fundos arrecadados pela Fundação Roberto Marinho. Dentre os contribuintes estão Correios, Petrobrás, Eletropaulo, IBM Brasil, Rede Globo de Televisão, Vivo, Votorantim. A interligação das linhas de trens da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) que está sendo desenvolvida foi um chamariz para a instalação desse “museu” no local. As mudanças no transporte ferroviário fazem parte do projeto “Integração Centro”, financiado em parte pelo Banco Mundial (BIRD). A mídia tem anunciado estimativas diferenciadas para o aumento da circulação de passageiros, algumas de 32 mil para 200 mil pessoas, e em outros casos, para 400 mil pessoas.

⁴² Como apontado por Oliveira (2000: 212), há uma competição entre cidades para sediar as recorrentes retorializações e desterritorializações dos fluxos globais de capitais, pessoas e signos. O autor afirma que nesse processo tornam-se fundamentais as capacidades locais de produção e difusão de imagens positivas capazes de garantir a inserção diferenciada de determinada metrópole nos circuitos claramente hierarquizados da economia global. Oliveira cita como exemplo a repercussão da “excelência na prestação de serviços *worldclass* com a função de vincular o nome de um lugar à possibilidade imaginária do desfrute de ambientes confortáveis, seguros e ricos em oportunidades de lucro para os executivos internacionais em constante trânsito pelos diversos mercados transnacionais”.

⁴³ Entende-se a expressão ‘cidades modelo’ como discutida por Sánchez (2001: 31), a saber, “imagens construídas pela ação combinada de governos locais, atores hegemônicos com interesses localizados, agentes

Seguindo os jargões dos urbanistas, os “equipamentos históricos e culturais” e “o potencial de cultura, lazer e turismo” “agregam valor” e atraem investimentos para as cidades, os quais são convertidos em ganhos para que esses lugares se tornem “auto-sustentáveis”⁴⁴.

Dentre muitas outras intervenções na Região da Luz, medidas como desocupação de prédios⁴⁵, remoção de vendedores ambulantes, operações policiais na região da Cracolândia, fiscalizações de hotéis e de estabelecimentos comerciais vêm sendo realizadas. Como exposto anteriormente, os textos publicados pelos veículos⁴⁶ de comunicação da *Associação Viva o Centro*, que foram acompanhados para a pesquisa, revelam parte do discurso proferido por órgãos governamentais, em consonância com o da associação que congrega interesses empresariais. Uma reportagem de julho de 2005

multilaterais e redes mundiais de cidades. A partir de alguns centros de decisão e comunicação que, em variados fluxos e interações, parecem conformar um campo político de alcance global, os atores que participam desse campo realizam as leituras das cidades e constroem as imagens tornadas dominantes mediante estratégias discursivas, meios e instrumentos para sua difusão e legitimação em escalas variadas” (Sanchez, 2001: 31)

⁴⁴ Acerca da idéia de um processo de *gentrification* na região central da cidade, Pedro Taddei, coordenador nacional do Programa Monumenta, declarou em 2002, durante entrevista já citada anteriormente: “Não há nenhum ponto que se possa dizer – pronto está aqui, como queríamos demonstrar, isto vai resultar necessariamente numa gentrificação.” Ao que procurei questionar se o que havia era o contrário desse processo, e ele respondeu: “Não, pelo contrário não. Eu diria o seguinte, se quiser pode, se não quiser, também não acontece. Ou seja, o mecanismo em si é relativamente neutro. Eu digo relativamente porque, claro, o subsídio não cai do céu. Por exemplo, a população para se manter, no centro ou na periferia, numa habitação digna, tem que receber subsídio. De onde vem esse subsídio? Do bolso daqueles que pagam esse subsídio. Alguém tem que produzir um excedente que cubra aquele que não produz. É natural isso. Isso vai por via de impostos, mas de qualquer maneira é como trocar o dinheiro de bolso. A única diferença é que nós estamos selecionando uma parte desse dinheiro para que as áreas históricas não se percam nesse processo. Agora o tom é dado pela coletividade local. O nosso projeto nasce obrigatoriamente de uma oficina de planejamento participativo, com a participação de representantes dos moradores, da comunidade atuante no local, de associações de amigos do bairro e ongs, e mais prefeitura, estado e união, que define o perfil do projeto. E isso está tudo a disposição, os relatórios das oficinas. Mas dizer que é gentrificação, é uma precipitação”.

⁴⁵ “O prefeito José Serra (PSDB) decidiu desapropriar os imóveis existentes em uma área equivalente a cerca de dez quarteirões na ‘Cracolândia’ - uma das regiões mais degradadas do centro de São Paulo. O primeiro passo nesse sentido foi dado nesta semana, com a publicação de um decreto que declara como sendo de utilidade pública cerca de 105 mil m² na região. A medida, de acordo com o ‘Diário Oficial da Cidade’, é necessária para a execução de um plano de urbanização. Apesar do decreto, ainda não está definido quantos imóveis da região serão realmente desapropriados nem quando isso ocorrerá, de acordo com a assessoria da Subprefeitura da Sé” – “Prefeitura decide desapropriar Cracolândia”, *Jornal folha de São Paulo, Caderno Cotidiano*, 09/09/05 Os movimentos urbanos que lutam por moradia na região central da cidade relatam a ausência de projetos habitacionais que abriguem a população expulsa, o que torna obrigatória a solução temporária de morar em albergues. Os mesmos movimentos relatam também o fechamento de alguns albergues na região.

⁴⁶ Veículos de comunicação: Informe Associação Viva o Centro, Revista Urbs e Inter Ação disponíveis em: <http://www.vivaocentro.org.br/publicacoes>, consultou-se livros do acervo da AVC, em sua sede em São Paulo, e as publicações “São Paulo Centro XXI história e projeto”, “Painéis Viva o Centro memória do ciclo infra-estrutura urbana na área central de São Paulo” e “Cartilha de Segurança”, todos da AVC.

sobre as intervenções realizadas pelo poder municipal, intitulada *Preparando terreno para a iniciativa privada*, enumera as realizações na área adjectivando-as como “medidas de carácter emergencial” e “fundamentais” para incitar outras iniciativas do poder público, mas especialmente, para que se estimule o interesse do setor privado. “Enquanto a região não usufruir segurança e limpeza, não haverá empresas interessadas em investir nela”. A declaração é atribuída ao atual subprefeito da Administração Regional Sé (AR-Sé), Andrea Matarazzo, que tem realizado visitas periódicas a Região da Luz-Santa Ifigênia junto com empresários e grupos que, segundo a reportagem, “demonstram interesse em ocupar os imóveis da região”, dentre os grupos citados estão duas construtoras Walter Torre Jr. e a Rovic Incorporações, e as universidades Anhembi-Morumbi e de Guarulhos⁴⁷.

A reintegração de posse de um prédio localizado na Rua Plínio Ramos, na Região da Luz, é um dos exemplos de como vem atuando a nova gestão municipal. De acordo com o Movimento de Moradia da Região Centro (MMRC), no dia 16 de agosto de 2005, o prédio que era ocupado por aproximadamente 79 famílias, desde março de 2003, foi desocupado pela polícia de forma violenta, com a utilização de bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha por parte dos policiais, deixando vários feridos entre eles manifestantes, jornalistas, policiais e crianças. Além desse e de outros edifícios já desapropriados, existem outros com processo de reintegração de posse em andamento. Dentre eles, está um prédio na Avenida Prestes Maia, com aproximadamente 400 famílias⁴⁸.

No terceiro mandato de gestões municipais e estaduais desse período mais recente, que dá continuidade ao projeto de revalorização do centro, além de se “preparar o terreno para a iniciativa privada” realizando a “limpeza” do lugar em conjunto com passeios com empresários pela região, estimula-se a presença de empresários na área por meio da

⁴⁷ “Preparando o terreno para a iniciativa privada”, Gustavo Fioratti, Revista Urbs, n. 38, ago/set. 2005

⁴⁸ “Carta Aberta Ocupação Plínio Ramos”, MMRC, 05/7/05, disponível em

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/08/326674.shtml> Vale ressaltar aqui que assim como o atual superintendente da AVC exprimiou-se na entrevista, há uma certa pausa entre uma gestão e outra no que concerne ao projeto de revalorização do centro da cidade, sendo que cada gestão “imprime seu estilo”. A gestão do prefeito José Serra e do subprefeito Andréa Matarazzo não se caracterizou por essa pausa, articulando rapidamente a mudança de administradores de parques e jardins da cidade, e iniciando um processo de carácter mais violento, em especial no que diz respeito às desocupações. Por outro lado, a gestão anterior, acabou por contribuir com o processo, de maneira menos violenta e mais lenta, nesse sentido, e buscando um carácter conciliador e de participação popular aparente – no que diz respeito ao projeto do Parque da Luz.

isenção de impostos como ISS (Imposto Sobre Serviços), IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis).

Como sinalizado por Sanchez (2001), o estímulo local ao empresariado relaciona-se a articulação entre mercados, empresas⁴⁹, corporações com interesses sobre o local, mercado imobiliário, de consumo, de turismo, de consultoria em planejamento e políticas públicas, aos quais acrescenta-se aqui o de segurança eletrônica e de câmeras de monitoramento, que está relacionado a um controle contínuo do fluxo de transeuntes.

Tal controle articula-se com o processo de revalorização, dentre outras formas, concretizando e reforçando aquele direcionamento da circulação e permanência nesses locais para segmentos sociais específicos. No Parque da Luz as prostitutas, os cafetões e usuários de drogas, que aí circulavam, representavam um entrave a esse direcionamento e de acordo com muitos dos depoimentos coletados para a pesquisa causavam incômodo e constrangimento às famílias que deveriam usufruir o parque. As câmeras instaladas (ou seus avisos), a presença da polícia militar e da guarda civil metropolitana, as ameaças de projetos que previam a instalação de catracas e cobrança para circulação no parque, diminuíram a presença desses “incômodos”, e disciplinaram aqueles que ali permaneceram.

Possibilitando vislumbrar o projeto de revalorização em andamento, do Café instalado sob a Pinacoteca do Estado, de frente para o Jardim da Luz, pode-se notar uma linha imaginária entre os dois ambientes. Aqueles que se sentam no Café podem ouvir, dentre outras conversas de seus freqüentadores, falas sobre a exposição mais recente do Museu Guggenheim, viagens internacionais ou o valor de câmbio das moedas. Dali se vê em primeiro plano o parque “aprazível”, suas árvores, o fluxo de pessoas que saem da Estação da Luz ou do metrô e passam pelo parque para alcançar seu outro extremo. Dali se vê muito ao longe aquelas que constroem, as prostitutas pouco perceptíveis em seu trabalho, agora num comportamento disciplinado, revelando-se apenas para aqueles que já as conhecem. Já os meninos de rua parecem não ter sido tão controláveis e, segundo

⁴⁹ “o elenco de fatores locacionais é cuidadosamente mensurado por empresas vinculadas ao capital financeiro, industrial, comercial e de serviços como também é avaliado na localização de novas sedes de organismos internacionais. As diferenças são submetidas à ordem do capital que tira proveito delas.” (Sanchez, 2001: 33)

os garçons do Café, por vezes ainda circulam ali “pedindo dinheiro e roubando açúcar de cima das mesas”.⁵⁰

Para a revalorização do centro aos poucos se promove o desaparecimento do conflito, seu esvaziamento, ou nas palavras de Otilia Arantes, realiza-se a necessidade modernizadora de “escamotear conflitos, esconder a miséria”. A revalorização realoca forçadamente a população e o acesso aos ‘lugares’ requalificados tornam-se gradativamente uma impossibilidade para aqueles que foram expulsos dessas regiões⁵¹

A segurança e a vigilância nas cidades têm sido abordadas por alguns autores. Dentre eles, Zukin (1995 e 2003) afirma esses dois elementos como uma característica essencial dos processos de revalorização, na medida em que ao capitalizar a cultura esse processo também militariza o espaço público promovendo uma esteticização do medo. Em outras palavras, a autora identifica no início da década de 1980, nos Estados Unidos, um processo de desinstitucionalização, que levou a visível presença em massa, nas ruas, parques, praças ou sob pontes, de uma população considerada perigosa: famílias sem-teto, mendigos, doentes mentais, usuários abusivos de drogas, e a incorporação de um projeto urbano, via empresa privada, para limpar os distritos comerciais⁵².

⁵⁰ “Luz embeleza e modifica suas meninas”, Folha de São Paulo, Caderno Cotidiano, 29/04/2001: “Os projetos de restauro e recuperação do centro histórico de São Paulo avançam sem encontrar solução definitiva de inclusão social para a população marginalizada. Depois dos viciados da Cracolândia, chegou a vez das ‘meninas’ do quase bicentenário Parque da Luz, o ponto de prostituição mais antigo da cidade. Ao assumir a administração do local, há um ano, as prostitutas representavam o problema mais simples do historiador Fernando Aquino, 29. ‘Aqui era um espaço para o uso de drogas, cafetinagem, e ponto de encontro de bandidos. Com as câmeras e a guarda, eles desapareceram’. Elas, muitas sem alternativa, ficaram (...) O jeito, diz o administrador, foi dialogar com as ‘meninas’. As regras foram aceitas pela maioria das prostitutas. Cafetões foram barrados. Blusas decotadas, saias curtas e batom vermelho foram excluídos do figurino. Tampouco poderiam continuar com o mesmo ‘psiu-psiu’ para atrair os clientes. ‘Até agora, temos conseguido um convívio muito pacífico entre todos’, diz. Aquino”. (grifo meu para ressaltar a idéia de desaparecimento com a presença das câmeras). As mesmas declarações de Aquino também foram encontradas em matérias de outros veículos de comunicação.

⁵¹ “(...) regiões em que se concentravam os antigos centros nobres e administrativos da cidade e cuja deterioração subsequente transformava em cortiço e refúgio dos *homeless*; com algum humor negro seria o caso de dizer que os usuários tradicionais daqueles espaços degradados só poderiam visitá-los agora na qualidade de turistas ocasionais. Numa palavra, os centros restaurados acabaram se convertendo em cenários para uma vida urbana impossível de ressuscitar. Para os novos excluídos, no máximo um lugar de lazer; em geral muito pouco e de natureza duvidosa; como disse, pura encenação. Imagens de uma cidade dita ‘comunicante’ (...) onde a pluralidade não passa de décor cultural (...) Assim, a reabilitação de certos bairros, especialmente dos centros urbanos, não passa de uma verdadeira consagração da eternidade da cena – bem polida, limpa, enfeitada, transformada ela mesma em museu” (Arantes, 1996: 135)

⁵² “... New York City parks have removed and redistributed the homeless by creating the ‘defensible spaces’ that Oscar Newman wrote about in the 1960s, using the design guidelines prescribed by William H. Whyte in the 1980s...The Bryant Park Restoration Corporation started cleaning up the Midtown business district by

Já no final da década de 1980, Davis (1993: 206) analisando a cidade de Los Angeles observa a “militarização do espaço público” ou uma “obsessão por sistemas de segurança física e controle arquitetônico das fronteiras sociais” por meio de uma tendência sem precedentes no sentido da fusão do urbanismo, da arquitetura e de um esforço abrangente de segurança. O autor detecta, nesse processo, arranjos que envolvem, por um lado, a ocultação da violência econômica cotidiana da cidade e, por outro, a definição de determinados grupos como perigosos.

Os locais revalorizados tornam-se “seguros” via um processo de esteticização do medo e das cidades, por meio da escolha da compra de proteção contra uma população indesejada, e o conseqüente impulso ao crescimento da indústria privada de segurança. Tanto Caldeira (2000), como Zukin (1996) identificam a formação de um “exército privado” de vigilantes ou guardas, que em muitos países – com exceção do Brasil – tornou-se maior do que a força policial pública. Para Zukin, do ponto de vista da economia política, essa mudança é característica dos processos de privatização em geral, que abrangem não apenas a segurança, mas a precarização do trabalho ou a saúde entre outros.⁵³

Ao reservar partes da cidade para serem asseguradas por esse exército privado, e destinadas a uma parcela da população, as áreas e grupos excluídos desse processo ficam a mercê da segurança a ser promovida por uma autoridade pública erodida. Revela-se assim, a radicalização da promoção do desaparecimento do conflito, que de forma mais contundente, é realizado por meio do desaparecimento de certa parte da população, no limite, uma política de extermínio menos custosa.⁵⁴

adopting the social design principles developed by Whyte. Whyte’s basic idea is that public spaces are made safe by attracting lots of ‘normal’ users” (Zukin, 1996: 28)

⁵³ “As public authority eroded, employment in the private security industry tripled, growing from over half million to 1.5 million jobs, from 1970 to 1992 (...) Private armies, those of the security companies, have grown faster and stronger than public security forces. In the late 1960s or early 1970s – estimate of the date vary – employment in private security firms of all kinds began exceed that in public law enforcement agencies. From the mid 1970s, when municipal budgets began to tighten, public agencies have grown to smaller extend than private firms. In California today, there are 3.9 private security employees for every public security employee”. (Zukin, 1996: 40). Caldeira (2000: 199) afirmou que o número de 100 mil vigilantes, quase igual aos 105 mil policiais do estado de São Paulo, em 1996, ainda não se comparava à relação existente em outros países, nos quais a segurança privada supera o policiamento público.

⁵⁴ “As previsões terríveis da Comissão Nacional sobre as causas e prevenção da violência de Richard Nixon, em 1969, se cumpriram tragicamente: nós vivemos em cidades fortaleza brutalmente divididas entre células fortificadas da sociedade afluente e lugares de terror onde a polícia guerreia com o pobre criminalizado”. A passagem do relatório (do comitê norte americano sobre as causas e a prevenção da violência) retomada por Davis (1993: 206), adquire maior complexidade pela idéia de descartabilidade de determinados grupos

As câmeras de monitoramento conjugam-se assim com idéias como a de permanência e circulação, e também, por mais paradoxal que possa parecer, de desaparecimento, que não é para todos, mas apenas para aqueles que não podem contribuir nem com a propaganda de aparente cidadania e pluralidade, enfim, com uma certa “cultura local” que pode capitalizar investimentos. A permanência da prostituição no parque parece ter enfim uma certa função nesse panorama. Elas ainda estão lá, mas enquadradas pela câmera, com gestos e trajés adequados ao direcionamento da circulação e permanência, podem servir ao *marketing* inclusivo que as leva para conhecer o acervo da Pinacoteca.

Inspirando-se em Virilio (1996), para quem a segurança deve passar pela imobilização dos corpos, a supressão das vontades e dos gestos, ressalta-se aqui que mais do que sobre os gestos ou trajés, a câmera de monitoramento nesse panorama realiza sua função focalizando a mobilidade, os fluxos, como será discutido mais adiante. Não apenas Virilio (1996), mas também Davis (1993) sinaliza esses fluxos, quando observa a revalorização da cidade “*eclipsada por uma reestruturação paralela do espaço eletrônico, igualmente policiado, onde o acesso pago a ‘comunidades de informação’, banco de dados e assinaturas de serviços por cabo se apropriam de partes da invisível ágora.*” Ambos os processos para esse autor espelham a desregulamentação da economia e a recessão de direitos não advindos do mercado.

Observar assim esse processo leva a uma retomada mais radical do que alguns autores observaram na proliferação de condomínios fechados monitorados em conjunto com a nova forma de gerenciamento das cidades, a saber, o enclausuramento de uma parcela da sociedade em enclaves fortificados (Caldeira, 2000 e Davis, 1993)⁵⁵, que reflete uma idéia de isolamento por meio de um limite “murado”.

A promoção da “solução” privada de segurança e o monitoramento em espaços abertos, mais especificamente do centro da cidade, fazem emergir para além desse isolamento, um investimento de um grupo social sobre a expansão de sua própria

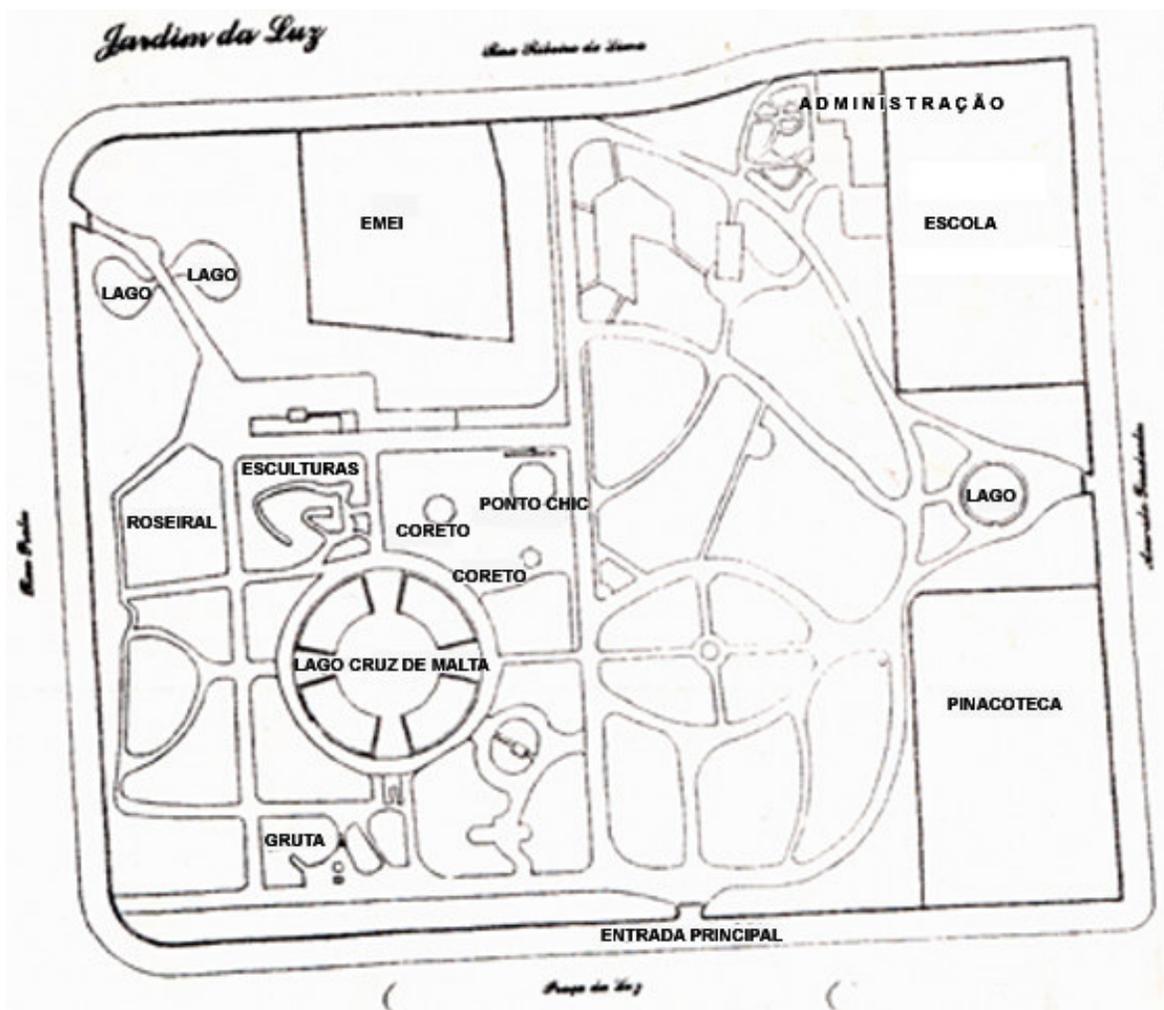
sociais. Para Davis (1993), nas áreas reservadas aos excluídos detecta-se uma “curva real ascendente da violência”, um nível maior de lesões corporais.

⁵⁵ “Os enclaves fortificados são espaços privatizados, fechados, monitorados, destinados a residência, lazer, trabalho e consumo. Podem ser *shopping centers*, conjuntos comerciais e empresariais, ou condomínios residenciais”. (Caldeira, 2000: 12).

mobilidade. Em outras palavras, um processo de imobilização e desaparecimento de alguns grupos sociais em prol da perpetuação de seu próprio movimento. Assim, quando a questão é pensada a partir da idéia de mobilidade, a expansão e o movimento da elite revelam a brutalidade do extermínio.⁵⁶

⁵⁶ As idéias de isolamento e mobilidade não estão aqui colocadas em relação de oposição, mas de radicalização de um processo.

O projeto para o Parque da Luz e o sistema de segurança



As visitas ao Parque da Luz para esta pesquisa ocorreram entre 26 de julho de 2003 e 10 de maio de 2005. Nesse período, foram acompanhadas reuniões periódicas do Conselho Gestor do Parque da Luz (CGPL), realizado levantamento de documentos junto ao arquivo da administração do parque, assim como entrevistas abertas com seus freqüentadores, incluindo vigilantes, funcionários e membros do referido conselho. Paralelamente, foi realizado acompanhamento da lista eletrônica de discussão de seus membros e das atas de suas reuniões, realizadas entre 13 de março de 2004 e 10 de setembro de 2005 .

Alguns textos encontrados no arquivo revelam perspectivas para o restauro do parque como “o resgate de sua importância arquitetônica, botânica, paisagística e

histórica, assim como, sua requalificação como espaço de lazer para a população”. Para construção de um “novo conceito” do parque outro texto afirma que “Transformá-lo num verdadeiro Parque Museu e inseri-lo como referência para a compreensão da história da cidade faz parte desse ideário”. A proposta intitulada *Parque da Luz, proposta de recuperação arquitetônica e ambiental*, afirma que os itens geradores de interesses sobre o bairro da Luz são o “importante conjunto arquitetônico” e “sua estratégica localização pela proximidade com o centro financeiro da cidade”. É nesse sentido que se desenha a proposição de recuperação.

“O Parque da Luz desempenha papel fundamental neste processo por ter preservado até o momento, parte de seu traçado original e uma generosa massa de vegetação, de localização privilegiada, possibilitando de um lado o reconhecimento histórico que nos remete até o Brasil colônia, e de outro, um precioso e agradável espaço urbano de valor ambiental e para lazer da população urbana. Mesmo com essa importância reconhecida pelos tombamentos realizados (...), o parque tem apresentado problemas sérios de manutenção, reflexo da reduzida disponibilidade de recursos à disposição de entidades municipais responsáveis pela administração desse logradouro. Esses graves problemas, porém, não diminuíram, através dos anos, o potencial do parque (...) Acrescenta-se como perspectiva positiva para a recuperação do bairro e do parque a possibilidade de financiamento que se encontra em análise pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), através do Ministério da Cultura (MinC), para o Programa de Reabilitação do Patrimônio Cultural (...) Sua recuperação – integrada a projetos, em curso, de restauração e modernização da Estação da Luz e de intervenção na Pinacoteca do Estado – será um importante articulador do processo de renovação dessa região, além de reforçar a inserção desse histórico logradouro público no cotidiano da comunidade paulistana”.

Paralelos a essa proposta ou aos anúncios de realizações de mudanças no parque, diversos relatos de funcionários e membros do CGPL sinalizam que “tudo caminha com dificuldade no parque” e que a anunciada “reforma na Casa de Chá ou Ponto Chic”, aonde acontecem as reuniões do conselho, era apenas aparente, algo denunciado não apenas pelas entrevistas, mas pelo buraco no forro do teto.

Da mesma forma, os memorandos (com datas entre 04 de fevereiro de 2003 e 24 de março de 2004), revelam de forma recorrente a falta de infra-estrutura básica do parque, por meio de diversos levantamentos e solicitações para manutenção, incluindo itens como descupinização, falta de sinalização, reforma elétrica, hidráulica, dos sanitários, conserto de diversos telhados e pisos. A questão da manutenção e do restauro do parque torna-se mais complexa ao se considerar o depoimento de um membro do CGPL que afirmou em entrevista: *“Estávamos com um problema em uma árvore doente, que podia cair e machucar as pessoas. Depois de enviarmos vários pedidos para que mandassem alguém vir remover, recebemos a notícia de que ela já havia sido retirada! Tivemos que tirar uma foto da árvore para provar que ela ainda estava lá.”*

Revelando algo semelhante, é possível encontrar no *site* do Ministério da Cultura, a partir de uma consulta ao Banco de Projetos Aprovados, pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), o projeto 023485, autorizado a captar recursos em 2005 para o financiamento de um livro sobre o Parque da Luz. O sumário do projeto afirma que o local “foi inteiramente restaurado, tanto na vegetação, quanto na arquitetura”⁵⁷.

Além desses discursos sobre a restauração, é interessante retomar também os relacionados ao Conselho Gestor do Parque da Luz (CGPL), como um outro elemento do novo projeto para o parque. Como dito anteriormente, apesar de ter sido constituído como instância de participação popular para gestão do parque, o que se revela nesse âmbito é a falta de participação. Ao processo de substituição do administrador do parque, que teve como resposta dos membros do conselho uma carta aberta de desagravo⁵⁸, somam-se reuniões esvaziadas. Dentre outros documentos, que revelam que a falta de participação extrapola o CGPL, vale destacar o memorando 058, de 22 de setembro de 2003, que

⁵⁷Disponível para consulta em <http://www2.minc.gov.br/cgmi/internetSac/conspronac.htm>

Resposta de Consulta

Nº Pronac :023485 - Parque da Luz

Proponente : Estúdio RO Cultura Ltda

UF : SP Área: Humanidades Segmento : Edição de Livros Situação : Aguarda Captação de Recursos

Sumário do projeto: TEMA: PARQUE DA LUZ. PECULIARIDADE:O Parque da Luz é o mais antigo jardim público de São Paulo, e um logradouro que criado em 1788, atravessou os séculos XIX e XX, tendo o seu auge entre 1870 quando iniciou-se a operação ferroviária, a 1830, com a crise do café e o deslocamento da cidade para outra direção. Nos últimos anos, o Parque foi inteiramente restaurado, tanto na vegetação quanto na arquitetura. OBJETIVO: É a realização de um livro sobre o Parque da Luz, marco importante da cidade de São Paulo, que passou, recentemente por um processo de revitalização. TIRAGEM 3.000 EXEMPLARES. Período de Captação : 01/01/2005 a 31/12/2005, Autorizado p/Captar R\$: 212.016,00 Captado R\$: 0,00 Saldo a Captar R\$: 212.016,00

⁵⁸ Ver ANEXO I

além de solicitar reparos, requer informações sobre o andamento das obras de restauro a serem efetuadas no Parque da Luz, sinalizando a falta de participação em diversos níveis: *“A princípio estávamos acompanhando o andamento das discussões através de reuniões periódicas no Departamento de Patrimônio Histórico – DPH, porém estas reuniões não mais ocorreram. Nós do DEPAVE (Departamento de Parques e Áreas Verdes) e da SVMA (Secretaria do Verde e do Meio Ambiente) estamos excluídos da participação em tal processo, e somos constantemente indagados pelos usuários, pelo Conselho Gestor do Parque, e os demais setores, sem termos nenhuma definição”*.

A permanente falta de participação como algo característico do projeto para o parque revela-se também na ata da reunião do CGPL, realizada em 10 de setembro de 2005, que relata a reclamação de um de seus membros sobre a não submissão do projeto de Revitalização Bom Retiro (para o parque) ao CGPL e recomenda: *“O Projeto de Restauro deve ser retomado em comum acordo ao Plano Diretor Parque da Luz, para que cada cidadão do conselho seja ele Biólogo, Sociólogo, Engenheiro,... Para que cada cidadão participante do Conselho Gestor saiba quais diretrizes serão tomadas no Projeto de Restauro do Jardim da Luz, quais possibilidades de criação e interferência.”*

Em conjunto com “gestão participativa” e “restauração” (ou manutenção), a “segurança” é outro elemento importante na conformação do projeto para o parque. A “solução” privada⁵⁹ que aparece com freqüência para questões relativas à manutenção e restauro, também está presente na segurança por meio de documentos que relatam “a falta de respaldo de um efetivo da Guarda Civil Metropolitana” e a contratação da empresa de vigilância privada Emtel, responsável pelo sistema de monitoramento do parque, entre 2000 e 2004.

Dentre os documentos que expõe essa questão, um levantamento detalhado, com cabeçalho da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, intitulado Parque da Luz, indica inúmeros problemas em sua estrutura de funcionamento, como a falta de equipamentos, e

⁵⁹ Em meio a solicitações de reparos e reclamações de falta de participação, aparece num memorando de 2003, o relato da visita de representantes do Banco Real / ABN Amro Bank interessados em investir no restauro e manutenção do parque. Em consonância com o trabalho de Zukin (2003:13), é possível afirmar que os centros urbanos vem sendo moldados pelas estratégias de expansão dos incorporadores imobiliários, assim como pelo abandono do planejamento urbano por parte dos governos locais. “Nesse sentido, é um emblema da reconfiguração do capital imobiliário”.

lista os aspectos sociais, paisagísticos e estruturais do parque. Em seu item 11, reservado ao tema 'segurança' relata "Dois guardas civis metropolitanos diurnos e dois noturnos (esses não são freqüentes) – apenas um diurno é fixo. Segurança particular – seis guardas diurnos e quatro noturnos com HTS e armas. Sistema de câmeras – sete fixas e três móveis. A PM utiliza o parque para treinamento (essa presença é notada)".

Semelhante a participação popular, a restauração e a manutenção do parque que não se efetivam concretamente no cotidiano, mas aparecem como realizações em outros âmbitos, instaura-se a presença da empresa Emtel, por meio de seus vigilantes e da inserção de câmeras de monitoramento. Diversos documentos, datados entre 19 de maio de 2003 e 24 de março de 2004, relatam problemas com a empresa, dentre eles, "a demora nos fornecimentos de equipamento, pouca preparação dos vigilantes, desmotivados por atrasos de pagamentos em seus salários". Além disso, um dos memorandos relata que "*O sistema de monitoramento através de câmeras de circuito fechado de televisão (CFTV) continua avariado e pior foi totalmente retirado no mês de julho do corrente (2003) sob o pretexto de orçar seu conserto e até o presente momento não retornou ao parque. Não recebemos até o momento nenhuma comunicação a respeito, os prazos definidos por nós estão vencidos sem resultados*". Apesar das câmeras de monitoramento não estarem funcionando, os avisos de sua presença e funcionamento continuavam espalhados pelo parque e apenas em junho de 2004, quando foi contratada a empresa Panamericana de Segurança Patrimonial, foi instalada a rede elétrica para que as câmeras funcionassem.

Apesar desse quadro, não se deve supor que a impossibilidade de verificar concretamente a restauração, a manutenção ou o monitoramento por câmeras no parque signifique que os processos de revalorização ou vigilância sejam ilusórios, inexistentes ou estejam inertes nesse local. Da mesma forma, não se trata de distanciar ou opor discurso e prática, como se quisesse detectar no contraste uma mentira, mas sim de procurar perceber que esse estado de coisas alimenta o próprio processo em curso.

As declarações sobre a realização da restauração ou da manutenção mostram o pleno funcionamento do processo de revalorização do parque, capitalizando investimentos privados, recompondo a realidade cotidiana, indicando metas a serem alcançadas, produzindo significados da história, da memória e dos afetos. De forma

similar, a falta de efetividade do conselho gestor enquanto instância de participação popular para gestão local - em especial, para interferência em processos decisórios de maior alcance – revela-se funcional ao *marketing* inclusivo do projeto para o parque.

Por fim, os avisos da presença das câmeras atuam modificando o comportamento dos freqüentadores do parque, afirmando o local como seguro ou protegido, redirecionando fluxos, alterando permanências. Verbalizada pelos vigilantes, a função da câmera “serve mais para a gente não ter que sair do lugar, porque as pessoas vêem aquelas placas que avisam das câmeras e não fazem o que faziam antes, coisas erradas”.⁶⁰ De fato, o aviso e a câmera formam um conjunto, uma máquina que opera independente do que a verificação empírica sobre funcionamento possa fazer parecer à primeira vista.

Para além disso, as câmeras de vigilância participam do projeto do parque imprimindo uma certa aura de modernidade ao processo de revalorização. Para esclarecer melhor essa última questão, é importante ressaltar o atual sistema de vigilância do Parque da Luz, implantado em 2004. As 4 câmeras instaladas próximas aos portões de acesso, em conjunto com as outras sete espalhadas pelo parque transmitem imagens que estejam até vinte metros de distância para dois monitores: um na pequena sala de segurança e outro na sede da administração do parque.

Sobre esse segundo monitor, um dos vigilantes explicou que não estava previsto para ser instalado, mas a pedido de um funcionário, improvisaram uma instalação: um fio que atravessa o corredor externo entre a sede da administração e a sala de segurança, apelidado de “varalzinho”. Os vigilantes entrevistados explicam que o monitor da sede não é controlado por ninguém, mas transmite as imagens, localizado sobre um armário, próximo à janela, o único lugar onde era possível que a extensão elétrica alcançasse: gambiarra que faz saltar aos olhos um contraste e a tentativa de superação da falta de estrutura do parque por meio da “moderna” tecnologia de segurança.

⁶⁰ Vale destacar aqui que a função dos avisos sobre câmeras também se encontra discutida na parte deste texto que aborda a legislação brasileira sobre câmeras de monitoramento.



Imagem do monitor na sede da administração do Parque da Luz.

Fonte: arquivo pessoal.

Assim, independente de problemas hidráulicos, elétricos, tetos esburacados, ou mais além, independente das assimetrias e desigualdades que marcam o parque, o artefato tecnológico funciona também conferindo um caráter modernizador⁶¹ ao processo de revalorização do parque. O monitor como penduricalho do “varalzinho”, em conjunto com o teto esburacado do parque restaurado, a visita guiada das prostitutas à Pinacoteca ou o projeto Estação Luz da Nossa Língua, dentre outros, sinalizam “tecnologia”, “cidadania aparente” e “cultura” como elementos para ascensão à modernidade.

Por outro lado, enquanto no Parque da Luz o atual sistema de vigilância traz ares de modernidade, os mais recentes produtos oferecidos nas feiras de segurança sinalizam seu “atraso” e o regime de obsolescência que rege o mercado. Assim enquanto o sistema analógico instalado no parque capta imagens a aproximadamente vinte metros de distância, sem integração de alarme com a polícia ou com outros sistemas de banco de

⁶¹ Bosi (1993), Santos (1998), Oliveira (2000), Telles (2003)

dados informatizados, o mercado de segurança oferece sistemas com câmeras digitais que giram 360 graus, alcançam até três quilômetros de distância, e estão integrados não apenas com alarmes para a polícia, mas com bancos de dados e sistemas biométricos de reconhecimento facial. O limite máximo de atuação da câmera, a mais “moderna” tecnologia, é apresentado pelo mercado, que opera com um limite infinito, sempre sinalizando um fosso a ser transposto.

As câmeras de monitoramento

As câmeras de monitoramento ou câmeras de vigilância são dispositivos comuns em sistemas de controle do trânsito ou de segurança eletrônica. Elas são câmeras de vídeo que capturam as imagens e as transmitem via circuito fechado de televisão para uma central de monitoramento, onde as imagens são replicadas em tempo real nas telas dos monitores, sob acompanhamento de funcionários que permanecem nessas centrais.

O sistema de câmeras pode ser analógico ou digital, e sua forma de funcionamento, em ambos os casos, varia bastante. Focalizando o monitoramento em sistemas de segurança, pode-se dizer que, de forma geral, as câmeras analógicas são fixas em um ponto considerado estratégico pela equipe de segurança, por exemplo, entradas de edifícios, de *shoppings centers* ou de parques públicos, como é o caso aqui estudado.

No sistema analógico⁶² as imagens capturadas são transmitidas e gravadas em fitas de vídeo, material que é reabastecido pelos funcionários, os quais, na maioria das vezes, são os próprios vigilantes, que também acionam a polícia em casos de delitos. Esse é o sistema utilizado, por exemplo, no Parque da Luz, apesar de ser considerado obsoleto pelo mercado de segurança eletrônica.

Nas feiras e exposições de segurança eletrônica, o sistema analógico praticamente inexistente e os produtos mais vendidos são variações do sistema digital. Nesse segundo caso, a interferência humana pode ser menor, pois a transmissão das imagens, as gravações e o controle de sensores de alarmes são funções integradas por um *software*, monitoradas e controladas por computador. Isso permite, por exemplo, o controle de diversos locais ao mesmo tempo, cada um em diversos ângulos, pois mesmo que também sejam fixadas em pontos considerados estratégicos, em muitos casos, as câmeras são rotativas, podendo girar até 360 graus. Em ambos os casos, o alcance das câmeras nesse sistema varia bastante, sendo o mais comum a distância de duzentos e cinqüenta metros, mas podem chegar a até três quilômetros.

A armazenagem e transmissão das imagens também são diferentes nos dois casos. No caso do sistema analógico, as lentes das câmeras de vídeo projetam a imagem sobre

⁶² Para as informações técnicas aqui apresentadas, ver <http://www.fazendovideo.com.br/vtsin.htm> e <http://www.privacy.org>

um chip sensor (CCD⁶³), e a convertem em impulsos elétricos gerando assim o sinal de vídeo. Quanto maior a intensidade de luz em determinado ponto do chip, maior a voltagem produzida, ou seja, existe uma analogia direta entre o brilho da imagem e a voltagem que se produz, por isso o sinal é dito analógico. Os suportes para armazenagem nesse sistema são, em geral, as fitas de vídeo caseiro VHS ou utilizadas para televisão, as super VHS, ambas têm espaço mais limitado quando comparadas ao suporte digital. No sistema analógico, as imagens estão suscetíveis às variações de voltagem, que são gravadas diretamente na fita e sofrem interferências ou perdas, tanto na transmissão, como na gravação e em possíveis cópias de fitas.

No sinal digital a analogia também existe, porém não é direta. Depois de projetadas sobre o chip sensor, as imagens são convertidas em sinais elétricos, mas o sinal gerado é dividido em trechos com mesmo tamanho e para cada trecho é calculada a média da intensidade da voltagem. Em seguida, o número obtido é codificado no formato de número binário (sistema de numeração que só possui dois algarismos - zero e o um). Em suma, a imagem é transformada em pura informação composta de zeros e uns. Os suportes possíveis são muitos, por exemplo, computadores, CDs, ou fitas do tipo DV, dentre outros; e as imagens podem ser transmitidas via Internet. A possibilidade de armazenagem é muito superior quando comparada ao sistema analógico, e abre a possibilidade de interação desse sistema com outros, como o de bancos de imagens contendo, dentre outras possibilidades, fotografias de pessoas procuradas pela polícia e sistemas biométricos de reconhecimento facial⁶⁴. Alguns sistemas de câmeras de monitoramento também podem gravar com boa definição em ambientes escuros (visão noturna), detectar movimentos e serem operados por controle remoto.

Apesar dessa definição estrita de dois formatos (analógico e digital), é necessário ressaltar que é possível encontrar vários tipos de combinação entre os dois, entre outras,

⁶³ CCD é a sigla para Charge Coupled Device, um chip sensor inventado nos anos 70 por Boyle e Smith, responsável por registrar a imagem 'vista' por uma câmera de vídeo.

⁶⁴ A biometria é definida como um estudo das medidas e de estruturas e órgãos de seres vivos, associadas a sua importância funcional. No entanto, mais recentemente, tem sido definida pela mídia e pelo mercado de segurança como “uma ciência de identificação baseada na medição precisa de traços biológicos”. Em outras palavras, essa tecnologia de segurança coleta dados biológicos, da íris, retina, traços faciais ou digitais, transforma-os em algoritmos matemáticos, e armazena-os em bancos de dados, chips ou códigos de barra, que possibilitam, por exemplo, identificar pessoas e negar ou permitir o acesso a determinados lugares ou informações.

a imagem analógica pode ser transformada em digital após sua captação, interagindo com bancos de dados informatizados.

Os empresários do setor de segurança entrevistados afirmam que existem muitas câmeras analógicas instaladas no Brasil, em conexão com esses sistemas digitais. Ressaltam no entanto que “as digitais estão tomando um espaço muito grande no mercado hoje”. Vale destacar dessas entrevistas que a opção por câmeras digitais ou analógicas ou a forma de interação com bancos de dados é apontada pelos empresários como uma decisão técnica, que não deve ser feita por um leigo. De forma geral, eles aconselham a contratação de consultores de segurança que farão “o melhor projeto de acordo com as necessidades do cliente”. Como as câmeras são apresentadas assim, essa opção de compra de segurança nesses projetos não vem desacompanhada. Em outras palavras, é raro, segundo os empresários, que sejam colocadas apenas câmeras para segurança, pois eles argumentam que elas fazem parte de um conjunto que inclui os próprios vigilantes, outros equipamentos como alarmes, sistema de acesso biométrico e cercas elétricas, dentre outros.

Uma trajetória das câmeras de monitoramento no Brasil

“A promoção indivisível da necessidade de segurança já compõe um novo modelo de cidadão, não mais aquele que enriquece a nação consumindo, mas o que investe primeiro na segurança, que gere melhor sua proteção (...). A sociedade capitalista, desde a origem associou estreitamente a política à libertação do medo, a segurança social ao consumo e ao conforto”
(Virilio, 1996)

No projeto inicial dessa pesquisa foi proposto traçar a trajetória da inserção das câmeras de monitoramento na cidade de São Paulo, a partir de um levantamento junto à Secretaria de Segurança Pública, do governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Segurança Urbana, da prefeitura de São Paulo e Companhia de Engenharia e Tráfego (CET), da Secretaria de Transportes deste mesmo município. Supunha-se que, num primeiro momento, as câmeras tivessem como função o monitoramento do trânsito, passando a ser utilizadas, posteriormente, para o monitoramento da segurança. Apesar de ainda se considerar relevante um levantamento mais aprofundado nesses órgãos e uma pesquisa sobre as possíveis mudanças de funcionalidade das câmeras na cidade, seja para monitoramento do trânsito, segurança e outros possíveis usos, optou-se por um levantamento mais restrito e adequado a uma pesquisa de mestrado.

Para sinalizar a trajetória da inserção das câmeras de monitoramento para segurança em São Paulo foi realizado um levantamento de projetos de lei, medidas provisórias e outras proposições legais nos sistemas de informação *on line* da Câmara Municipal de São Paulo, Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, Câmara dos Deputados e Senado Federal, que envolvessem o tema câmeras de monitoramento. Esses sistemas de informação legal ainda estão sendo desenvolvidos no Brasil e, portanto, não disponibilizam todas as proposições legais anteriores ao ano de 2000, sendo que no caso específico da Câmara Municipal, só há informações posteriores a esse ano⁶⁵.

Apesar dessa aparente limitação, a metodologia de pesquisa mostrou-se adequada na medida em que não se pretendia buscar com exatidão uma origem legal para a inserção de câmeras, ou realizar uma análise descendente do poder, partindo de uma

⁶⁵ O levantamento realizado para a pesquisa pode ser encontrado no ANEXO II deste texto.

leitura desse dispositivo ao nível institucional, mas sim observar na legislação a constituição de um campo de forças e de entrelaçamento de discursos sobre esse tema⁶⁶. As discussões foram baseadas então, não apenas na legislação encontrada, mas em entrevistas com empresários do setor de segurança privada, em dados coletados junto a entidades desse setor e na literatura sobre segurança privada no Brasil, tema que guarda uma relação íntima com as câmeras de monitoramento.

A partir desse levantamento foi possível verificar indícios de que o uso dessas câmeras de monitoramento no Brasil iniciou-se e intensificou-se nos dez anos entre meados da década de 1980 e meados de 1990.

Nesse sentido, o levantamento é menos específico, não apontando uma data ou números precisos, mas possibilita vislumbrar conexões entre diferentes discursos e acontecimentos, os interesses colocados em jogo, a distância entre regulamentação e desregulamentação, e a circulação de um imaginário específico acerca de segurança e prevenção, que faz emergir um campo de tensões e arranjos que produzem no seu conjunto as possibilidades do uso das câmeras como dispositivos de segurança.

É interessante notar que os projetos de lei, a partir de 1996, prevêem, quase em unanimidade, a obrigatoriedade do uso de câmeras de monitoramento para segurança em locais como instituições financeiras, escolas, hospitais, *shoppings centers*, estádios de futebol, postos de gasolina, portos, ruas e avenidas, entre outros locais. Das propostas descritas a seguir, é necessário destacar que a maioria delas concentra-se no período entre 1995 e 2005, num processo de crescente elaboração das propostas. A seguir destacam-se do levantamento realizado as proposições legais transformadas em norma legal ou aquelas que se diferenciam da idéia de obrigatoriedade da inserção de câmeras para vigilância.

O registro mais antigo encontrado é a lei federal número 7.102, de 20 de junho de 1983, ainda em vigor, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros e estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares, que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores. A lei proíbe o funcionamento

⁶⁶ É importante sublinhar aqui que não há uma aproximação teórica do conceito de análise discursiva da lingüística, e entende-se por discurso tão somente a manifestação e representação de diferentes interesses e conflitos entre grupos sociais.

de estabelecimentos financeiros onde haja guarda de valores ou movimentação de numerário, que não possuam sistema de segurança aprovado pelo Banco Central do Brasil; e especifica esse sistema afirmando que deve incluir “pelo menos, mais um dos seguintes dispositivos: I - equipamentos elétricos, eletrônicos e de filmagens que possibilitem a identificação dos assaltantes; II - artefatos que retardem a ação dos criminosos, permitindo sua perseguição, identificação ou captura; e III - cabina blindada com permanência ininterrupta de vigilante”.

Assim, apesar de figurar apenas como uma das três opções de dispositivo para a segurança, as câmeras são colocadas em cena na legislação brasileira a partir dessa lei, que as relaciona com o aumento da segurança e a possibilidade de identificação de criminosos.

De acordo com um documento⁶⁷ mais recente do Senado Federal, a justificativa para essa lei estava na impossibilidade constitucional, legal e operacional dos órgãos de segurança pública atenderem o que se afirmava como uma “demanda dos estabelecimentos financeiros privados por serviços de segurança”. A lei 7.102, oriunda do projeto de lei (PL) número 62 de 1981, da Câmara dos Deputados, foi justificada então como alternativa que atribuía à iniciativa privada a competência para organização e prestação de tais serviços.

No entanto, o impulso para relegar a segurança ao setor privado não é uma novidade da lei 7.102, mas um reforço e uma atualização do decreto lei 1.034, de 21 de outubro de 1969, que autorizou o serviço privado de segurança em instituições financeiras, com a justificativa de combater os assaltos a bancos, associados aos movimentos de oposição ao regime militar. Caldeira (2000), ressalta essa peculiaridade do início da segurança privada no Brasil como um produto do “Estado militar” e afirma que a obrigatoriedade desses serviços de segurança gerou um considerável mercado, que desde então só tem expandido.

Segundo Cubas (2002), o decreto de 1969 estimulou as empresas, que eram encarregadas da limpeza e manutenção das instituições financeiras, a investirem na

⁶⁷ O documento em questão é o projeto de lei número 168 de 2005, que pretende atualizar e reforçar a lei 7.102. Este projeto será devidamente tratado mais adiante, e poderá contar entre os Anexos do texto de qualificação.

criação de um setor especializado em serviços de segurança⁶⁸. Tais empresas eram fiscalizadas pelos governos estaduais e legisladas por portarias que as impediam de expandir seus negócios ao nível nacional ou interestadual. Para Cubas, o auge da demanda por serviços de segurança no final dos anos 1970 – caracterizado pela atuação da segurança privada não mais apenas nos bancos, mas em órgãos públicos e empresas particulares – somou-se aos *lobbies* entre empresários e políticos para a expansão do setor no Brasil. A lei 7.102 veio normatizar esse cenário e articular esses interesses.

Desde sua entrada em vigor, em 1983, até 1995, essa lei sofreu inúmeras alterações, sendo que pelo menos doze delas constam em medidas provisórias e em projetos de lei ou outras leis, que versam sobre temas correlatos. No entanto, nenhuma delas alterou a idéia de que o sistema de segurança poderia incorporar como dispositivo os “equipamentos elétricos, eletrônicos e de filmagens que possibilitem a identificação dos assaltantes”, assim como também não discorreu mais detidamente sobre eles.

Apesar das câmeras como dispositivo para segurança estarem citadas na legislação federal, desde o início da década de 1980, é como se ali estivessem como câmeras ocultas, pois não há nenhuma regulamentação específica sobre a utilização desse equipamento, o qual não era fabricado no Brasil e deveria ser importado. O alto custo desses dispositivos nesse período, a falta de uma legislação específica sobre eles, e sua condição legal como uma possibilidade dentre outras para o sistema de segurança dos bancos não deve ser entendido como indicativo de sua ausência nas formas de atuação da segurança privada brasileira.

Entrevistas com empresários do setor de segurança apontam a presença corrente e não regulamentada das câmeras de monitoramento, adquiridas e instaladas ilegalmente

⁶⁸ Caldeira (2000) cita como exemplo típico o caso do Banco do Brasil em São Paulo, que solicitou à empresa que fornecia os serviços de limpeza para que também prestasse os serviços de segurança. “A Pires Serviços de Segurança Ltda., criada como resposta a esse pedido, é hoje a maior empresa de segurança privada no estado de São Paulo, empregando dez mil vigilantes (em 1996)”. O trabalho de Cubas (2002), atualiza esses dados, indicando que as quatro maiores empresas de segurança do estado são: Columbia, Estrela Azul, Pires e Protege. No resumo histórico que faz dessas quatro empresas, Cubas sinaliza o modelo empresarial e a dimensão dessas empresas, quando relata que algumas de suas sedes, em especial os centros de formação, possuem, dormitório, cozinha industrial, quadras poliesportivas, centro de condicionamento físico, local para cursos.

desde meados dos anos 1980⁶⁹. A ilegalidade das aquisições impossibilita não apenas datar com precisão o início de sua utilização no país, como também quantificar sua presença, até os dias atuais, já que segundo os relatos dos empresários, existe uma boa parcela desses dispositivos que continuam sendo contrabandeados⁷⁰. A inserção desses equipamentos em espaços privados ocorre desde então por meio da contratação de empresas de segurança particulares e a utilização ilegal desses equipamentos mescla-se com o mercado clandestino, que caracteriza o universo da segurança privada no país. Como observado por Caldeira (2000), no estado de São Paulo há um grande mercado clandestino de segurança privada que ignora, tanto as leis trabalhistas, quanto aquelas do próprio setor. “Por ser uma atividade ilegal, é difícil obter uma estimativa confiável de sua dimensão, e as suposições variam imensamente”.

A partir de meados da década de 1990, a ausência de proposições legais diretamente relacionadas às câmeras de monitoramento deixa de ser uma realidade. As proposições legais passam a sugerir a obrigatoriedade desses dispositivos, os quais passaram a ter um custo mais baixo no mercado impulsionado pela abertura econômica e a modificação da legislação dos impostos sobre importação. As mudanças na legislação sobre segurança privada e para inserção de câmeras de monitoramento também são impulsionadas pela pressão do empresariado que se beneficia das proposições legais que estimulam o crescimento do setor⁷¹, a saber, aquelas que prevêm a obrigatoriedade desses sistemas de segurança.

⁶⁹ As entrevistas foram realizadas durante a realização da EXPOSEG – Feira Internacional de Segurança, na cidade de São Paulo, nos anos de 2002 e 2005.

⁷⁰ Em entrevista concedida durante a feira Exposec, um empresário afirmou que a estimativa do setor de segurança eletrônico brasileiro é de que havia, em 2002, um milhão de câmeras de monitoramento instaladas no país. Ele explica que um levantamento exato desse número inexistia, pois “no Brasil era proibido importar esse tipo de coisa, então, eu vou usar uma palavra feia, mas existia muito contrabando. Porque as pessoas queriam o equipamento e o governo não autorizava que fossem trazidos. Eles trouxeram então por outros meios. Então não se sabe efetivamente quantas estão no Brasil registradas, quantas entraram com nota e quantas entraram sem nota. A estimativa que temos é baseada no que vemos no mercado. Temos uma idéia do que é instalado com nota e fazemos a partir daí uma estimativa, com a projeção”.

⁷¹ Caldeira (2000) relata que a lei 9.017 de 1995 “seguindo a rápida expansão dos serviços de segurança em resposta às crescentes preocupações da população, tenta estender o controle do Estado para compreender todo o mercado de segurança. (...), contudo, a nova lei imediatamente aumentou o campo ilegal de serviços, já que uma de suas partes significativas são os serviços de segurança orgânica ainda não regularizados. Todavia, o Estado está claramente tentando controlar um setor rentável que tem crescido rapidamente, que ainda é bastante irregular, cujo setor regulamentado é pequeno e bem sucedido em fazer *lobby* por seus interesses (...)”. Entenda-se aqui por segurança orgânica os serviços de segurança prestados internamente pelos empregados de uma empresa, ao invés de requeridos de empresas especializadas.

Mas essa questão mercadológica aparece poucas vezes no discurso do empresariado, que de forma freqüente justifica a importância da estruturação da segurança privada no país e da inserção de equipamentos de vigilância, exaltando o medo da violência crescente e a ineficiência do Estado, elementos amplamente repercutidos pela mídia. Vale destacar ainda que no caso de inserção das câmeras de monitoramento a justificativa mais corrente é a da prevenção como solução para a segurança, em especial, a patrimonial. Assim se compõe o cenário para o que alguns empresários classificaram como *boom* dos sistemas eletrônicos de segurança em meados da década de 1990.

É importante ter em vista aqui que durante todo esse percurso das câmeras no Brasil constituíram-se muitos cursos de treinamento e formação, ou cursos técnicos especializados em segurança exigidos pela lei relativa ao funcionamento das empresas privadas. Existe hoje uma série de “especialista em segurança” ou “consultores” que divulgam os “princípios básicos da segurança”. Alguns dos empresários de segurança entrevistados detectam a baixa formação dos vigilantes e contestam a legislação, afirmando que não existem leis “adequadas no Brasil”⁷². No entanto, não é o que a trajetória demonstra, nem a proliferação de cursos de treinamento.

As quatro maiores empresas de segurança privada do estado de São Paulo, por exemplo, possuem sedes para ministrar seus próprios cursos de formação.⁷³ Fora das empresas, esses cursos também se proliferaram, como é o caso da universidade corporativa de risco empresarial, do grupo Brasileiro & Associados⁷⁴. O grupo é formado por empresas de segurança privada que oferecem consultoria, desenvolvimento de projetos de segurança e treinamento. Pensar na existência desses cursos é a forma mais

⁷² Em entrevista realizada durante a Exposec, em junho de 2005, um empresário afirma: “Falou em legislação nesse setor, é algo próximo do ridículo, é assim que está o Brasil. Por exemplo, você instala um alarme na sua casa, quem foi o instalador? Aonde ele aprendeu a instalar aquilo? Não se sabe nada disso. Agora, ele sabe aonde você mora, ele conhece o código do seu alarme e sabe como entrar na sua casa. Esse é o primeiro problema. Não existem registros no Brasil. Outra coisa é: quem importa os equipamentos? Ninguém sabe. Outra coisa, 60%, que é uma estimativa do que é consumido no Brasil é contrabando, então não se privilegia quem paga imposto, mas a bandidagem. Então, hoje, nós estamos fazendo segurança no Brasil com bandido. Não existem normas, não existe registro e não existe formação. Aonde as pessoas vão se qualificar para ser um profissional de segurança? Não existe no Brasil. Curso técnico? Não existe. Então, o Brasil, na área de regulamentação, normatização e de controles é algo próximo do zero. Não temos nada. É ridículo e temos que pensar como fazer isso “mudar”.

⁷³ As quatro maiores empresas de segurança no Brasil, como sinalizado por Cubas (2002), oferecem cursos de formação: Columbia, Estrela Azul, Pires e Protege

⁷⁴ <http://www.brasiliano.com.br>

superficial de se chegar a uma questão fundamental para essa pesquisa e que está presente em todo o olhar sobre a trajetória aqui desenvolvida: Quais os saberes e práticas que estão sendo produzidos nesse campo?

Dentre os registros de proposições legais e discursos proferidos nas casas do legislativo foi possível notar, no período de aparente desaparecimento de propostas legais sobre as câmeras, a disseminação de noções de prevenção, segurança e risco, que são algumas das que sustentam a inserção e a presença de tais equipamentos. O projeto de lei (PL) 884, de 1993, de Erasmo Dias, apresentado à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, sinaliza a circulação dessas noções.

O PL 884/1993 propunha a obrigatoriedade da incorporação pelas escolas de primeiro e segundo grau da disciplina denominada “Segurança e Risco: Segurança Pessoal”, como matéria curricular, e sugeria que o programa dessa disciplina contemplasse a abordagem “da doutrina de prevenção dos acidentes pessoais, de trabalho, de trânsito, calamidades públicas, tumultos, incêndios e ações criminosas contra a vida e o patrimônio”. Para o cumprimento do programa, sugeria ainda a colaboração de órgãos policiais públicos e de segurança privada com as escolas. A justificativa para tal proposição seguia o lema “Prevenir é dever de todos!”: “Se o cidadão tem o direito à vida e ao patrimônio, tem em contrapartida, o dever de garantir essa vida e esse patrimônio, desde que conheça os riscos possíveis e adquira capacidade de avaliar os riscos, as ameaças, os perigos prováveis que o envolve em todo o lugar, em todo o tempo, em toda circunstância (...) Assim, esse conhecimento e capacidade de avaliação, exige uma conscientização gradual e plena a ser obtida desde a criança, (...) que somente a escola pode dar, dentro de uma doutrina lógica e racional de segurança e risco desenvolvida (...)”.

Apesar de não ter sido transformado em norma, o PL 884 ecoa a disseminação de certas idéias, que se não se transformaram em matéria escolar, vem sendo repercutidas à exaustão e constantemente reelaboradas e aprimoradas, para compor instrumentos de formação, acúmulo de saber e práticas associado à presença de dispositivos de segurança como as câmeras de vigilância. O projeto dissemina a idéia de prevenção associada à idéia da segurança como uma responsabilidade individual a ser desenvolvida a partir de uma visão específica sobre segurança e risco.

A importância dessa proposta fica mais clara quando se revela seu autor, uma figura emblemática do emaranhado entre a segurança pública e privada em São Paulo. Caldeira (2003: 201) apresenta Erasmo Dias: “*secretário de segurança pública de São Paulo duas vezes durante o regime militar, depois deputado federal e deputado estadual (seu terceiro mandato começou em 1995), cargo que tem usado para lutar contra os direitos humanos junto com a ‘bancada de segurança’ e a favor das prisões privadas. Enfrenta várias acusações de tortura por ex-presos políticos e é responsável entre outros atos pela repressão violenta de movimentos sociais e pela invasão da Universidade Católica de São Paulo em 1978 (...) Desde 1986, tem sido um dos diretores da Pires Serviços de Segurança Ltda e instrutor de curso de treinamento de vigilantes. Ele também escreveu um livro (1990) no qual defende a necessidade de um serviço de segurança privada, separado do serviço público de policiamento, para aqueles que podem pagar por ele*”⁷⁵

Retomando a trajetória das câmeras de monitoramento, é possível dizer que após um período inicial, que pode ser caracterizado pela inserção ilegal das câmeras, de forma mais freqüente que a regulamentada, e pela circulação de ideais de segurança e prevenção que incitam seu uso, inicia-se um período de proposições legais mais incisivas sobre o tema. Se inicialmente, em 1983, a câmera era apenas um dos dispositivos possíveis para aumentar a segurança, e encontrava-se escondida em meio a uma lei que não a tinha como foco principal, a partir de meados da década de 1990, a câmera passa a ser o dispositivo por excelência e as proposições legais encontradas versam especificamente sobre sua obrigatoriedade, seja para o uso em estabelecimentos financeiros privados (como na lei 7102) ou em espaços de circulação pública.

Os quatro primeiros projetos de lei que surgiram logo após a fase marcada pela lei federal 7.102 tramitaram na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e Câmara dos Deputados, todos apresentados no ano de 1996, visando a implantação obrigatória das câmeras em caixas eletrônicas de instituições financeiras. Tais projetos de lei, de números 89, 449 e 683, na Assembléia, e 2608, na Câmara, foram negados e arquivados, mas marcaram a nova forma de abordagem sobre os equipamentos em questão. Vale ressaltar que o legislativo paulista tem apresentado propostas focalizando esse tema de maneira mais freqüente e resultando em mais normas jurídicas, quando comparado, tanto

⁷⁵ Caldeira (2000) cita a empresa Pires Serviços de Segurança Ltda como a maior empresa de segurança privada do estado de São Paulo e a mais sofisticada do Brasil.

à esfera municipal, como federal. Alia-se a isso, a observação de Caldeira (2000) sobre o crescimento do número de empresas de segurança privada e sua concentração no estado de São Paulo. De acordo com ela, em 1986 havia 51 empresas de segurança oficialmente registradas no estado de São Paulo. Em 1991, esse número sobe para 111 empresas, empregando 55.700 guardas, e em 1996, chega-se a 286 empresas, com 100 mil vigilantes. É importante ter em vista que o número de policiais civis e militares do estado nesse período era de 105 mil ao todo.

A iniciativa estadual paulista pode ser melhor vislumbrada a partir do projeto de lei (PL) número 12 de 1997, de autoria do deputado e advogado criminalista Campos Machado (PTB-SP), que apresentou uma proposta mais ampla com relação ao tema e induziu a mudanças mais profundas. O PL 12, que tramitou em caráter de prioridade na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e, em maio de 1998, foi transformado na lei estadual 9.967, argumentava a instalação de câmeras de vídeo como auxílio as polícias, civil e militar, no combate ao crime e à violência, incrementando a finalidade do dispositivo que estava colocada até então⁷⁶.

A lei 9.967 autoriza o poder executivo a celebrar convênio com a prefeitura do município de São Paulo, por meio da Secretaria de Segurança Pública, visando a instalação, monitoramento e uso de câmeras de vídeo “para fins de preservação da ordem pública e investigação policial”. De acordo com esta norma, as câmeras podem ser “instaladas em pontos de grande circulação de pessoas, cruzamento de vias públicas, consideradas de alta periculosidade”. A demarcação desses locais foi atribuída à deliberação conjunta do órgão competente da Prefeitura Municipal de São Paulo e da Secretaria de Segurança Pública.

A justificativa do projeto de lei, que resultou na norma acima, argumentava em seu favor o baixo custo da ação, tendo em vista a possibilidade de usar as câmeras de monitoramento que a própria prefeitura já vinha operando com a finalidade de controlar o trânsito nas vias públicas. Além disso, sustentava seu argumento com base no “bem sucedido” sistema de identificação de criminosos, utilizado pelas agências bancárias, e na importância de ampliá-lo para locais públicos. A utilização das câmeras, nas palavras

⁷⁶ Dentre outras propostas do deputado Campos Machado que tramitam na Assembléia Legislativa de São Paulo, destaca-se a aprovação de uma Moção ao Congresso Nacional requerendo a alteração da legislação penal, no sentido de estabelecer a maioria penal aos 14 anos de idade.

dessa justificativa, incentivariam vítimas de assaltos realizados em cruzamentos de ruas e avenidas a formularem melhor suas denúncias perante as delegacias de polícia. A justificativa sugere também que as estações de metrô da capital e os estádios de futebol utilizem o sistema de monitoramento com câmeras.

É dessa forma que a primeira lei formulada diretamente sobre as câmeras no estado de São Paulo recuperou, na justificativa de seu projeto, as idéias de possibilidade de identificação do assaltante e de promoção da segurança, já presentes na lei 7.102, e adicionou novas, como a do baixo custo, a de denúncia, combate ao crime e preservação da ordem pública, deslocando e ampliando a função e o uso das câmeras para espaços abertos ou de grande circulação.

Além da utilização de câmeras de monitoramento, antes reservadas para o controle do trânsito na cidade, a inserção de câmeras vem ocorrendo via contratação de empresas privadas de segurança por órgãos públicos ou por meio da doação de equipamentos de associações de bairros ou condomínios de prédios para a polícia.

As novidades promovidas por essa norma somadas à possibilidade de celebração de convênio com a Prefeitura de São Paulo permitiram, entre outras coisas, a implantação e utilização das câmeras de vigilância no Parque da Luz, administrado pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente do município, e foco do estudo de caso apresentado nessa pesquisa. Vale destacar que o processo de implantação das câmeras no parque, contou com a terceirização do serviço de segurança, instalado pela primeira vez em julho de 2000, pela empresa Emtel.

No ano de 1997, outros três projetos de lei tramitaram na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, sendo que dois deles (PL 281 e 454) foram arquivados e um transformado na lei estadual número 10.428⁷⁷, que tornou obrigatória a instalação e monitoramento de câmeras de vídeo nas instituições financeiras e órgãos responsáveis por bancos 24 horas e caixas automáticos, firmando o que outros projetos de lei ainda não tinham conseguido, a saber, transformar a possibilidade de utilização das câmeras em obrigação a ser seguida pelos bancos.

⁷⁷ O PL 497 de 1997 é de autoria do deputado Nelson Fernandes (PSDB)

As duas leis estaduais (9.967 e 10.428) e várias proposições legais da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo precederam o tratamento do assunto nesses termos pela Câmara dos Deputados e Senado Federal, ambos com projetos de lei detectados mais freqüentemente apenas a partir do ano de 1998, excetuando-se aí a lei 7.102 de 1983 e o projeto de lei da Câmara dos Deputados, número 2.608, de 1996, que propunha a obrigatoriedade, em nível federal, de sistemas de filmagem nas instituições financeiras, mas foi negado e arquivado. Ambas as leis devem ser sublinhadas como um forte impulsionador do mercado de câmeras de monitoramento ou câmeras de circuito fechado de televisão (CFTV), como também são conhecidos esses dispositivos no mercado. É interessante notar que a concentração e o crescimento do número de empresas privadas de segurança no estado de São Paulo persistiu, sendo que em 2000, contava com 323 empresas registradas, e em 2002, com 410. Em ambos os casos, os dados representam a maior concentração de empresas privadas de segurança de todo o país⁷⁸.

Dentre as dezenove proposições legais observadas na Assembléia não foram encontradas outras leis, além das duas supracitadas, sendo que dez projetos de lei ainda estavam tramitando até 30 de junho de 2005, incluindo aí os vários projetos que tramitam em conjunto. É interessante notar que apenas três dessas dezenove proposições não versavam sobre a obrigatoriedade de instalação das câmeras: a moção 173, do ano de 2000, e os projetos de lei 291, de 2001 e 109, de 2004. Apesar de serem apresentadas e justificadas como tentativas de limitar a inserção das câmeras como dispositivo de segurança nos mais variados espaços, de fato elas reforçam argumentos da própria inserção e introduzem outros temas como privacidade e intimidade ou a diminuição de postos de trabalho em conseqüência da utilização das câmeras. Nada semelhante foi encontrado não apenas entre as outras dezesseis proposições legais da Assembléia Legislativa de São Paulo, como também nas 31 proposições legais das outras esferas do legislativo pesquisadas.

Dessas três proposições, a exceção de fato fica a cargo da moção 173, de autoria do deputado Carlos Zarattini (PT-SP), que esteve em pauta entre os dias trinta de outubro e oito de novembro de 2000, e assumiu uma postura incisiva de repúdio à inserção das câmeras de vigilância, ao fazer emergir a possibilidade de diminuição de postos de

⁷⁸ Dados do SESVESP (Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica, Serviços de Escolta, e Cursos de Formação do Estado de São Paulo)

trabalho em virtude da iniciativa do governo federal de instalar esses equipamentos nos órgãos públicos federais. A moção argumentava que a medida ameaçava o emprego de “seiscentos mil trabalhadores regularizados com a adoção de aparelhos eletrônicos de eficácia duvidosa”, os quais “deveriam exercer apenas uma função complementar”.

O parecer da Comissão de Relações de Trabalho, de relatoria do deputado Vanderlei Siraque (PT-SP)⁷⁹, defendeu os argumentos da moção acerca da demissão de trabalhadores e reiterou a eficácia duvidosa dos aparelhos, mas amenizou o repúdio às novas tecnologias para a segurança, na medida em que concluiu que, desde que limitado para não gerar demissões, “deve o Poder Público utilizar-se de equipamentos desenvolvidos pela ciência, implementando a segurança de suas repartições e demais órgãos”.

O projeto de lei (PL) 291 de 2001, do deputado Antonio Mentor (PT-SP), por sua vez, trouxe novos argumentos de legitimação para a inserção das câmeras sob uma aparente tentativa de limitar ou colocar critérios para tal inserção. O projeto, que até finais de junho de 2005, ainda estava em tramitação ordinária na Assembléia, sugere a colocação de avisos em prédios ou terrenos de acesso público que sejam monitorados por câmeras, mas exime dessa obrigatoriedade os prédios destinados para fins residenciais. O texto da justificativa do PL 291 fundamenta-se no reconhecimento da utilização corrente desses dispositivos e introduz novos argumentos quando os coloca como conseqüência do anseio da sociedade em proteger a própria vida e seu patrimônio, oriundo do problema generalizado da segurança pública. A justificativa qualifica tal utilização como reação da sociedade diante da ineficiência do Estado para prover “a adequada segurança pública” e valida tais dispositivos como forma de proteção legítima⁸⁰, repercutindo o argumento utilizado pelos empresários do setor de segurança e pela mídia.

⁷⁹ Vanderlei Siraque é vice-presidente da Comissão de Segurança Pública (2005/2006). Consta como proposição legal de sua autoria, a Indicação 211, de 2001, que indica ao governador do estado de São Paulo, estudos visando instalar câmeras de vídeo nas escolas públicas do estado. Dentre suas propostas para a segurança pública, o deputado inclui: “Lutar pela informatização das impressões digitais”, ou seja, pela implantação de sistemas biométricos de segurança a serem explorados mais adiante nesta pesquisa. Disponível em: <http://www.siraque.com.br/seguranca.asp>

⁸⁰ É recorrente entre os empresários do setor a afirmação de que seus serviços vêm ao encontro a necessidades da população não atendidas pelo Estado. Sobre esse argumento, Caldeira (2000) contrapõe o entrelaçamento entre segurança pública e privada e de atividades legais e ilegais, o fato de que muitas vezes o pessoal dos dois setores é o mesmo, e as conexões de empresas de segurança privada com justiceiros e com oficiais envolvidos em violações dos direitos humanos. Essas relações invalidam as diferenciações nítidas entre os dois setores. Além disso, ela relata que as empresas “sabem que seus serviços são um bem de luxo que

A colocação de avisos sobre a presença das câmeras tem como finalidade, de acordo com o projeto, a proteção da privacidade e intimidade. No entanto, o próprio projeto indica qual seria uma outra função para esses avisos: “registra-se que em muitos locais que possuem o monitoramento por câmeras de filmagem, há avisos dos mesmos, pois além de preservar a intimidade de outrem, também inibem a atuação daqueles que pretendem cometer ato ilegal”⁸¹.

Outro projeto que dispõe acerca da colocação de avisos sobre a presença da câmera é o projeto de lei (PL) 109, de autoria do deputado Marquinho Tortorello (PPS-SP) do ano de 2004, que até junho de 2005 ainda tramitava em regime ordinário. As novidades desse projeto são a inclusão, no aviso, da informação sobre a privacidade das imagens gravadas e a sugestão de que fiscalização do cumprimento dessa lei seja efetuada pela Secretaria Estadual de Defesa do Consumidor. O “questionamento” da invasão da privacidade, ao restringir-se a prédios comerciais e vincular a fiscalização à defesa do consumidor, associa duas esferas aparentemente distantes, a da privacidade e a do consumo.

Em sua justificativa, o PL 109, de 2004, apresenta como finalidade a “proteção integral da individualidade humana”, assegurando a “inviolabilidade da intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, as quais, por sua vez encontram-se esquadrihadas e inteiramente devassadas em decorrência do intenso e complexo desenvolvimento da tecnologia”. O projeto destaca um excesso de controle⁸² sobre os cidadãos, e mantém o foco de seu argumento na restrição e controle adequado do uso

confere distinção e não se envergonham de mencionar seu efeito em termos de discriminação de classe. ‘Deixe a polícia civil e militar para os menos favorecidos, de acordo com a lei – que não funciona!’, disse o presidente da associação Abrevis”.

⁸¹ Há poucas proposições legais encontradas no sistema de informações *on line* Câmara Municipal de São Paulo. Dos seis projetos de lei encontrados, todos posteriores ao ano de 2000 - período coberto pelo sistema - apenas um tornou-se lei municipal e ecoa os argumentos de proteção da privacidade e da intimidade. O PL 680, de 2001, estabelece a obrigatoriedade de colocação de placa informativa sobre filmagem de ambientes. Em março de 2003, esse projeto foi transformado na lei 13.541, que torna obrigatória a presença do aviso: “O ambiente está sendo filmado. As imagens gravadas são confidenciais e protegidas, nos termos da lei”.

⁸² A justificativa nessa passagem diz: “Nota-se que, sob a alegação de controle da violência, o uso de câmeras de vídeo tem se tornado recorrente em lugares públicos, invadindo a privacidade das pessoas, muitas vezes ficando evidente o caráter de controle exorbitante do qual qualquer cidadão deve ser protegido. É preciso desenvolver algum tipo de controle sobre os estabelecimentos públicos que utilizam tal tipo de tecnologia. Todavia, ressalta-se que não é a tecnologia em si que ameaça a privacidade, mas sim as pessoas que utilizam essa tecnologia e principalmente as condutas por elas adotadas, que acabam por violar a individualidade humana”.

das câmeras proporcionado pelo Código de Defesa do Consumidor. Assim, ao mesmo tempo em que afirma que as câmeras de vídeo podem “*acarretar prejuízos aos usuários de estabelecimentos comerciais*” (incluindo aí hospitais, escolas e centros de compras), o PL 109 concorda que as câmeras devam ser usadas nesses estabelecimentos para “*inúmeros e benéficos fins, trazendo comodidade para os proprietários e até mesmo para os próprios consumidores, sem que haja violação da individualidade*”.

Privacidade e intimidade colocadas como contraponto à inserção das câmeras fazem parte de um argumento comum na mídia brasileira e entre organizações e movimentos internacionais, que avaliam ou contestam a presença dos mais diversos mecanismos de monitoramento da atualidade⁸³. O enfoque na privacidade e intimidade também é freqüente em artigos teóricos internacionais sobre o tema. Ambos os projetos de lei conectam-se com esses argumentos, apresentando como “solução” a colocação de tais avisos, mas que antes de tudo, funcionam como reforço da presença e função das câmeras para coibir ações por meio da “prevenção e promoção da ordem pública” esperada, ou mais que isso, fazem parte do circuito integrado de câmeras de monitoramento ou de seu mecanismo de funcionamento.

Comprovam a importância desses avisos para esse reforço, os vários locais públicos e estabelecimentos, que não possuem as câmeras, mas apenas os avisos de sua presença no local, como o mencionado sistema de câmeras do Parque da Luz. Portanto, seja com a frase “Este local é monitorado por câmeras de filmagem”, ou a já recorrente proposta de aceitação cordial: “Sorria, você está sendo filmado”, a “privacidade, a individualidade humana ou a intimidade”, que parecem ser almejadas, não são garantidas, e em lugar, garante-se um consentimento coletivo informado da vigilância permanente nesses locais e o funcionamento de um mecanismo.

A relação entre consumo e privacidade, por sua vez não é algo tão estranho quanto possa parecer à primeira vista. Entre os grupos e movimentos que evocam a privacidade como bandeira, há um argumento recorrente com relação à perda de privacidade na

⁸³ Grupos e organizações não governamentais em prol da privacidade são comuns em vários países, mas não no Brasil. Dentre esses grupos, o Privacy International Organization, criado em Londres, em 1990, produz constantes relatórios sobre o tema. O jornal anarquista Not Bored propõe o acompanhamento e mapeamento da inserção de câmeras em várias cidades. Os grupos Electronic Frontier Foundation (EFF) e o New York Civil Liberties Union (NYCLU) têm atividades semelhantes.

Internet. A inserção de *cookies*, *spywares* ou *adwares* nos computadores pessoais, possibilitam, dentre outras, o monitoramento da navegação do internauta, permitindo que em navegações futuras, esse usuário receba ofertas de produtos que estejam de acordo com a navegação realizada ou o interesse demonstrado. Existem grupos especializados nesses monitoramentos que vendem esses dados (perfis) para outros grupos que desejam inserir propagandas em seus *sites*⁸⁴. Sobre essa questão, Bennet e Regan (2004) afirmam que os sistemas de vigilância operam com múltiplos objetivos, dentre eles, são projetados para classificar as características e atividades das pessoas para objetivos de *marketing* e de formações de perfis (consumidores). Esta classificação captura tantas informações, quanto possível, sobre características demográficas, preferências, comunicações, transações comerciais e movimentos. É interessante notar que muitos dos grupos em defesa da privacidade contestam os mecanismos de vigilância, a partir de questões comerciais e de *marketing*, da possibilidade de controle de dados pessoais por empresas ou pelo governo. O discurso de defesa baseia-se na idéia de liberdade individual e concentra-se na proteção de dados pessoais e imagens⁸⁵ que possam ser comercializados ou usados indevidamente. Uma problematização desta questão será esboçada mais adiante.

Mas voltando às proposições legais, resta agora retomar a trajetória do tema na legislação brasileira, observando as tramitações das esferas federais. Na Câmara dos Deputados e Senado Federal tramitaram aproximadamente vinte e cinco projetos de lei

⁸⁴ Os *cookies* são grupos de dados trocados entre o navegador (programa para navegar na internet) e o servidor de páginas (entidade que disponibiliza determinado conteúdo na internet), e a função principal dessa troca é manter em bancos de dados ou arquivos as navegações realizadas pelo usuário. *Spyware* é um programa de computador que pode recolher informações sobre o usuário, desde seus hábitos de navegação até senhas, *logins*, arquivos pessoais ou informações sobre os softwares utilizados no computador. Esses dados podem ser transmitidos a uma entidade ou pessoa via internet, sem conhecimento do usuário. Os *spywares* chegam até os computadores pessoais por meio de *downloads* efetuados pelo próprio usuário, de arquivos de *softwares*, mensagens de e-mail ou programas de comunicação instantânea. Os *adwares*, um subgrupo dos *spywares*, são programas que trazem para a tela do usuário mensagens e imagens de propaganda e podem servir como veículo para instalação de outros programas no computador do usuário, dentre outras funções. Como também podem monitorar as atividades dos usuários, essas propagandas podem ser direcionadas pelo hábito de navegação do usuário. Informações disponíveis em: <http://pt.wikipedia.org>

⁸⁵ Apesar de não ser o foco dessa pesquisa, é interessante salientar que o debate desses grupos envolve não apenas as câmeras de monitoramento, bancos de dados ou internet, mas qualquer tipo de tecnologia que aumente as possibilidades de controle sobre os cidadãos, seja por parte dos governos ou não. A título de exemplo, estão incluídos nessa categoria, de acordo com esses grupos, os cartões contendo chips ou dados biométricos (ID Cards) e as tecnologias de rastreamento por satélite. As imagens de satélite, que antes eram restritas ao uso militar, encontram-se hoje disseminadas para vários usos, incluindo o comercial. As imagens da página 9 e do ANEXO III, por exemplo, são imagens de satélite encontradas nos serviços Google Maps e Google Earth, disponível em: <http://maps.google.com> e <http://earth.google.com>. Ambos, o *site* e o programa, respectivamente, disponibilizam imagens de todo o mundo via internet.

sobre o tema câmeras de monitoramento, entre 1998 e 2005 – com exceção da tramitação e das alterações da lei 7.102. Eles assemelham-se aos projetos da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e da Câmara Municipal de São Paulo, na medida em que dispõe, em sua maioria, sobre a obrigatoriedade de instalação das câmeras de monitoramento, como equipamento de segurança.

Desses projetos, dezoito ainda estão em tramitação, merecendo destaque apenas dois casos, a medida provisória (MP) 184, de julho de 2004 (oriunda do poder executivo) e o projeto de lei do Senado (PLS) 168 de 2005, de autoria de Tasso Jereissati (PSDB – CE). A MP 184 foi transformada na lei 10.935 no mesmo ano de sua proposição. O destaque nesse caso se deve ao fato de que a lei marca um novo período na trajetória das câmeras de monitoramento e dos equipamentos de vigilância e controle de acesso. Já o PLS 168, apesar de focalizar uma nova alteração e atualização da lei 7.102, detalha de forma inédita a utilização das câmeras.

Como argumentado anteriormente, no período que vai de meados dos anos 1980 a meados de 1990, marcado pela lei 7.102, as câmeras são inseridas na cena legal como uma das possibilidades de se exercitar a segurança na esfera privada e, na vida cotidiana, como realidade que transpõe as possibilidades legais. No período seguinte, que se estende até final de 2001, nota-se um recrudescimento da legislação com a retomada das características apresentadas no período anterior, e com a adição de um foco legal específico sobre as câmeras, que se torna o dispositivo por excelência para segurança. Essa segunda fase caracteriza-se ainda pelas idéias de obrigatoriedade, aprimoramento, adjetivação e qualificação de sua presença, e seu deslocamento para espaços abertos ou de grande circulação pública. Os discursos apresentados interagem com os interesses dos empresários do setor de segurança privado, formulando e intensificando o caráter de mercadoria da segurança.

A partir da MP 184, que tramitou em regime de urgência, nota-se na legislação brasileira os reflexos, que já se percebiam em outras esferas, do discurso norte americano de segurança e combate ao terrorismo. A lei 10.935, oriunda dessa medida provisória, abre crédito extraordinário aos orçamentos fiscal e de investimento da União, em favor dos ministérios da justiça, do transporte e da defesa, visando a implantação de novos sistemas de segurança nos portos nacionais, exigidos pelo Código de Segurança

para Portos e Embarcações (ISPS-Code, sigla em inglês) e pela Organização Marítima Internacional (OMI), da qual o Brasil é membro. As exigências refletem os argumentos norte-americanos em parte contidos na Lei de Bioterrorismo (Bioterrorism Act), que entrou em vigor em 12 de dezembro de 2003.

Segundo o texto da medida provisória, o crédito, previsto nessa lei, “visa a implantação das exigências do ISPS-Code, que tem como objetivo a criação de uma rede internacional de comunicação e controle para cooperação em inteligência e ações contra o terrorismo capaz de coibir o trânsito de armas e pessoas não autorizadas nos portos, bem como de cargas e passageiros clandestinos em navios. Em cumprimento ao que determina o Código, os portos e terminais no Brasil precisam estar com seus planos de segurança portuária implantados e certificados pela autoridade brasileira responsável, a Comissão Nacional de Segurança nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis – Conportos – em primeiro de julho de 2004”.

Ainda de acordo com o texto da medida provisória, os recursos foram distribuídos entre os ministérios da justiça, transportes e defesa, sendo que ao segundo coube “a realização de obras e implantação de equipamentos de segurança nos portos nacionais, mediante a construção de muros, guaritas, cercas e portões; instalação de câmeras, computadores, monitores e redes lógicas”.

A única proposição legal federal que se tornou lei inclui o monitoramento e a adequação a um modelo de segurança, em que esta passa a figurar como uma necessidade para o comércio internacional, conjugando-se com o acirramento de certo ideário mundial de segurança, que ganhou força extraordinária após o atentado terrorista de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos. O período marcado pelo combate ao terrorismo apresenta os mecanismos de monitoramento, vigilância e controle de acesso como imprescindíveis para a sobrevivência, multiplicando-os e popularizando-os na mídia e nas feiras de segurança. Entre 2001 e 2005, somam-se gradualmente à câmera de monitoramento, os mecanismos biométricos, leitores de íris ou digitais e sistemas de reconhecimento facial.

Para finalizar esse apanhado sobre a trajetória da inserção das câmeras de monitoramento no Brasil, é importante apontar que a proposição legal mais recente sobre

empresas de segurança privada no Brasil, que atualiza a lei 7.102 de 1983, trata de forma inédita e bastante detalhada as câmeras de monitoramento. O projeto de lei do Senado, número 168, de 2005, considera como uma atividade dessas empresas “os serviços de vigilância eletrônica, com a respectiva monitoração eletrônica, em áreas públicas ou em estabelecimentos públicos ou privados”, relegando completamente à iniciativa privada, a inserção das câmeras de monitoramento. Os “equipamentos elétricos, eletrônicos e de filmagem” continuam aparecendo como uma possibilidade relacionada à lei sobre segurança privada, mas como se viu nessa trajetória, não são de fato em nenhum momento uma opção a ser descartada, pelo contrário, as câmeras ocultas na lei 7.102, encontram nesse refúgio um espaço legal para se consolidar no país, complementado ainda pela contínua ilegalidade da presença desses equipamentos.

O projeto de lei (PL) 168/2005 revela essa consolidação na legislação federal, de algo que já é observado na prática há pelo menos 15 anos, quando reserva o capítulo III para tratar especificamente do serviço de vigilância eletrônica monitorada, destinando-o não mais apenas a segurança patrimonial, mas também de pessoas. Além dessa mudança, o projeto também detalha de forma inédita o funcionamento e alguns dos equipamentos desse sistema, sinalizando sua ampliação. No PL 168, esses equipamentos associam-se a uma central de monitoramento ininterrupto e em seu conjunto abrangem “instalação de sistema de sensores de presença de pessoas, de violação de barreira de acesso a ambientes restritos, de indícios de incêndio, ligados a uma central de alarme, armada e desarmada pelo usuário mediante utilização de senha reservada, ou instalação de sistema de câmeras de vídeo para filmagem e vigilância de ambientes, ligado a uma central de monitoramento de imagem”. O PL 168, que até junho de 2005 permanecia em tramitação no Senado, estabelece ainda as formas de interligação entre os equipamentos e a central de monitoração e as ações a serem tomadas, quando ocorrerem infrações, prevendo até mesmo, como agir em caso de alarmes disparados acidentalmente. Por fim, o projeto de lei obriga as empresas a orientar e treinar os usuários dos equipamentos, explicando a responsabilidade criminal por falsos alarmes e a obrigatoriedade do sigilo das informações por aqueles que operam o monitoramento do sistema.

Vale ressaltar aqui que no momento em que as câmeras deixam de ser ocultas e são esmiuçadas numa proposição legal, elas já são consideradas pelo mercado de

segurança equipamentos complementares ao sistema, que agora está focalizado nos controles de acesso. Estes por sua vez, são apenas citados e não descritos no projeto de lei, num jogo de esconde que perpetua uma relação com o mercado de segurança.

Algumas considerações

A partir do levantamento das proposições legais acerca das câmeras de monitoramento, das entrevistas com empresários do setor, da literatura sobre o tema e do debate sobre a revalorização dos centros urbanos foi possível notar que a prática corrente da utilização desses equipamentos não encontra na legislação um ponto de origem. Pelo contrário, os discursos e os arranjos que os elegem como mecanismo de controle sinalizam que não as câmeras não podem ser vistas como uma imposição legal.

A trajetória da inserção das câmeras de monitoramento no Brasil, portanto, faz emergir um campo de investimentos sobre a segurança, como a produção de significados por meio dos quais os legisladores e empresários contribuem para transformar segurança em responsabilidade individual e privada. Nessa configuração, segurança adquire caráter de mercadoria, pode ser vendida e comprada em pacotes; e o aumento da violência, do medo e da ineficiência do Estado são elementos desse discurso acionados para promovê-la enquanto tal⁸⁶.

Em outras palavras, o crescimento da violência, o aumento da sensação de medo e de insegurança por parte da população, e a ineficiência do Estado para prover a segurança pública, são argumentos promovidos e alegados que servem como justificativa e promoção do processo de privatização crescente da segurança, que se torna uma mercadoria altamente lucrativa.

No contexto brasileiro, a utilização da tecnologia confere ainda um caráter de aparente modernização da segurança e se conjuga, nos espaços públicos do centro de São Paulo, com um projeto “moderno” de gerenciamento das cidades, que congrega noções como a de ascensão à modernidade, e que acarreta em segregação espacial, discriminação social e restrição da acessibilidade aos lugares. Os “modernos” dispositivos de segurança, como as câmeras de monitoramento, representam em nível local, não

⁸⁶ Não se trata de negar ou afirmar o crescimento da violência, mas sim de procurar fazer emergir nos vários discursos sua funcionalidade e o que se produz disso.

apenas uma solução para a diminuição do medo e da insegurança, mas uma espécie de sensação de ascensão a um outro patamar de desenvolvimento, que a tecnologia parece representar.

O crescimento da violência como motivo para o aumento da sensação de medo é um fenômeno pontuado por vários autores, em especial a partir da década de 1980, e atribuído a diferentes questões, que vão de fatores como industrialização, urbanização, migração, e pobreza, ao desempenho de instituições como polícia, tribunais, prisão e legislação (Caldeira, 2000). No entanto, a mesma autora alerta para o fato de que a expansão da segurança privada em São Paulo nos últimos anos não pode ser associada exclusivamente nem ao aumento do crime e do medo, nem as disfunções da polícia e do judiciário. “O crescimento da indústria da segurança (tanto de equipamentos quanto de serviços) é uma característica das sociedades ocidentais em geral, e não algo específico de São Paulo”.

De fato, os empresários do setor de segurança entrevistados citam as experiências internacionais de sistemas eletrônicos de segurança como uma espécie de exemplo a ser seguido. Afirmam que poucos equipamentos de segurança são desenvolvidos ou fabricados no Brasil, sendo a maior parte importada e apenas montada no país. Agregam a isso a idéia de saturação desse mercado de segurança eletrônica em locais como Japão, Europa e América do Norte, apontando para os mercados em expansão na atualidade: Brasil, Índia, China e Rússia⁸⁷. Para se ter uma dimensão do que existe na Europa, a Associação da Indústria de Segurança Britânica (BSIA, sigla em inglês), declarou que no ano de 2004 existiam aproximadamente 4,25 milhões de circuitos fechados de câmeras instaladas no Reino Unido.

⁸⁷ Sobre os dados da BSIA, veja nota 1, página 1. Em entrevista realizada em 2005, durante a feira Exposec, um empresário afirmou: “Menos de 15% é fabricado no Brasil e menos de 5% foi desenvolvido aqui. Porque, por exemplo, no circuito fechado de televisão existem as placas de computador que precisam de *softwares* que vem todos de fora. As lentes e as câmeras vêm todas de fora também. Mesmo as câmeras fabricadas no Brasil, de fato elas são montadas no Brasil. (...) Na parte de alarme, existem alguns fabricados aqui, mas quando se compara o que foi feito aqui e o que veio de fora, existe uma distância muito grande. Os circuitos fechados de televisão, os controles de acesso, a biometria é toda do exterior. Nós não temos máquinas aqui que saibam reconhecer o rosto de uma pessoa. Isso tem que vir de fora. Outra grande vantagem, porque temos muita coisa para aumentar aqui”. Em outro trecho da entrevista explica: “Nos Estados Unidos 70% das instalações já estão protegidas. Não tem muito mais o que ser protegido aí, pode-se incrementar ou atualizar o que já existe. Mas no Brasil não se atualiza, nem incrementa, é necessário instalar algo. Os grandes mercados para expansão hoje na área de segurança são o Brasil, a Rússia, a Índia e a China”.

A trajetória das câmeras no Brasil está associada assim a um projeto implícito mais amplo de transformação da segurança em mercadoria e ao crescimento mundial de sua circulação. Está associada também aos discursos sobre o medo e prevenção que estimulam as corporações que lucram com isso, num processo que desloca a segurança como papel do Estado. Tal deslocamento colabora com a minimização deste, de forma que, ineficiência do Estado é argumento e meta a ser conquistada para expansão do mercado.

Por fim, esse processo em curso também revela na diferença entre o sistema de vigilância do Parque da Luz e aquele oferecido pelo mercado de segurança uma possibilidade de refinamento do controle. Em outras palavras, a vigilância que se dá via formato analógico passa para o formato digital que permite a armazenagem de informações e interação com bancos de dados e posterior integração com sistemas biométricos de reconhecimento facial⁸⁸. É nesse formato digital, ou na interação entre captação analógica e sistemas digitais, que controle da mobilidade, redirecionamento dos fluxos, extermínio do erro, velocidade e automação tornam-se mais claros, em detrimento da idéia de controle do indivíduo, como será problematizado a seguir a partir dos estudos que sugerem uma compreensão das atuais câmeras a partir da idéia de panóptico.

Os sistemas de câmeras de monitoramento interligados por computadores, no qual as imagens são acessadas via Internet, num sistema que conta com programas de alarmes para a polícia, dentre outros recursos, já são freqüentes em conjuntos empresariais, comerciais ou em condomínios no Brasil. Já a interação entre câmeras e sistemas biométricos de reconhecimento facial é mais rara no país, mas é exaltada pelo mercado de segurança como uma forma de “elevar níveis de segurança”. Esse é o fosso apontado pelo regime de obsolescência que rege o mercado para que seja transposto, e que adquire um caráter agravante no contexto brasileiro.

Apesar da utilização de sistemas biométricos não ser o foco dessa pesquisa, é importante ressaltar que eles são assim sinalizados pelo mercado como uma nova meta a ser alcançada. O tema, que poderá ser desenvolvido em uma futura pesquisa de doutorado, para aprofundar as questões aqui colocadas, pode ser um outro indicativo do refinamento do controle e levanta inúmeras questões na medida em que se conecta

⁸⁸ Ver nota 5, no início deste texto.

também com a identificação de pessoas por meio de seus traços biológicos transformados em informação digital.

Com relação aos sistemas biométricos de identificação e controle de acesso, vale destacar aqui apenas essas possibilidades de futuras pesquisas, e a constatação de que a implementação de projetos utilizando dispositivos biométricos já está em curso no Brasil. A iniciativa de utilizar a biometria em serviços públicos brasileiros está refletida, entre outros casos, na implantação do Sistema de Gerenciamento de Formação de Condutores (Gefor), do Departamento Estadual de Trânsito (Detran) de São Paulo (2005), e na modificação do passaporte brasileiro (prevista para 2006)⁸⁹. Paralelamente, o projeto de lei 7.307, de 2005, de autoria do deputado federal Cabo Julio (PST-MG) dispõe sobre a instalação de câmeras digitais, dispositivos para armazenamento de imagem ou equipamentos de reconhecimento biométrico a serem utilizados na identificação de visitantes em presídios e cadeias públicas⁹⁰.

⁸⁹ Levantamento preliminar para elaboração do projeto de pesquisa “Dispositivos biométricos no Brasil: a expansão das novas tecnologias de segurança”, 2005

⁹⁰ Aprovado com indicativo de substitutivo por duas comissões, o projeto inédito no tema, continuava em tramitação conclusiva até setembro de 2005, ocasião em que estava sendo enviado para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Os substitutivos da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado indicaram, respectivamente, a adequação orçamentária e a extensão da obrigatoriedade de identificação para juízes, promotores, advogados e funcionários da instituição. No levantamento preliminar para a elaboração do projeto de pesquisa também foi encontrado pelo menos mais um projeto de lei, que visa à implantação desse tipo de sistema de segurança para acesso aos sistemas e bancos de dados da administração pública federal.

Vigilante + Câmera + Usuário

Nas publicações do setor de segurança, é recorrente a afirmação da necessidade de formação profissional dos trabalhadores do setor, sejam eles vigilantes, consultores de segurança ou empresários. Argumenta-se que a formação é uma maneira de “tornar os sistemas e projetos de segurança mais eficazes”, “melhorar os negócios”, “aumentar a confiabilidade no setor” ou “aumentar a credibilidade junto ao consumidor”. Em sintonia com esse intuito proliferam-se reportagens que trazem recomendações sobre o tema, assim como cursos que vão do nível técnico até cursos de extensão ou pós-graduação.

Nos veículos de comunicação do setor de segurança e nas entrevistas realizadas com os empresários destaca-se especialmente a preocupação com a pouca formação das pessoas que lidam diretamente com a instalação e operação dos alarmes e outros sistemas de segurança, observando e controlando, por exemplo, os monitores que transmitem as imagens das câmeras.

“E os nossos guerreiros do dia-a-dia? Estão preparados para utilizar toda a parafernália tecnológica existente para a proteção do patrimônio físico, humano e intelectual das empresas? Basta fazer uma pergunta simples: quantas vezes o profissional de segurança uniformizado ou de terno reportou à direção ter observado elemento e/ou objeto suspeito nas últimas semanas? Provavelmente apenas alguma ou nenhuma vez, como se nada de anormal estivesse acontecendo. E evidentemente algo está acontecendo. Temos assaltos, seqüestros, furtos, fraudes, outras ameaças contra o patrimônio e pessoas, recrudescimento de atos terroristas no mundo que trarão conseqüências a todos os povos. As empresas de uma forma geral investem milhões em produtos e equipamentos de segurança, relegando a segundo plano o homem que executará as funções a ele determinadas. Não extrair o máximo de recursos disponíveis é um erro financeiro e uma perda da oportunidade de criar um sistema integrado de segurança ... A maior parte das pessoas concorda que educação traz um alto retorno ao investimento feito. A educação promove uma resposta cognitiva da ameaça. Máquina e procedimentos de segurança são

*desenhados para detectar os meios (bombas, facas, etc). não as intenções*⁹¹

A preocupação com o “homem uniformizado”, o “guerreiro do dia-a-dia” ou o vigilante relaciona-se nesta passagem com a “criação de um sistema integrado de segurança”. A idéia que parece emergir disso é a da importância da integração entre o homem vigilante e o equipamento eletrônico de segurança, seja ele qual for, na tentativa de produzir uma conexão de partes de uma mesma máquina em funcionamento num conjunto com aquele circuito que unia aviso sobre a presença das câmeras e a própria câmera. O pleno exercício da vigilância requer essas conexões, requer esse circuito integrado que se expande quando também acopla o “homem de terno”. A educação do vigilante e do homem de terno deve treiná-los para captar a ameaça nesse nível da intenção, antes de qualquer ato. Enfim, parece tratar-se não mais da educação por treinamento repetitivo, mas a educação de uma “sensibilidade”, que para ser estimulada requer uma suspeição constante. É nesse arranjo e nesse âmbito que se “elimina o erro financeiro” e extrai-se “o máximo de recursos disponíveis”.

Nos jornais diários, dirigidos não somente aos profissionais de segurança, são apresentadas de forma recorrente as taxas de aumento da criminalidade, casos sensacionalistas, e de forma subjacente, as figuras emblemáticas de sinal de perigo. Em conjunto com a conformação desse panorama, os veículos de comunicação também apresentam “medidas simples de segurança”⁹² para que as pessoas possam prevenir roubos, assaltos e outras situações de risco no cotidiano. A idéia geral é a de que precisam incorporar, no seu dia-a-dia, atitudes pautadas também pela suspeita constante, antecipando a possibilidade desses acontecimentos. Nas palavras dos próprios empresários, está se configurando uma “cultura da segurança”.

A suspeição constante promove, dentre outros arranjos, a “união de moradores de alguns bairros” a partir dessas chamadas “medidas simples de segurança”. Dentre os muitos exemplos, uma reportagem do jornal O Estado de São Paulo, divulga uma rede de

⁹¹ “Alta tecnologia = Homem”, José Miguel Senna d’Encarnação, Revista Security, ano V, n. 27, out/nov, 2002

⁹² É interessante salientar que num texto disponível no *site* da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, dentre as “dicas de segurança para residências fechadas” a segurança eletrônica aparece como uma solução barata e eficaz.

comunicação montada por alguns vizinhos para combater a violência. A matéria relata que, num bairro de Belo Horizonte, quando alguém percebe “qualquer movimentação suspeita” utiliza um apito para chamar a atenção dos outros vizinhos, que também passam a apitar. Em meio a essa orquestração melodiosa, disseminam-se aquelas noções da segurança como “responsabilidade individual” e da “doutrina de prevenção”, explicitada anteriormente pelo projeto de lei do deputado Erasmo Dias.

“A cena resume uma engenhosa modalidade de vigilância e proteção comunitária que ganha adeptos em bairros de classe média de Belo Horizonte: uma rede de comunicação entre vizinhos com apitos, luzes e o telefone para inibir assaltos. A idéia partiu de um gerente bancário ... que sugeriu aos moradores da rua uma rede de comunicação baseada em procedimentos de segurança comuns às instituições financeiras, com o estabelecimento de códigos. 'Não estamos acabando com a violência, mas pelo menos evitando ou empurrando-a para outro lugar.' A proposta foi recebida com entusiasmo. Batizada de Rede de Vizinhos Protegidos, acabou encampada pela Polícia Militar, que passou a estimulá-la e já identifica queda de índices de crimes nesses bairros.”⁹³.

Paralelamente, é interessante notar como essa parcela da sociedade⁹⁴, quando visada pelo mercado, é chamada a interagir e é representada atuando de forma integrada aos equipamentos eletrônicos de segurança. A aceitabilidade⁹⁵ da câmera de vigilância nos mais variados espaços parece relacionar-se também com essa inclusão dos usuários e vigilantes como participantes desse sistema, como conexões.

⁹³ “Contra Ladrão, vizinhos apitam”, O Estado de São Paulo, Caderno Metrôpole, 13/11/2005.

⁹⁴ Do artigo discutido a seguir, destaca-se que a questão da interação entre vizinhos aparece num texto que define segurança pessoal como algo mais amplo do que a proteção a executivos (carros blindados e guarda-costas), afirmando que a “proteção executiva engloba estratégias profissionais que vão além do cotidiano”. Indica-se desta forma que o público alvo aqui não é a elite, o autor passa a definir segurança de forma a poder afirmar a integração da vizinhança. A idéia de “união” presente na reportagem não se opõe a de isolamento exposta anteriormente, na medida em que o que parece estar em questão aqui é o mimetismo de uma união que passa pela questão da segurança.

⁹⁵ A participação ativa de usuários em sistemas de vigilância, seja no fornecimento de dados na Internet ou no sistema de monitoramento por câmeras salienta o funcionamento dos atuais mecanismos de poder, por uma via não repressiva e além do panóptico. Paralelamente, no que concerne à vigilância relacionada aos discursos aqui expostos de segurança e prevenção, é interessante sugerir como interessante para futuras pesquisas verificar a aceitabilidade em conexão com a representação de proteção (ou cuidado) desses sistemas. Com esse mesmo intuito, também se sugere aqui a possibilidade da análise da proliferação de reality shows para compreensão dessa aceitabilidade.

O artigo “Introdução à segurança pessoal”, do *Jornal da Segurança*⁹⁶, oferece imagens instigantes dessa integração entorno de um destaque no centro da página: “Temos que interagir com vizinhos e com pessoas que estão à nossa volta para que todos sejamos armas preventivas contra a criminalidade”. Segurança como responsabilidade individual procura reunir desta forma a participação voluntária do usuário⁹⁷.

Para chegar à necessidade de integração e interação com o sistema de segurança, o texto apresenta dois princípios básicos da segurança pessoal; primeiro o que afirma “a flexibilidade das regras, ou seja, em segurança pessoal há pouquíssimas regras fixas”, e depois o da empatia, definida como “a virtude de se colocar no lugar do outro”, útil para “saber como pensa e age o criminoso”.⁹⁸ Após esses princípios, alega o bom senso e a “memória muscular” como ferramentas “ótimas” para a segurança pessoal, definindo a última como:

“Cotidianamente, fazemos coisas sem perceber. Um exemplo pode ser visto quando uma pessoa dirige um carro. Ninguém fica olhando para seus pés para ver qual será o próximo movimento, pois isso está intrínseco no nosso subconsciente. Executamos essas ações por causa do reflexo, mas quando o evento não é natural ao corpo, na verdade, ele é uma memória muscular. ... A memória muscular é aquilo que fazemos todos os dias, e que em determinado momento passa a ser tão natural, que não paramos mais para observar o que estamos fazendo. Percebe-se então que memória muscular pode se confundir com hábito. Mas na verdade, a intenção é trabalhar com o nosso organismo para que torne as tarefas preventivas uma constante”.

⁹⁶ “Introdução à segurança pessoal”, Léo Botelho, *Jornal da Segurança*, ano 12, n. 129, maio, 2005. O autor é advogado, especialista em segurança, membro da American Society for Industry Security (ASIS) e da Associação Brasileira de Profissionais de Segurança (Abseg), além de participar de associações de instrutores de tiros e de “inteligência competitiva”.

⁹⁷ A participação voluntária nos sistemas que possibilitam aumentam do controle e vigilância é apontada por alguns estudiosos do tema como algo característico desses sistemas. A questão é discutida sobretudo quando se focaliza o fornecimento de informações pessoais para bancos de dados, seja na utilização de buscas ou serviços na Internet, por exemplo.

⁹⁸ O Dicionário Houaiss além de definir empatia como capacidade de se identificar com outra pessoa, de sentir o que ela sente, de querer o que ela quer, de apreender do modo como ela apreende, também a define como a faculdade de compreender emocionalmente um objeto (um quadro, p.ex.) ou a possibilidade de projetar a personalidade de alguém num objeto (arma, câmera, alarme), de forma que este pareça como que impregnado dela.

As tolices do discurso do especialista em segurança não devem ser vistas como algo supérfluo, na medida em que as idéias aí presentes são disseminadas à exaustão, nas mais variadas formas, sinalizando que para o funcionamento desse mecanismo de poder, deve haver um investimento sobre o próprio organismo, de sua sensibilidade, que torne as reações de prevenção automáticas e aquela leitura da intenção possível. Assim, na integração e na interação com as câmeras de monitoramento, não apenas o vigilante (operador), mas também o usuário está completamente interligado ao circuito. Quando câmeras de monitoramento são vendidas, o que se compra não é apenas um equipamento, mas um pacote, um regime de enunciados que inventa um novo conceito, um modo de ver e agir, um conjunto de saberes e práticas que define o que é "segurança", e por oposição, o que é perigo/risco, o que ou quem se deve temer, como se deve proteger/prevenir.

O exercício da vigilância e da segurança nesses moldes congrega investimentos sobre o medo, também por meio da construção do que é perigo, risco e insegurança. Mesmo sem explorar detidamente esta questão, é importante destacar a construção do medo como um dos elementos vinculados aos mecanismos de poder aqui tratados. As narrativas sobre o medo vinculam-se na mídia a narrativas sobre o terror, que ganharam mais expressão com os discursos sobre o atentado de 11 de setembro nos Estados Unidos, a violência nas cidades e a determinados tipos que passam a ser identificados como representantes do perigo⁹⁹. No processo de inserção das câmeras de monitoramento e de outras tecnologias de vigilância emerge uma gestão política do medo e dos fluxos¹⁰⁰.

Por outro lado, a existência de *softwares* utilizados em alguns sistemas de câmeras de monitoramento, para detectar situações de perigo¹⁰¹ remetem a automação desse processo, presente mesmo quando apenas o vigilante, conectado a esse sistema, é instigado a agir tão automaticamente quanto a máquina, mimetiza-se câmera dentro do circuito integrado.

⁹⁹ Diferente da aproximação feita nesta pesquisa entre os mecanismos de vigilância e controle e o processo de exclusão nas cidades, grande parte dos estudos internacionais sobre o tema focalizam questões relativas à migração e a representação de perigo relacionada ao tema.

¹⁰⁰ Vale destacar que o discurso político da segurança e o investimento sobre o medo encontra a correlata precarização do trabalho e o desemprego.

¹⁰¹ Esse sistema, melhor descrito mais adiante, é utilizado em caráter de teste nos metrô londrinos.

Em *Velocidade e Política*, Paul Virilio (1996) analisa uma mudança de perspectiva nas sociedades capitalistas ao notar que a questão da guerra resume-se na questão da velocidade. Com a possibilidade de um ataque nuclear e a redução de seu aviso prévio de 15 minutos, em 1962, para 10 minutos (mísseis balísticos) e 2 minutos (armas guiadas por satélite), em 1972, promove-se uma progressiva contração do tempo, que desloca o poder de reflexão e decisão em favor de uma automação. Nessa configuração, não é mais necessário aviso prévio de um ataque para que se iniciem estratégias de defesa, pois a suspeita é suficiente para isso.

É nessa contração do tempo, que antecipação ou prevenção surgem como formas de atuação e funcionamento do poder. Quando se considera a suspeição constante, a forma de atuação do *software* que detecta o perigo automaticamente, a condução do vigilante que deve detectar a intenção ou a do usuário desse sistema, instigado a antecipar riscos, parece estar em jogo justamente esse deslocamento da decisão e de seu caráter político, como pontuado por Virilio.

Nesse cenário em que a velocidade é a medida, Virilio ainda esboça considerações sobre o *estado de emergência* no qual passamos a viver. Nele, antecipação sobrepõe-se a imaginação “até o ponto em que governar seria apenas prever, simular, memorizar as simulações” (Virilio, 1996: 131). Deste conceito apenas sugerido pelo autor no último capítulo de seu livro, vale reter a idéia de que esta pode ser uma via de análise interessante para futuras pesquisas¹⁰².

¹⁰² Outro autor que poderá contribuir com estudos nesse sentido é Giorgio Agamben (2004). A partir de uma análise jurídico-política, esse segundo autor define o estado de exceção como modelo de ação cotidiana na prática política contemporânea, associado a um modelo de segurança: o da prevenção das desordens, das catástrofes, que de fato não as previnem, mas aumentam a discriminação e constroem novos aparatos para intervir quando a catástrofe ocorre. Apesar de não ser essa a aproximação da pesquisa, vale destacar Bietlot (2005), que propõe a convivência de mecanismos de poder disciplinares e biopolíticas (Foucault) aperfeiçoadas, seguidas de mecanismos de controle (Deleuze), e ainda uma reaparição do velho poder soberano e do estado permanente de exceção (Agamben) face às ameaças de insegurança. Passetti (2004) parece percorrer caminho semelhante, sobrepondo controle, disciplina e soberania. No entanto, em Bietlot (2005) essa proposta é denominada pelo autor como sociedade securitária, que sucederia sociedades disciplinares. Na opinião deste autor, a desregulação neoliberal criou inevitavelmente e voluntariamente uma situação de insegurança (incerteza, falta de garantia) (mais nenhuma escolha é certa, tudo é precário), e de incerteza (instabilidade e obscuridade das regras do jogo) que os indivíduos são incitados. As desordens sociais engendradas por essa mesma situação fornecem as razões de ser aos seus controles e violências. Os dispositivos securitários se encarregariam não somente de prevenir a desordem, mas de defini-la e, eventualmente, suscitá-la.

Para além do panóptico

Não são poucos os autores fora do Brasil, que desde o final da década de 1980, têm analisado os atuais mecanismos de controle e vigilância - como câmeras de monitoramento, coleta e armazenagem de dados pessoais ou biometria - aproximando-se da análise de Foucault sobre o panóptico, em *Vigiar e Punir*. Nessa referência ao filósofo francês, de fato fundamental para os estudos sobre vigilância, existem pesquisas das mais diferentes áreas, geografia, arquitetura e urbanismo, direito criminal, ciências sociais e comunicação no panorama acadêmico internacional.¹⁰³

De forma mais geral, pode-se dizer que as pesquisas sobre câmeras de monitoramento dividem-se entre as que simplesmente atribuem novas características tecnológicas e espaciais à análise do panóptico, para que se encaixe na atualidade; outras que negam a possibilidade de uma aproximação com esse modelo, e aquelas que afirmam a possibilidade de uma aproximação limitada. Certamente, existem muitos movimentos pós-foucaultianos em curso, que não se encaixam nem nesse panorama geral descrito. No entanto, limitada a uma pesquisa de mestrado, focalizou-se aqui esse cenário mais geral do debate teórico, não com a pretensão de chegar a definições conclusivas, mas sim de trazer a tona um campo de discussões e questões que problematizam o tema na atualidade.

Para abordar as câmeras como parte de uma tecnologia política atual, que se estende além do que autores, referindo-se a análise foucaultiana do panóptico de Jeremy Bentham¹⁰⁴, têm denominado “panóptico universal”, “panóptico eletrônico” ou “superpanóptico”, faz-se necessário retomar brevemente algumas das idéias do próprio Michel Foucault. É importante ressaltar antes de tudo, que a noção de poder é aqui

¹⁰³ É importante ressaltar que esse não era um tema comum de estudos antes da década de 1990, e que apenas a partir desse período, em especial, mais recentemente, tem surgido pesquisas brasileiras que trabalham mais especificamente com a questão da vigilância e do controle. Dentre muitas outras possibilidades, focaliza-se aqui os trabalhos específicos sobre câmeras de monitoramento de Machado (1991), Lyon (1994), Passetti (1999, 2004), Costa (2000), Jones (2000), Garland (2001), Kostela (2003), Marx (2002), Wood (2003) e Lianos (2003), Bennett e Regan (2004)

¹⁰⁴ O panóptico é um projeto para uma prisão circular idealizada por Jeremy Bentham no final do século XVIII. Em *Vigiar e Punir*, Foucault (1987) analisa essa construção arquitetural como parte de uma nova tecnologia de poder vigente no século XIX, relacionada às instituições como hospital, escola, prisão. O poder disciplinar sujeita o corpo e constrói o conceito de indivíduo a partir de um conjunto de saberes e práticas disciplinares que torna os corpos úteis e dóceis, baseando-se na visibilidade, na regulação minuciosa do tempo, e na localização precisa dos corpos no espaço.

compreendida segundo a visão foucaultiana, a qual o vislumbra como relação ou correlação, como algo que funciona em cadeia, que não é apossado por um grupo ou uma classe, enfim, como algo exercido em rede, algo que transita, flui (Foucault, 2002). Nessa direção, a intenção é estar em sintonia com tal arcabouço teórico para procurar entender as câmeras de monitoramento como dispositivo de um funcionamento do poder vigente nas sociedades capitalistas da atualidade.

Para compreender o poder, Foucault (2002) não o analisa em uma atuação essencialmente repressiva ou de negação, como algo que emana do Estado, mas sim, em sua produtividade ou positividade, na produção de saberes, práticas e técnicas. Com esse foco, ao invés de partir do Estado e verificar seu prolongamento na sociedade, ele propõe uma análise ascendente do poder, partindo de seus mecanismos infinitesimais para verificar como são investidos, utilizados ou deslocados. Por essa via, o autor diferencia dois tipos de exercício do poder, o de soberania e o disciplinar. Para Foucault (2002), a teoria do direito e o discurso jurídico-político organizam-se em torno da questão da soberania, e estão, portanto, diretamente relacionados à manutenção dessas sociedades na Idade Média e centrados na figura do rei. A partir do século XVIII, uma nova mecânica de poder passa a incidir sobre os corpos de forma diferente do que ocorria na soberania. Essa nova mecânica de “docilização dos corpos” e atitudes é denominada pelo filósofo como poder disciplinar.

Os mecanismos de poder disciplinares não supliciam ou castigam os corpos, como era típico da soberania, mas os adestram, aprimoram e permitem extrair deles tempo e trabalho, mais do que bens e riqueza, por meio das instituições disciplinares, como a escola, a fábrica, o hospital, a prisão, e para além delas. Os recursos para esse adestramento são a sanção normalizadora - um modelo de penalidade que tem como função a redução dos desvios em direção a uma normalização, e o estabelecimento das competências, qualidades e aptidões; a vigilância hierárquica - que permite um controle do interior, articulado e detalhado, sendo algumas construções circulares, como o panóptico, as formulações arquitetônicas dos mecanismos de poder disciplinares; e o exame - uma visibilidade obrigatória, que detalha e documenta os corpos e constitui o indivíduo como objeto descritível e analisável em traços específicos ou de população. É este último recurso que está no centro dos processos que constituem o indivíduo como efeito e objeto do poder e do saber. (Foucault, 1987).

Os autores que analisam as atuais câmeras de monitoramento aproximando-as do panóptico, o fazem apegando-se especialmente à questão da vigilância e ao princípio da visibilidade obrigatória para os vigiados e invisibilidade do vigilante, como recurso para o adestramento e sua interiorização pelos indivíduos.

Arlindo Machado (1991), por exemplo, parte da instalação de câmeras de monitoramento, que vão num crescente dos aeroportos, ao trânsito, até os satélites para afirmar a proliferação e universalização da vigilância. Este autor entende os modernos sistemas de vigilância como uma atualização do panóptico de Bentham, e a difusão crescente de dispositivos, como sua universalização. Assim, eles realizariam “na era da eletrônica e da informática, o mesmo papel paradoxal da máquina benthamiana, produzindo os efeitos de disciplina propostos por Foucault. Tal como o panóptico de Bentham, os dispositivos eletrônicos de vigilância generalizam para toda a sociedade métodos de coerção nascidos no interior de presídios ou antes apenas localizadamente, na investigação ou repressão policial” (Machado, 1991: 95)

Koskela (2003), por sua vez, aproxima-se da análise do panóptico para compreender a vigilância nos espaços urbanos, e afirma as câmeras de vigilância como extensão eletrônica da tecnologia panóptica de poder, aliada à dispersão do controle e recolocação dos mecanismos disciplinares por estruturas flexíveis de poder. A autora entende como “óbvia” a proposta das câmeras de vigilância de exercício do poder – “controlar o comportamento, reduzir o crime e manter as cidades seguras” - e concentra-se nas políticas do ver e ser visto, na incerteza sobre a vigilância, no anonimato do vigilante, na interiorização do sentir-se vigiado, na normalização do espaço urbano, como centrais para sua própria análise. Koskela ainda constata que a vigilância causa segregação, purificação e exclusão de grupos particulares, incentivando conflitos.

Observada em alguns de seus aspectos, desconectados da rede de relações na qual se encontra, a câmera pode então ser vista numa aproximação do panoptismo analisado por Foucault. De fato, as câmeras de monitoramento têm como um de seus efeitos a sensação de contínua visibilidade por parte dos que são alvos da câmera, sem que vejam seu observador, assim como provoca a internalização dessa sensação que prescinde uma vigilância ininterrupta. Esses dispositivos também “despersonalizam” ou

“desindividualizam” a figura do observador. Mas essa questão poderia prescindir a própria câmera, bastando os avisos de sua presença, que como dito anteriormente, é uma estratégia bastante comum.

Frente a possibilidades mais imediatistas como essa, que desconsideram a rede de relações nas quais está circunscrito um dispositivo de poder, Roberto Machado (1979) fez um alerta importante sobre o trabalho de Michel Foucault, o qual é preciso ter sempre em conta: a análise de Foucault é resultado de investigações delimitadas, circunscritas a objetos bem demarcados. “Embora às vezes suas afirmações tenham uma ambição englobante, inclusive pelo tom muitas vezes provocativo e polêmico que as caracteriza, é importante não perder de vista que se trata de análises particularizadas, que não podem e não devem ser aplicadas indistintamente sobre novos objetos, fazendo-lhes assumir uma postura metodológica que lhes daria universalidade”. (Machado, 1979: XVI).

O fato da análise foucaultiana de Vigiar e Punir (1987) referir-se especialmente a espaços fechados, é um dos elementos mais suscitados por aqueles que contestam a aproximação com relação ao panóptico. Mas o próprio Foucault já tinha afirmado nessa obra que “o princípio da clausura não é constante, nem indispensável, nem suficiente nos aparelhos disciplinares. Estes trabalham o espaço de maneira muito mais flexível e mais fina” (1987:122). Apesar de válido e importante, o deslocamento para espaços abertos parece ser um contraponto mais frágil diante da própria metodologia proposta por Foucault, sua concepção de poder, a idéia de construção do indivíduo como efeito e objeto do poder e a importância de se levar em conta a produção de saberes e práticas como forma de apreender seu mecanismo e funcionamento.

Distanciados da genealogia foucaultiana, os dispositivos atuais de vigilância e controle assumem um caráter puramente repressivo ou restritivo, introduzindo uma concepção de poder pela sua negatividade, numa análise que se propunha justamente a desconstrução dessa óptica. A proposta de Foucault de investigar o “como do poder”, ao invés do “porquê” ou “quem” do poder, desaparece numa redução que torna útil parte de seu pensamento. Apagam-se assim questões fundamentais sobre as produções, os deslocamentos ou as práticas da atual sociedade capitalista contemporânea, para prender-se exclusivamente a uma construção arquitetônica do século XVIII. Enfim, uma

apreensão imediatista assume o papel de prisão teórica que torna invisível aos prisioneiros os processos atuais em andamento.

Certamente, discutiu-se neste texto uma relação das câmeras de monitoramento com os processos de revalorização dos centros urbanos, que convergem para a segregação dos espaços e para a discriminação. No entanto, focalizar as relações nas quais este dispositivo está imerso não deve significar aqui uma exaltação de seu caráter repressivo ou restritivo, mas sim produtivo. A inserção das câmeras de monitoramento nos processos de revalorização deve fazer emergir uma proximidade entre a noção de gerenciamento empresarial e de risco da reconfiguração das cidades, assim como uma reelaboração do significado de segurança, como responsabilidade individual e privada. Nesse novo contexto, profundamente equacionado com os movimentos do capitalismo da atualidade, a idéia de permanência de mecanismos disciplinares, ou o olhar exclusivo sobre uma repressão imposta pelo sistema, perde seu sentido.

A introjeção da sensação de vigilância é permanente, isso modela gestos, comportamentos e trajés, a invisibilidade do observador continua garantida, mas nessa forma de gerenciamento não há correção dos desvios por meio de uma rotina rigorosa e repetitiva de exercícios, não há a sanção normalizadora, essencialmente corretiva e típica das disciplinas. Nesse sentido, o sistema de penalidades historicamente específico da disciplina, que inclui a punição mas não se reduz à ela, não está em andamento. As câmeras de monitoramento não se vinculam mais ao lugar ou tempo adequados para a punição exemplar, e sim à permissão ou recusa do acesso, que desloca e dilui a punição para o momento sempre imediato da mobilidade, da circulação.

Nessa prática, a questão da mobilidade do fluxo sobressai-se em relação à visibilidade do indivíduo, que como foi dito anteriormente, relaciona-se à questão do desaparecimento. A regulação da mobilidade e a produção do desaparecimento são efeitos importantes e distantes do sistema panóptico que parecem pouco observados por aqueles que analisam as câmeras como dispositivo de poder. Diferente da afirmação de Koskela (2003), o que se vê em campo, não é um incentivo aos conflitos, mas um desaparecimento deles para tornar a cidade limpa e segura. Mais do que isso, o desaparecimento significa que não importa mais corrigir desvios individuais de maneira

exemplar. O desaparecimento, quando focalizado a partir das atuais tecnologias de monitoramento, significa eliminação do desvio, extermínio do erro.

Em atuação, as câmeras de monitoramento capturam gestos, movimentos, mas ao olhar dos vigilantes a situação prevalece em relação ao indivíduo. A massa de transeuntes, a cadência desses movimentos, ou uma interrupção brusca do fluxo, uma mudança de direção são alguns dos elementos observados pelos vigilantes no Parque da Luz, ou por aqueles que monitoram as estradas ou entradas de condomínios. As atitudes de cada um ainda estão em pauta, um sujeito deitado no banco da praça ou na grama ou alguém embriagado, são tipos que chamam a atenção dos vigilantes como representantes de perigo ou inadequação.

No entanto, nesse cenário, aquele título midiático comum – cuidado, você está sendo vigiado – sob a rubrica Big Brother¹⁰⁵, só tem lugar enquanto introjeção de uma individualidade vigiada, pois a produção, o efeito e o objeto do poder e do saber, do gerenciamento das cidades ou do risco, não é mais o indivíduo. Da mesma forma a contestação pela via da privacidade individual ou da proteção da “individualidade” humana, tema a ser tratado mais adiante, perde-se ao centrar-se nessa figura disciplinar – o indivíduo – que não está mais em questão, nem como efeito, nem como objeto desse funcionamento de poder.

Mesmo que esteja proliferada pela mídia, pelo sistema de monitoramento, via avisos de presença da câmera, ou pelos grupos de contestação, aquela visibilidade não individualiza, não é para todos, apesar da vigilância estar em funcionamento em muitos lugares. A sensação de estar visível molda o comportamento, na mesma medida em que o torna invisível, porque incita a integração ao fluxo¹⁰⁶. A invisibilidade nesse sentido é diferente do desaparecimento, como discutido anteriormente.

¹⁰⁵ A alusão refere-se ao livro de George Orwell “1984”, que versa sobre um estado totalitário, prefigurado pelo Grande Irmão, que exerce um controle total sobre a vida das pessoas, dentre outras formas, através da teletela. Não apenas a mídia, mas alguns teóricos têm analisado a vigilância na atualidade fazendo analogias à obra. A idéia de poder como constrangimento absoluto presente nesses trabalhos, afasta a concepção foucaultiana de poder como relação, da qual a pesquisa procura se aproximar.

¹⁰⁶ Vale destacar que essa integração ao fluxo não é entendida numa via repressiva, mas relaciona-se a aceitabilidade como expressa antes nesse texto.

Para esclarecer um pouco essa idéia, pode-se pensar que aquele que se torna visível para a câmera, é porque se destacou do fluxo, é o embriagado deitado sobre a grama no parque, o garoto consumindo droga sentado em um banco. Nesse sistema, eles se tornam visíveis¹⁰⁷ como erro que não será corrigido por um castigo exemplar, eles simplesmente são erros a serem eliminados, que devem portanto, desaparecer. Os que se tornam visíveis¹⁰⁸ ao sistema só não desaparecem quando são reintegrados ao fluxo, para poder funcionar como *marketing* inclusivo da nova gestão das cidades.

“Liverpool street station, uma movimentada estação de trens a leste de Londres. Meados de abril. Cerca de 15 pessoas esperam o próximo trem. Entra em cena uma mulher de meia-idade. Vestindo tailleur marrom-claro, bolsa de cor creme, ela não representa um perigo para as novas câmeras, equipadas com um programa que detecta comportamentos suspeitos. Sua silhueta, portanto, está coberta de pontos verdes, sabem os oficiais de segurança na sala da estação repleta de monitores , que apenas servem para repousar os olhos. O trem chega, todos os presentes desaparecem no interior – mas a mulher de tailleur marrom-claro permanece imóvel. Num piscar de olhos, os pontos verdes ficam vermelhos, o sinal de alarme. O chefe de segurança ordena - É melhor ir perguntar a essa senhora se está tudo bem”.

O início dessa matéria publicada em maio de 2001, pela revista Carta Capital, não é uma ficção, mas a forma de funcionamento de um sistema de câmeras em teste no metrô londrino. São câmeras digitais que enviam imagens para telas de computador, as quais são analisadas por meio de um *software*, é ele que detecta aquilo que se destaca do fluxo, que não está adequado ao esperado. É a máquina que reconhece uma “situação de perigo”.

Enfim, a meta das câmeras não é a punição exemplar, como também revelam as entrevistas com os empresários, mas a prevenção, já que, como colocam esses entrevistados “a punição é um trabalho da polícia”, “a câmera apenas registra” e quando se destaca uma situação, quando ocorre um crime, as imagens são acionadas para funcionar como prova no moroso sistema jurídico, que se conecta com as instituições de confinamento em crise. Ao chegar no nível legal, o registro da câmera tem como principal

¹⁰⁷ Vislumbrando o debate internacional sobre o tema, destacam-se do fluxo os imigrantes.

¹⁰⁸ “Cada dispositivo tem o seu regime de luz, uma maneira como cai a luz, se esbate e se propaga, distribuindo o visível, fazendo com que nasça ou desapareça o objeto que sem ela não existe”. (Deleuze, 1996: 84).

função a exaltação da importância do esquema privado de segurança e do benefício das tecnologias para esse sistema.

Interessa detectar também que enquanto as supostas tentativas de limitar o funcionamento das câmeras focalizam o indivíduo, via privacidade, o sistema de monitoramento de câmeras digitais já transforma em puro fluxo de zeros e uns esses que ainda chamamos de indivíduos. Como foi explicado na apresentação desse texto, é no sistema binário que a máquina pode detectar, com cada vez menos interferência humana, os erros a serem corrigidos, os fluxos a serem reorientados, os sinais de alerta ou perigo, pois essa forma de monitoramento tem uma forma correlata de tomada de decisão e de interação com bancos de dados de informações. Quanto mais refinado o mecanismo digital de monitoramento, sejam câmeras de vigilância ou bancos de dados, menos interação humana para decidir o que é risco, e maior agilidade para redirecioná-lo, para compor o fluxo ou deletá-lo, fazê-lo desaparecer.

As tecnologias de vigilância congregam assim elementos para invisibilidade e desaparecimento numa velocidade cada vez mais ilimitada e menos humana, na contração do tempo presente na antecipação e na automação, possibilitando uma intensificação, por exemplo, de processos como o de extermínio nas cidades, ou se preferir exclusão e discriminação, sem precedentes. Contexto esse, que não permite mais a reclamação nostálgica do cronista Rubem Braga (1979), de que todos viramos número¹⁰⁹.

Quando Rubem Braga perde o sentido, Deleuze (2000) dá a direção ao afirmar que os indivíduos, identificados por assinatura ou por um número, tornaram-se individuais,

¹⁰⁹ “Quem trabalha o dia inteiro tem direito ao repouso noturno e é impossível repousar no 903 quando há vozes, passos e músicas no 1003. Ou melhor: é impossível ao 903 dormir quando o 1003 se agita; pois como não sei o seu nome nem o senhor sabe o meu, ficamos reduzidos a ser dois números, dois números empilhados entre dezenas de outros. Eu, 1003, me limito a Leste pelo 1005, a Oeste pelo 1001, ao Sul pelo Oceano Atlântico, ao Norte pelo 1004, ao alto pelo 1103 e embaixo pelo 903 - que é o senhor. Todos esses números são comportados e silenciosos; apenas eu e o Oceano Atlântico fazemos algum ruído e funcionamos fora dos horários civis; nós dois apenas nos agitamos e bramimos ao sabor da maré, dos ventos e da lua. Prometo sinceramente adotar, depois das 22 horas, de hoje em diante, um comportamento de manso lago azul. Prometo. Quem vier à minha casa (perdão; ao meu número) será convidado a se retirar às 21 :45, e explicarei: o 903 precisa repousar das 22 às 7 pois às 8:15 deve deixar o 783 para tomar o 109 que o levará até o 527 de outra rua, onde ele trabalha na sala 305. Nossa vida, vizinho, está toda numerada; e reconheço que ela só pode ser tolerável quando um número não incomoda outro número, mas o respeita, ficando dentro dos limites de seus algarismos. Peço-lhe desculpas - e prometo silêncio” trecho de Rubem Braga (1979) Recado ao senhor 903.

divisíveis, identificáveis por cifras ou senhas, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou bancos. Para esse filósofo, uma nova correlação de forças e novos agenciamentos coletivos relacionam-se com a mutação do capitalismo de concentração do século XIX, com a crise das instituições. Em consonância com este autor, a inserção de câmeras de monitoramento encontra-se como dispositivo de poder funcionando muito mais por controle contínuo, via comunicação imediata, num capitalismo de sobreprodução, que tem como objetivo a compra de ações e a venda de serviços, dentre eles, os relacionados a segurança ou oferecidos pela cidade revalorizada.

Gilles Deleuze também fornece uma chave de compreensão desse panorama empresarial, quanto aponta o *marketing* como instrumento de controle social contínuo e ilimitado. No contexto da revalorização, o *marketing* das cidades é constantemente acionado para a venda de um lugar turístico, cultural, histórico ou de negócios, e para a elevação da ação governamental e do empresariado ao patamar de preocupação com as demandas da população e da própria cidade. O funcionamento do negócio da inserção de câmeras de monitoramento e da segurança também tem, como se viu, suas estratégias de *marketing*. Se por um lado, o gerenciamento das cidades coloca seu *marketing* na colonização da memória e da história, para ampliar os ecos da vocação natural de um lugar, o gerenciamento da segurança o faz via colonização do medo, da sensação de insegurança. De fato, a inserção de câmeras de monitoramento relaciona-se com os processos de revalorização, auxiliando-os e intercambiando elementos, mas por isso também é um processo mais amplo, que merece ser descolado da questão da revalorização.

Afastar a possibilidade de análise das câmeras de monitoramento via sistema panóptico de Bentham e aproximá-la do pensamento de Gilles Deleuze, de conexões como vigilante+câmera+usuário, sinaliza a possibilidade de vislumbrar uma rede de relações atuais, invisíveis aos moldes disciplinares, e mais próximas das sociedades de controle. Isso não quer dizer que o pensamento de Foucault não tem mais lugar nesse novo panorama. A atualidade de seu pensamento continua sendo surpreendente, inclusive porque o próprio autor anteviu a crise das disciplinas (Foucault, 1994b).

Por isso mesmo voltar às análises de Foucault é necessário para sublinhar que o poder disciplinar não substituiu o poder soberano, pois na visão do filósofo a teoria da

soberania continuou a existir como ideologia do direito, organizando os códigos jurídicos do século XIX, ao lado da existência de discursos próprios do poder disciplinar. A sobreposição desses dois regimes de poder teve como papel fundamental mascarar os procedimentos disciplinares. “(...) uma vez que as coerções disciplinares deviam ao mesmo tempo exercer-se como mecanismos de dominação e ser escondidas como exercício efetivo de poder, era preciso que fosse apresentada no aparelho jurídico e reativada, concluída, pelos códigos judiciais, a teoria da soberania” (Foucault, 2002: 44)

O foco da legislação apresentada anteriormente sobre a idéia de indivíduo, via questão da privacidade como limite à atuação das câmeras, soa então como forma de acionar ou reativar um efeito e um objeto das disciplinas, apagando as técnicas e o funcionamento do poder na atualidade, que já ocorre de outra forma, numa sociedade de controle.

Assim, o tópico acerca da legislação dessa pesquisa deve ressaltar a circulação de discursos, os atores envolvidos nesse processo de privatização da segurança e o deslocamento de sua formatação e negociação para o âmbito privado. É nesse jogo, que o âmbito jurídico perpetua àquela brincadeira de esconde com o funcionamento dos mecanismos de vigilância. Nesse sentido, as relações de poder não passam fundamentalmente pelo direito ou pela imposição violenta, apesar dos principais movimentos¹¹⁰ de resistência a esses dispositivos de controle concentrarem-se na defesa da necessidade de construir e consolidar parâmetros legais que limitem e regulem sua utilização.

Acerca do foco sobre a privacidade, Stalder (2002) procura argumentar que a coleta e processamento de dados pessoais colocam os corpos físicos à sombra de um “corpo de dados”. Tanto as câmeras, como outras tecnologias de vigilância, garantem a inevitabilidade da transformação do indivíduo em fluxo e a interação constante com bancos de dados, na medida em que é nesse processo que se tem acesso a serviços, lugares, ou informações, por exemplo. Sinalizando a inexorabilidade desse processo,

¹¹⁰ A referência é aos movimentos citados anteriormente: Privacy International Organization, Electronic Frontier Foundation (EFF) e o New York Civil Liberties Union (NYCLU). É importante sublinhar que a pesquisa não pretende uma análise das formas de atuação desses movimentos, mas unicamente sugerir que as relações de poder não passam mais pelo direito focalizado por esses movimentos.

Stalder conclui pela completa inexistência da privacidade individual neste contexto. Ele afirma que o foco sobre a privacidade, que ele denomina como “uma espécie de bolha que cerca cada um” aplica uma estrutura conceitual do século 19 a um problema do século 21.

Ir além do panótico a partir dos autores aqui abordados para a compreensão das câmeras significa assim respeitar sua inscrição numa época específica, que é a do aumento da capacidade de vigilância e controle nas sociedades contemporâneas ocidentais, da velocidade transformada em valor, da focalização sobre os fluxos e sobre a mobilidade. Observar esse contexto significa relacionar um dispositivo de poder a um regime de luz, e enunciados e subjetividade às transformações.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa procurou fazer emergir os arranjos, os interesses, articulações, discursos e práticas relacionados à inserção das câmeras de monitoramento no cotidiano brasileiro, mais especificamente, no centro da cidade de São Paulo (Parque da Luz).

O estudo de caso proposto levou a uma aproximação do processo de revalorização da Região da Luz, que segue um modelo de gerenciamento das cidades alinhado com o capitalismo global, reunindo ações e interesses de governos locais, grupos empresariais, e combinando financiamentos de agências multilaterais, e dos setores público e privado. Nesse processo, verificou-se que uma determinada interpretação da memória e da história é acionada de forma nostálgica ou afetiva, para promover novos significados e usos para o lugar. O projeto de transformação da Região da Luz em local turístico e de lazer altera a paisagem urbana, transforma seus significados, e direciona circulação e permanência nesses locais para segmentos sociais específicos, que possam consumir os novos produtos da cidade, ela mesma administrada ou gerenciada de forma empresarial. No Parque da Luz as prostitutas, os cafetões, meninos de rua ou usuários de drogas, que aí circulavam, representavam um entrave a esse projeto da cidade e são excluídos ou resgatados conforme os interesses desse projeto.

As câmeras de monitoramento para segurança têm um papel chave nesse processo, pois se relacionam com um controle contínuo do fluxo de transeuntes, com o redirecionamento da circulação, da permanência, da mobilidade. O foco sobre a mobilidade a partir do processo de revalorização sinaliza então um investimento de uma determinada parcela da população para ampliar sua própria mobilidade, em detrimento de outros grupos, empurrados gradualmente para locais da cidade que permanecem em condições precárias. Ao reservar partes da cidade a uma parcela da população, para serem asseguradas pela segurança privada e suas câmeras de monitoramento; as áreas e grupos excluídos desse processo ficam a mercê da segurança a ser promovida por uma autoridade pública erodida. Revela-se assim, a radicalização da promoção do desaparecimento do conflito, que de forma mais contundente, é realizado por meio do desaparecimento de certa parte da população, no limite, uma política de extermínio.

Os debate sobre revitalização urbana normalmente incluem a questão da inserção das câmeras de monitoramento ou da segurança como um elemento a mais desse processo. No entanto, a pesquisa procurou apontar esses equipamentos como estando profundamente equacionados nos processo de revalorização, mas não como mero elemento constitutivo. O foco dessa pesquisa sobre as câmeras procura vislumbrar sua inserção em espaços de circulação pública de forma mais específica, apontando-o como dispositivo de funcionamento do poder na atualidade. Esse exercício da vigilância guarda com a revitalização dos centros urbanos uma relação simbiótica, de elementos intercambiáveis, que se reforçam mutuamente e compõe um amplo panorama de transformações sociais, políticas e econômicas.

As câmeras de monitoramento podem ser vislumbradas em sua conexão com a transformação da segurança em mercadoria, com o processo de minimização do Estado, com as mudanças no capitalismo, com a velocidade de avanço e obsolescência das tecnologias. Não apenas o processo de revalorização permite vislumbrar essas conexões, mas também a trajetória das câmeras apresentadas por meio do levantamento de proposições e normas legais.

No processo de revalorização, as câmeras no Parque da Luz remetem a um agravante: a representação da tecnologia como ascensão à modernidade. A simples instalação de um artefato tecnológico (e da exaltação da “cultura”) pode trazer esses ares de modernidade, mesmo que esse projeto mantenha e aprofunde assimetrias e desigualdades. Essa “modernidade” que se quer alcançar, representada pela câmera instalada no parque, aparece regida pelo mercado. A tecnologia analógica de câmeras do Parque da Luz é considerada obsoleta pelo mercado de segurança, que já aponta a biometria como tecnologia mais avançada para “aumentar níveis de segurança”, apontando também o fosso a ser transposto para nos tornarmos “modernos”.

Já a trajetória das câmeras por meio do levantamento de proposições legais sinaliza o crescimento mundial de circulação da segurança transformada em mercadoria, associado aos discursos sobre o medo e prevenção que estimulam as corporações que lucram com isso, num processo que desloca a segurança como papel do Estado. Tal deslocamento colabora com a minimização deste, de forma que, ineficiência do Estado é argumento e meta a ser conquistada para expansão do mercado. O levantamento da

legislação nesse sentido não tem como objetivo procurar uma origem legal para as câmeras, numa análise descendente do poder, como se sua implementação fosse uma imposição, um funcionamento exclusivamente repressivo do poder.

Enquanto dispositivo de poder as câmeras de monitoramento devem ser vistas além da aproximação com a análise foucaultiana do panóptico de Jeremy Bentham. As câmeras fazem parte de um outro regime de visibilidade, que não mais focaliza o indivíduo (sociedades disciplinares), mas sim o fluxo. Nesse universo de senhas de acesso, banco de dados, comunicação imediata e controle contínuo, sinaliza-se aqui a possibilidade de procurar compreender as câmeras muito mais próximas da sociedade de controle deleuziana. A pesquisa sugere então possíveis caminhos de compreensão das câmeras, ao apontar a automação deslocando a decisão e seu caráter político, o investimento na sensação de medo, a redefinição do conceito de segurança, a participação ativa e voluntária dos usuários no sistema de vigilância. A possibilidade de começar a vislumbrar vigilante+câmera+usuário é uma tentativa de aproximar as câmeras desse outro eixo teórico. Nesse sentido a presente pesquisa não se pretende conclusiva, mas um primeiro passo, de um longo percurso.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Julia P. *Da Cultura da Intervenção à Intervenção da Cultura: Consenso e Gentrificação nas Novas Estratégias de Revalorização do Centro Histórico de São Paulo*, Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de Geografia (USP), 2001.
- ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos* – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- ARANTES, Otília. “Cultura da cidade, animação sem frase” in *Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*, n. 24, Cidadania, 1996 (p.229-241).
- ATHAYDE, Clóvis. *Luz, notícias e reflexões*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1988, série: história dos bairros de São Paulo, vol. 27.
- BATISTA, Vera M. *O medo na cidade do Rio de Janeiro*, dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- BENNETT, Colin e REGAN, Priscila “Surveillance and Mobilities” in *Surveillance & Society* 1 (4): 449-455, 2004.
- BESSA, Vagner de Carvalho. “O setor de serviços às empresas” in Bessa, VC [et al], *Caminhos para o centro. Estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo*, Prefeitura Municipal de São Paulo, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e Centro de Estudos da Metrópole - São Paulo, 2004.
- BIETLOT, Mathieu. “Du disciplinaire au sécuritaire: de la prison au centre fermé”, *Multitudes, Revue trimestrielle, politique, artistique et culturelle*, l'édition papier en ligne, multitudes 11, Hiver 2003.
- BOSI, Alfredo. “Post-Scriptum 1992” in *Dialética da colonização*, 4ª ed, São Paulo: Companhia das Letras, 1992 (p.347-375).
- BRADBURY, Ray *Fahrenheit 451: a temperatura na qual o papel do livro pega fogo e queima* São Paulo: Globo, 2003
- BRAGA, R. “Recado ao senhor 903”, in *Para gostar de ler*. São Paulo: Ática, 1979. vol. 1, p. 74-75.
- BRAGA, S. VLAC, V. “Os usos políticos da tecnologia, o biopoder e a sociedade de controle: considerações preliminares”. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. VIII, 170(42), agosto, 2004. ISSN: 1138-9788
- CALDEIRA, Teresa P. R. *Cidades e muros, crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34 e Edusp, 2000.
- CALVINO, Ítalo *As cidades invisíveis* Rio de Janeiro: O Globo, 2003

CHEVITARESE, Leandro; Pedro, Rosa Maria R. L. *A questão da liberdade na sociedade tecnológica, por uma alegoria de Kafka e Dick*, Trabalho apresentado na XXVII Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação e, Ciências Sociais (Anpocs), Belo Horizonte, outubro, 2003.

COMIN, Álvaro. “Diagnóstico, oportunidades e diretrizes de ação”, in: : *Caminhos para o Centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo*, Emurb, Prefeitura Municipal de São Paulo, Cebrap e Cem, 2004, (p. xvii-xlv).

COSTA, Rogério da. “Sociedade de controle” in *São Paulo em Perspectiva*, Jan./Mar. 2004, vol.18, n.1 (p.161-167) ISSN: 0102-8839.

CUBAS, Viviane de Oliveira. *A expansão das Empresas de Segurança Privada em São Paulo*. Tese de Mestrado, USP, São Paulo, 2002.

DAVIS, Mike. *Cidade de Quartzo, escavando o futuro de Los Angeles*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1993.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. 1972-1990. Rio de Janeiro: Editora 34, Reimpressão, 2000.

_____. *Foucault*. Paris: Editions de Minuit, 1986.

_____. *O anti-Édipo, capitalismo e esquizofrenia* Lisboa: Assírio & Alvim, 1968

_____. “O que é um dispositivo” in *O mistério de Ariana* Lisboa: Vegas, 1996

DELUMAEU, Jean, URIBE, María [et al] *El miedo, reflexiones sobre su dimensión social y cultural*. Medellín: Corporación Región, 2002.

DIAFÉRIA, Lourenço; SOMEKH, Nádia; VIEGAS, Renato [et. al] *Um século de luz*. São Paulo: Scipione, 2001 (coleção Mosaico: ensaios & documentos)

DIAZ-ISENRATH, Maria Cecília. *Tecnologias analíticas: questões para uma leitura micropolítica da tecnologia da informação*, Trabalho apresentado no XII Congresso Brasileiro de Sociologia, Belo Horizonte, maio/junho de 2005.

DE-LILLO, Don *Cosmópolis* São Paulo: Companhia das Letras, 2003

FERREIRA, Pedro P. *Máquinas Sociais: o filo maquínico e a sociologia da tecnologia* Texto apresentado no evento Arte, Tecnociência e Política, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 25/10/2004. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/cteme/Pedro_ATP.pdf

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade, curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *Vigiar e Punir, história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *História da sexualidade I, A vontade de saber* – Rio de Janeiro:Edições Graal, 1988.

- _____. “La sécurité et l’État, entretien avec R. Lefort” in *Dits et Écrits*. Paris: Gallimard, 1994 (a)
- _____. “La société disciplinaire em crise, Conférence à L’Institut franco-japonais de Kansai, Kyoto” in *Dits et Écrits*. Paris: Gallimard, 1994 (b)
- FRUGOLI Jr., Heitor. “A questão da centralidade em São Paulo. O papel das associações de caráter empresarial” in *Rev. Sociol. Polit.*, Junho 2001, n.16, (p.51-66) ISSN 0104-4478, 2001.
- GIBSON, William *Idoru* São Paulo: Conrad, 1999
- GOIFMAN, Kiko. “Das ‘duras’ às máquinas do olhar: a violência e a vigilância na prisão”. *São Paulo em Perspectiva*, jul./set. 1999, vol.13, n.3, p.67-75. ISSN 0102-8839
- GUATTARI, Felix. “A restauração da paisagem urbana” in *Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*, n. 24, Cidadania, 1996 (tradução do texto original em inglês, 1989).
- HIER, Sean P. “Probing the surveillant assemblage: on the dialectics of surveillance practices as processes of social control” in *Surveillance & Society* 1 (3): 399-411, 2003.
- LEITE, Rogério Proença. “Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na *Manguetown*”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Junho 2002, vol.17, no.49, (p.115-134) ISSN 0102-6909
- JONES, Richard. “Digital Rule, punishment, control and technology”. *Punishment & Society*, Jan 2000; 2: 5 – 22, Sage Publications, London.
- KAFKA, Franz *O processo*, São Paulo: O Globo, 2003
- _____. *Na colônia penal*, São Paulo: Brasiliense, 1988
- KOSKELA, Hille. “‘Cam Era’ – the contemporary urban Panopticon”. *Surveillance & Society* 1 (3): 2392-313, 2003.
- LIANOS, Michalis. “Le contrôle social après Foucault” in *Surveillance & Society* 1 (3): 431-448, 2003.
- LYON, David. *El ojo electrónico, el auge de la sociedad de vigilancia*, edição em castelhano: Alianza Editorial, S.A., Madrid, 1995
- _____. “Technology vs ‘Terrorism’: Circuits of City Surveillance since September 11th”. *International Journal of Urban Regional Research*, vol. 27.3, September, 2003.
- MACIEL, Daniel *Impactos do projeto de revitalização do bairro da Luz: a visão das prostitutas*, 2005, Projeto de pesquisa, Depto. Antropologia, USP< Programa PIBIC/USP (2004), orientador Heitor Frugoli.
- MACHADO, Arlindo. “Máquinas de Vigiar”, dossiê Tecnologias, n. 7, *Revista USP*, set/nov, 1990, (p. 23-32).

- MACHADO, Roberto (org). *Microfísica do Poder* (textos, entrevistas de Michel Foucault). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- MAIA, Antônio C. “Sobre a analítica do poder em Foucault”, *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, 7 (1-2):83-103, outubro, 1995.
- MARTINEZ, Marta [et al] *Rostros del miedo, una investigación sobre los miedos sociales urbanos* Medellín: Corporación Región, março, 2003.
- MARX, Gary T. What’s news about the new surveillance? Classifying for change and continuity. *Surveillance & Society* 1 (1): 9-29, 2002.
- MENEGUELLO, Cristina “A preservação do patrimônio e o tecido urbano”, *Vitruvius*, seção Arqtextos, agosto 2000, disponível em duas partes em:
<http://www.vitruvius.com.br/arqtextos/arq000/esp007.asp>
<http://www.vitruvius.com.br/arqtextos/arq000/esp008.asp>
- MEYER, Regina; IZZO Jr., Alcino *Pólo Luz: Sala São Paulo, Cultura e Urbanismo*, SP: Ed. Terceiro Nome, 1999.
- MORAIS, Sérgio P. *Projeto luz – Paulista, o estudo da destruição do centro de uma cidade*, SP: Plêiade, 1998.
- NOVAES, Adauto *O homem-máquina: a ciência manipula o corpo*, São Paulo: Companhia das Letras, 2003
- _____. (org.) *Estação Luz da Nossa Língua*, Fundação Roberto Marinho, SP, 2003.
- OCQUETEAU, Frédéric. “A expansão da segurança privada na França, privatização submissa da ação policial ou melhor gestão da segurança coletiva?”. *Tempo Social; Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, 9(1): 185-195, maio de 1997.
- OLIVEIRA, Aryeverton F. *Empresas de vigilância no sistema de prestação de serviços de segurança patrimonial privada*, Tese de Mestrado, Esalq/USP, 2004.
- OLIVEIRA, Marcelo A. N. *Avenida Paulista : a produção contemporânea de uma paisagem de poder*, Tese de Doutorado, Unicamp, Campinas [SP : s.n], 1998.
- OLIVEIRA, Marcelo A. N. “Avenida Paulista: a produção de uma paisagem de poder” in Arantes, A. (org), *O espaço da diferença*, Campinas, SP: Papyrus, 2000.
- ORWELL, George *1984* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000
- PALLAMIN, Vera (org). *Cidade e cultura: esfera pública e transformação urbana*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- PASSETTI, Edson “Segurança, confiança e tolerância, comandos da sociedade de controle” in *São Paulo em Perspectiva*, 18 (1): 151-160, 2004

- PELBART, Peter P. *A vertigem por um fio, políticas da subjetividade contemporânea*. São Paulo: Iluminuras, 2000
- PINHO, Osmundo Descentrando o Pelô: Narrativas, Territórios e Desigualdades no Centro Histórico de Salvador, Dissertação de Mestrado, Unicamp, Campinas [SP : s.n], 1996.
- _____. "O corpo, a vida, a morte" in *Kafka, Foucault: sem medos* Edson Passetti (coord.), São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- RAGO, Margareth, ORLANDI, Luiz, VEIGA-NETO, Alfredo (orgs) *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*, Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- RIFKIN, Jeremy. *A era do acesso, a transição de mercados convencionais para Networks e o nascimento de uma nova economia*. São Paulo: Makron Books, 2001.
- SANCHEZ, Fernanda. "A reinvenção das cidades na virada do século, agentes, estratégias e escalas de ação política", *Rev. Sociol. Polit.*, Junho 2001, n.16 (p.31-49) ISSN 0104-4478
- SANDRONI, Paulo "A dinâmica imobiliária da cidade de São Paulo: esvaziamento, desvalorização e recuperação da região central" in *Caminhos para o Centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo*, Emurb, Prefeitura Municipal de São Paulo, Cebrap e Cem, 2004, (p. 363-380).
- SANTOS, Laymert Garcia dos. *Politizar as novas tecnologias, o impacto sócio técnico da informação digital e genética*, São Paulo: Editora 34, 2003.
- SILVA, Tomas Tadeu (org) *O Panótico / Jeremy Bentham*, Belo Horizonte: Autentica, 2000
- SOUZA, Luís Antônio Francisco de. "Obsessão securitária e a cultura do controle", *Rev. Sociol. Polit.*, Junho 2003, n.20 (p.161-165) ISSN 0104-4478
- SOUKEF Jr., Antônio Cem anos luz, São Paulo: Dialeto Latin American Documentary, 2000.
- STALDER, Felix. "Opinion: Privacy is not the antidote to surveillance." *Surveillance and Society*, n 1, vol. 1, pp. 120-124, 2002, ISSN: 1477-7487
- TELLES, Vera da Silva. *Trabalho, cidade e os elos perdidos da política*. Texto apresentado no Seminário "Francisco de Oliveira: a tarefa da crítica", Mesa: Os territórios, a cidade e as formas de habitação, Universidade de São Paulo, 12/6/2003.
- VIRILIO, Paul. *Velocidade e Política* – São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- VITALIS, A.; VIRILIO, P. "Le regard omniprésent de la vidéosurveillance", *Le Monde Diplomatique*, mars, 1998. Disponível em: <http://www.monde-diplomatique.fr/1998/03/VITALIS/10142> , última consulta 20 de dezembro de 2005.

WISNIK, Guilherme [et. al] Civilização na Cracolândia, Notas sobre a Sala São Paulo e a nova fronteira urbana da cultura in *Revista da Pós*, FAU – USP, n. 9, 2001.

WOOD, David. “Foucault and Panopticism Revisited” in *Surveillance & Society* 1 (3): 234-239, 2003.

ZUKIN, Sharon. “Aprendendo com Disney World” in *Espaços e Debates*, vol. 23, n. 43-44, jan/dez, 2003.

_____. “Paisagens do século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano” in Antonio A. Arantes (org). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000.

_____. *The Culture of Cities*, Oxford: Blackwell Publishers, 1995.

Documentos, revistas e jornais utilizados

“A history of video surveillance in England”, Not Bored, an anarchist journal, disponível em: <http://www.notbored.org/england-history.html>

“Ação Centro”, Prefeitura Municipal de São Paulo, disponível em: http://www6.prefeitura.sp.gov.br/empresas_autarquias/emurb/reabilitacao_centro/0001

“Ação Centro”, Prefeitura Municipal de São Paulo, livreto distribuído durante Congresso Urbis, de 14 a 18 de junho de 2004, São Paulo.

“Alta tecnologia = Homem”, José Miguel Senna d’Encarnação, Revista Security, ano V, n. 27, out/nov, 2002

Atas das reuniões do Conselho Gestor do Parque da Luz 13/03/04, 17/04/04, 15/05/04, 19/06/04, 17/07/04, 21/08/04, 16/10/04, 19/03/05, 16/07/05, 20/08/05, 10/09/05.

“Bom Retiro comemora aniversário”, Informe On Line, Associação Viva o Centro, disponível em <http://www.vivaocentro.org.br/noticias/arquivo/infonline261104d.htm> , última consulta 19 de dezembro de 2005.

Carta Aberta do Conselho Gestor do Parque da Luz endereçada ao Secretário Municipal Eduardo Jorge (Secretaria do Verde e do Meio Ambiente/SP), 03/06/2005.

Carta Aberta Ocupação Plínio Ramos, do Movimento de Moradia da Região Centro (MMRC), 05/07/2005.

Carta do Conselho Gestor do Parque da Luz, ao Secretário Municipal Benedito Mariano, (Secretaria Municipal de Segurança Urbana/SP), 09/09/03, fonte: Arquivo da Administração do Parque da Luz.

Cartilha de Segurança, mudanças de atitude e pequenos cuidados que são fundamentais para evitar a ação dos criminosos, Associação Viva o Centro, Programa Ação Local, disponível em: <http://www.vivaocentro.org.br/download/acaolocal/cartilhadesequilancia.pdf>
Última consulta em 19 de dezembro de 2005

“Centro de São Paulo: revitalização, especulação ou higienização?”, Revista Com Ciência, sessão de Notícias, 03 de outubro de 2004, disponível em: <http://www.comciencia.br/noticias/2005/10/urbanismo.htm> , última consulta 19 de dezembro de 2005

“Contra Ladrão, vizinhos apitam”, O Estado de São Paulo, Caderno MetrÓpole, 13/11/2005.

Croqui do Parque da Luz, sem data, fonte: Arquivo da Administração do Parque da Luz (imagem).

“Depois do café e da indústria, centro cultural”, Folha de São Paulo, Caderno Especial, 04/12/2002.

Electronic Frontier Foundation (EFF): <http://www.eff.org/>

“Estação da Luz abrigará museu da língua portuguesa até dezembro”, Folha de São Paulo, Caderno Ilustrada, 13/4/05 “Luz era um lugar encantador, diz aposentada”, Folha de São Paulo, Caderno Cotidiano, 25/01/2002.

“Estação Luz da Nossa Língua, Proposta de trabalho com professores”, Fundação Roberto Marinho, RJ, fevereiro de 2005 (Projeto).

“Estatísticas ABESE, Segurança eletrônica em números”, ABESE – Associação Brasileira das Empresas de Segurança Eletrônica,
http://www.abese.org.br/novo_site/estatisticas.asp

Fazendo vídeo, produção de vídeo semi-profissional, informações técnicas disponível em:
<http://www.fazendovideo.com.br/vtsin.htm> , última consulta 13 de dezembro de 2005.

“IBGE Revela a Organização Produtiva dos Serviços no Brasil”, 1999, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/04102001pas.shtm>

Imagem via satélite do Parque da Luz, Pointer 23°31'57"35 S; 46°38'10"59' W, elev 2451 ft, Eye alt 4324 ft, fonte: Image 2005, Digital Globe, Google Maps, 2005.

Imagem do monitor na sede da administração do Parque da Luz, Fonte: arquivo pessoal.

Informe Associação Viva o Centro, números 163 a 219, de outubro de 2000 a setembro de 2005, disponíveis em: <http://www.vivaocentro.org.br/publicacoes/informe/info.htm>

InterAção, Associação Viva o Centro, números 61 a 80, de junho de 2001 a setembro de 2003, disponível em: <http://www.vivaocentro.org.br/publicacoes/interacao/anteriores.htm> , última consulta 20 de dezembro de 2005.

“Interesting facts and figures in the UK security industry”, British Security Industry Association, disponível em: <http://www.bsia.co.uk/industry.html> , última consulta em 20 de dezembro de 2005.

“Introdução à segurança pessoal”, Léo Botelho, Jornal da Segurança, ano 12, n. 129, maio, 2005

“Lei 6.513 de 20 de dezembro de 1977, dispõe sobre a criação de áreas especiais e de locais de interesse turístico; sobre o inventário com finalidades dos bens de valor cultural e natural”, in: *Normas de Turismo Cultural*, IPHAN, Ministério da Cultura, disponível em: <http://www.minc.gov.br/legisl/docs/L-006513.htm> , última consulta 20 de dezembro de 2005.

“Lei 13.539, de 20 de março de 2003, que dispõe sobre a organização dos Conselhos Gestores dos Parques do Município”, fonte: Arquivo da Administração do Parque da Luz.

“Levantamento em São Paulo está atrasado”, Folha de São Paulo, Caderno Ilustrada, 11/01/1999.

Levantamento Parque da Luz, Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, Prefeitura Municipal de São Paulo, sem data, fonte: Arquivo da Administração do Parque da Luz.

Lista eletrônica de discussão do Conselho Gestor do Parque da Luz, acesso mediante moderador <http://br.groups.yahoo.com/group/conselhogestorparquedaluz>

Lista eletrônica de discussão do Fórum Centro Vivo, cadastramento em: <http://br.geocities.com/forumcentrovivo>, acesso mediante moderador: <http://br.groups.yahoo.com/group/centrovivo>

“Luz, bairro histórico, vai ganhar projeto de revitalização”, Folha de São Paulo, Caderno Cotidiano, 25/01/2002.

“Luz embeleza e modifica suas meninas”, Folha de São Paulo, Caderno Cotidiano, 29/04/2001.

“Luz era um lugar encantador, diz aposentada”, Folha de São Paulo, Caderno Cotidiano, 25/01/2002.

Luz – Histórico, Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, Prefeitura Municipal de São Paulo, sem data, fonte: Arquivo da Administração do Parque da Luz.

“Macro Projeto de Segurança para o Centro de São Paulo”, Francisco Wanderley Rohner, Segunda Companhia do Sétimo Batalhão da Polícia Militar, Acervo Associação Viva o Centro.

Memorandos pesquisados no arquivo da administração do Parque da Luz: Memo n. 03/03 (04/02/03), Memo. n. 005/03 (07/02/03), Mem. 030/Depave-511/03 (19/05/03), Mem. 057/Depave-511/03 (05/09/03), Memo. 058/Depave-511/03 (22/09/05), Memo. 080/Depave-511/03 (22/12/03), Memo n. 017/04 (24/03/04), Fonte: Arquivo da Administração do Parque da Luz.

“Mensagem ao Congresso Nacional 2001”, Ministério do Desenvolvimento Social, 2001, (p. 89-134) disponível em: https://www.presidencia.gov.br/publi_04/colecao/capn031.pdf

New York Civil Libetration Union (NYCLU): <http://www.nyclu.org/>

“Olhos frios, novas tecnologias podem abolir a vida privada”, Carta Capital, ano VII, n. 147, maio de 2001.

“Oportunidades em setores do Reino Unido, Segurança” in *Comércio e Investimento*, negócios com empresas britânicas. Embaixada Britânica no Brasil, disponível em: <http://www.britishembassy.gov.uk>, última consulta 20 de dezembro de 2005

“Os grandes projetos”, Pedro Taddei, ex-coordenador nacional do Programa Monumenta, disponível em: <http://www.minc.gov.br/textos/olhar/grandesprojetos.htm>

Painéis Viva o Centro memória do ciclo infra-estrutura urbana de São Paulo, coord. Érica Diogo e Karine Murachco, publicação das apresentações do evento Painel Infra-estrutura básica, 11 de novembro de 1997, auditório Banespa, São Paulo.

“Panoramic Overview of the Private Security Industry in the 25 Member States of the European Union”, Confederation of European Security Services, disponível em: <http://www.coess.org/stats.htm>

“Parque da Luz, Proposta de recuperação arquitetônica em ambiental”, Prefeitura Municipal de São Paulo, sem data, fonte: Arquivo da Administração do Parque da Luz.

“Pesquisa Anual de Serviços, 1999”, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/comercioeservico/pas/analisepas99.shtm> última consulta 20 de dezembro de 2005.

“Pesquisa Anual de Serviços, 2001”, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/15052003pas.shtm> última consulta 20 de dezembro de 2005.

“Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo”, promulgado e decretado como lei nº 13.430, em sessão de 23 de agosto 2002.

“Plano Reconstruir o Centro”, Prefeitura Municipal de São Paulo, disponível em: http://www6.prefeitura.sp.gov.br/guia/urbanismo/reconstruir_centro/diagnostico/0001

Polícia dá dicas de segurança para residências fechadas, disponível em: http://www.ssp.ba.gov.br/noticia.asp?cod_Noticia=189

“Prefeitura decide desapropriar Cracolândia”, Folha de São Paulo, Caderno Cotidiano, 09/09/05.

“Preparando o terreno para a iniciativa privada”, Revista Urbs, n. 38, ago/set. 2005.

Privacy International Organization: <http://www.privacyinternational.org/>

Programa de Revitalização de Áreas Ferroviárias – Projeto de revitalização e restauração da Estação da Luz e seu entorno, Ata da III Reunião – SP, 30 de abril de 1996 (programa lançado pelo Ministério dos Transportes, Portaria Ministerial 907, de 27 de outubro de 1993, propõe implementar revitalização de áreas ferroviárias consideradas subutilizadas), Acervo Associação Viva o Centro.

“Programa prevê preservação sustentável”, Folha de São Paulo, Caderno Cotidiano, 02/08/1998.

Projeto aprovado pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), número 023485, disponível em: <http://www2.minc.gov.br/cgmi/internetSac/conspronac.htm> Última consulta 15 de dezembro de 2005.

Propostas para segurança pública, *site* do deputado Vandelei Siraque, disponível em: <http://www.siraque.com.br/seguranca.asp>

“Prós e contras da revitalização de centros urbanos”, Revista Com Ciência, n. 29, Edição temática Cidades, março, de 2002, disponível em:

<http://www.comciencia.br/reportagens/cidades/cid02.htm> , última consulta 20 de dezembro de 2005

“Recuperação da luz une Estado e Prefeitura”, Folha de São Paulo, Caderno Ilustrada, 05/03/1999.

“Região da Luz”, editado por Instituto Cultural Itau – SP: ICI, 1994. 32p.: il – (cadernos cidade de São Paulo II; 9)

“Regulamentação do uso do Parque da Luz”, Portaria n. 23 / Depave/ 78; Portaria n. 95/ Depave/ 83, Acervo da Administração do Parque da Luz

Resumo da Conferência Cidades, populações urbanas, Ermínia Maricato, Cesare Ottolini, Sudha Sundararaman, Guillermo Rodriguez, Peter Marcuse, Gustave Massiah, Fórum Social Mundial, eixo II, mesa 6. Redigido por Érica Diogo, João Whitaker e Mariana Fix (LabHab-FAU-USP).

“Revisão das práticas de segurança”, Jornal da Segurança, n. 90, fevereiro, 2002, (p.18)

Revista Urbs, Associação Viva o Centro, edições 19 a 38, de dez/jan de 2001 a set/out de 2005, disponíveis em <http://www.vivaocentro.org.br/publicacoes/urbs/info.htm>

“Revitalização sustentável do patrimônio cultural brasileiro, Programa Monumenta/BID”, Unesco, disponível em: http://www.unesco.org.br/areas/cultura/ptangivel/monumenta/mostra_documento

“Roteiro Turístico do Centro de São Paulo: Pinacoteca do Estado”, Associação Viva o Centro, disponível em: <http://www.vivaocentro.org.br>

“São Paulo Centro XXI história e projeto”, “Painéis Viva o Centro memória do ciclo infraestrutura urbana na área central de São Paulo” e “Cartilha de Segurança”, todos da Associação Viva o Centro, disponíveis respectivamente em: <http://www.vivaocentro.org.br/biblioteca/>
<http://www.vivaocentro.org.br/download/acaolocal/cartilhadesequilancia.pdf>

“São Paulo, cidade no Mundo”, Revista da Secretaria de Relações Internacionais. Prefeitura de São Paulo, junho de 2004 (distribuída durante Congresso Urbis, de 14 a 18 de junho de 2004, São Paulo).

“Segurança Privada no Brasil”, FENAVIST - Federação Nacional de empresas de segurança e transporte de valores, Brasília, 2002, disponível em: <http://www.fenavist.com.br/site/noticias.asp?area=442>

“Segurança Privada no Brasil, dados estatísticos”, Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica, Serviços de Escolta e Cursos de Formação do Estado de São Paulo, disponível em: <http://www.sesvesp.com.br/quem06.htm>

Entrevistas e material de campo

Associação Viva o Centro: Foram realizadas 3 visitas à sede da Associação Viva o Centro para consulta ao acervo de suas publicações. Os veículos consultados foram: Informe AVC (número 163 a 219), Revista URBS (número 19 ao 38) e InterAção (número 61 a 80).

Atas das reuniões do Conselho Gestor do Parque da Luz, arquivo pessoal

Conversas com 2 seguranças da empresa Panamericana, entre 2002 e 2005, local: Parque da Luz, anotações em caderno de campo, arquivo pessoal

Conversas com 3 policiais da Guarda Civil Metropolitana, entre 2002 e 2005, local: Parque da Luz, anotações em caderno de campo, arquivo pessoal

Conversas com 4 policiais militares, entre 2002 e 2005, local : região da Cracolândia, anotações em caderno de campo, arquivo pessoal

Conversas com funcionários da Estação Ferroviária da Luz, entre 2002 e 2005, local: Parque da Luz, anotações em caderno de campo, arquivo pessoal

Conversas com 1 distribuidor da Revista Ocas, entre 2002 e 2005, local: Região da Luz, caderno de campo, arquivo pessoal.

Conversas com atendentes do Café da Pinacoteca, entre 2002 e 2005, local: Parque da Luz, anotações em caderno de campo, arquivo pessoal.

Conversas com membros do Conselho Gestor do Parque da Luz e acompanhamento de reuniões, caderno de campo, arquivo pessoal.

Entrevista com Carlos Vainer, 2002, gravação digital por telefone, arquivo pessoal

Entrevista com José Sevieri, 2002, gravação digital em encontro durante Exposec, arquivo pessoal.

Entrevista com José Sevieri, 2005, gravação digital em encontro durante Exposec, arquivo pessoal.

Entrevista com Julia Andrade, 2002, gravação digital por telefone, arquivo pessoal.

Entrevista com Marco Antônio Ramos de Almeida, realizado por Sérgio Mattos, 2005, gravação digital por telefone, arquivo pessoal.

Entrevista com Mariana Fix, 2002, gravação digital por telefone, arquivo pessoal.

Entrevista com Mariana Fix, 2005, realizada por Sérgio Mattos, gravação digital por telefone, arquivo pessoal.

Entrevista com Pedro Taddei, 2002, gravação digital por telefone, arquivo pessoal.

Entrevista com representante da Constanta Industrial Ltda. 2005, gravação digital em encontro durante Exposec, arquivo pessoal. (material publicitário da mesma empresa)

Entrevista com representante da FingerSec Ltda. 2005, gravação digital em encontro durante Exposec, arquivo pessoal. (material publicitário da mesma empresa)

Entrevista com representante da Ibrace (Instituto Brasileiro de Certificação é um organismo sem fins lucrativos, designado pela ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações – para conduzir processos de avaliação da conformidade técnica de produtos de telecomunicações e para conceder o certificado de conformidade), 2005, gravação digital em encontro durante Exposec, arquivo pessoal.

Entrevista com representante da IdTeck Brasil 2005, gravação digital em encontro durante Exposec, arquivo pessoal. (material publicitário da mesma empresa)

Entrevista com representante da Novacard, 2005, gravação digital em encontro durante Exposec, arquivo pessoal. (material publicitário da mesma empresa)

Entrevista com representante da TopWay, 2005, gravação digital em encontro durante Exposec, arquivo pessoal. (material publicitário da mesma empresa)

Entrevista com representante da Trielo, 2005, gravação digital em encontro durante Exposec, arquivo pessoal. (material publicitário da mesma empresa)

Panfletos e material publicitário distribuídos durante as Exposecs 2002 e 2005 – Constanta Industrial Ltda, FingerSec, IdTeck Brasil, Novacard, OWL tecnologia, Pelco, Plastrom Sensormatic, TopWay, Trade Web Security, Trielo, Uzil

CONSELHO GESTOR PARQUE JARDIM DA LUZ

CARTA ABERTA

São Paulo, 3 de junho de 2005
Ao Ilustríssimo Senhor Secretário
Eduardo Jorge
Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente

Fernando de Aquino Pereira tem sido nosso administrador desde 1998, quando foi convidado para o cargo após um conjunto de reformas em edificações e no paisagismo do parque. Mostrou-se um profissional competente e apaixonado por seu trabalho. Sua formação de historiador sempre foi muito bem aproveitada enquanto base para a promoção de um modo de interlocução com todos os agentes, sempre articulando as complexidades do parque e das comunidades a que serve em propostas de ação não apenas viáveis, mas efetivamente mobilizadoras, aglutinadoras dessa diversidade social e cultural freqüentadora do parque. Com efeito, conseguiu fortalecer o grupo de pessoas que lutavam pela recuperação do Jardim da Luz como importante espaço de lazer do centro da cidade. Com Fernando, este grupo tem sustentado uma série de eventos e atividades, que se destacaram e vieram a contribuir ativamente na criação legal dos Conselhos Gestores de Parques Municipais. Fernando sempre esteve à frente de inúmeras atividades e eventos realizados no parque, inclusive envolvendo os bairros do Bom Retiro e da Luz. Citamos, como exemplo, as duas primeiras festas de aniversário do Bom Retiro, o evento “Cante pela Paz” com as comunidades judaica e muçulmana, o debate “Sopa de Letras” sobre patrimônio histórico e ambiental, concurso de pintura infantil, acolhimento à torcida coreana durante o jogo decisivo da Coréia pela Copa do Mundo e a campanha para evitar o lançamento de lixo no chão.

Enfrentou vários desafios, sendo o mais difícil o de ser mediador entre o público usuário e freqüentador, policiais estaduais e municipais, trabalhadoras do sexo, funcionários terceirizados de manutenção e vigilância, chegando a sofrer agressão por parte de um PM. Sua habilidade para contemporizar os diversos interesses e seu empenho na criação dos Conselhos Gestores dos Parques Municipais recebeu menção de louvor da Câmara Municipal.

Sabemos que o cargo de administrador de parque é de livre provimento dentre profissionais da confiança da Secretaria. Por outro lado, nosso Regimento Interno, publicado no D.O.M. de 10/08/2004, em seu artigo 3º, inciso IV, determina que “O Conselho Gestor terá o Administrador como seu Coordenador”. Nestas condições, entendemos que a possibilidade da mudança deveria ser comunicada ao Conselho, que deveria ter a oportunidade de se manifestar. Entretanto, da mesma forma que Fernando, os integrantes do Conselho Gestor foram pegos de surpresa com a abertura de um processo seletivo para a escolha de novos administradores para os parques municipais sem que os atuais tivessem sido previamente avisados e incluídos neste processo. O edital causou um mal estar pois muitos administradores ficaram excluídos do processo pelos pré-requisitos exigidos e ainda tiveram que informar aos candidatos que tipo de programas desenvolviam em sua gestão. Este foi um golpe certo, não apenas ao Fernando, mas também aos demais administradores que já vinham sofrendo um processo de desgaste contínuo. Pelo que sabemos esta Administração nunca realizou sequer uma reunião com os administradores dos parques e não respondeu às demandas encaminhadas, nem sobre as necessidades mínimas para a manutenção do espaço público que administravam. Para o cúmulo, foi retirado do Fernando o padrão de vencimentos DA-9, condição pela qual veio ao Parque da Luz e necessária para gerenciar tamanha complexidade.

Repudiamos a forma da substituição do administrador e perguntamos: qual a concepção de gestão compartilhada e de participação popular desta Administração?

Assinam esta carta conselheiros e colaboradores:

Seguiram 77 assinaturas.

Projetos de lei, Medidas Provisórias e outras proposições do Senado Federal para utilização e/ou regulamentação de uso de câmeras como dispositivo de segurança, no período de 1998-2005 (última verificação 09/7/05).

Sistema de busca de informações on line, disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon>

PLS 168/2005

Autor: Tasso Jereissati - PSDB/CE

Data: 12/05/2005

Tramitando: sim

Ementa: Dispõe sobre o sistema de segurança privada, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas privadas que exploram os serviços de segurança, e dá outras providências.

Última ação: 31/05/2005 CAE - comissão de assuntos econômicos

Situação: matéria com a relatoria. O Presidente da Comissão, Senador Luiz Otávio, designa o Senador Romeu Tuma Relator da matéria.

PLS 265/2004

Autor: Rodolpho Tourinho - PFL/BA

Data: 16/09/2004

Tramitando: sim

Ementa: Altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências, para estender o sistema de segurança dos estabelecimentos financeiros aos caixas eletrônicos.

Última ação: Tramitando 14/06/2005 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e

Cidadania Situação: matéria com a relatoria. Encaminhado ao Gabinete do Relator, Senador Leomar Quintanilha, para reexame, atendendo solicitação.

PLS 42/1998

Autor: Júlio Campos – PFL/MT

Data: 11/02/1998

Situação: Tramitando: não

Ementa: estabelece a obrigatoriedade da utilização de câmera interna para registro em vídeo em todos os caixas eletrônicos que funcionem fora do horário de expediente dos bancos.

Última ação: Arquivada

PLC 62 de 1982

Autor: Executivo Federal

Data: 27/05/1982

Situação: transformada em norma jurídica sancionada. Lei 7102/83

Ementa: dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores e da outras providências.

Última ação: processo arquivado em 27/09/83

DEC 89056/1983

Autor: Poder executivo

Data: 24/11/1983

Ementa: Regulamenta a Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores e da outras providências.

Última ação: Publicado em 25/11/1983, 019891, 1, Diário Oficial da União.

Lei 8863/1994

Autor: Poder legislativo

Data: 29/03/1994

Ementa: Altera a lei 7.102, de 20 de junho de 1983.

Última ação: Publicado em 29/03/1994, 004553, 2, Diário Oficial da União

DEC 1592/1995

Autor: Poder Executivo

Data: 10/08/1995

Ementa: Altera dispositivos do decreto 89.056, de 24 de novembro de 1983, que regulamenta a lei 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e da outras providências.

Última ação: Publicado em 11/08/1995, 012115, 1, Diário Oficial da União.

MPV 753/1994

Autor: Poder Executivo

Data: 07/12/1994

Ementa: altera dispositivos da lei 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e da outras providências.

Última ação:

MPV 818/1995

Autor: Poder Executivo

Data: 06/01/1995

Ementa: altera dispositivos da lei 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e da outras providências.

MPV 888/1995

Autor: Poder executivo

Data: 31/01/1995

Ementa: estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos e insumos químicos que possam ser destinados à elaboração da cocaína em suas diversas formas e de outras substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, e altera dispositivos da lei 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das

empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transportes de valores, e da outras providências.

Observação: fusão da MPV-000818 com a MPV-000821. Nota: perdeu a eficácia (pef).

Edições anteriores: MPV-000818, MPV-000753. MPV-000821, MPV-000756.

MPV 933/1995

Autor: Externo Executivo Federal

Data: 02/03/1995

Ementa: estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos e insumos químicos que possam ser destinados à elaboração da cocaína em suas diversas formas e de outras substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, e altera dispositivos da lei 7102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e da outras providências.

Observação: Reedição da MPV 888/1995 (Governo FHC)

Lei 9017/1995

Oriunda do PLV 5 de 1995 – projeto de lei de conversão

Também pode ser encontrada como MPV 933 de 1995

Autor: Comissão Mista Especial

Data: 31/03/1995

Ementa: estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos e insumos químicos que possam ser destinados à elaboração da cocaína em suas diversas formas e de outras substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, e altera dispositivos da lei 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento de empresas particulares que explorem serviços de vigilância e de transporte de valores, e da outras providências.

Projetos de lei, Medidas Provisórias e outras proposições da Câmara dos Deputados para utilização e/ou regulamentação de uso de câmeras como dispositivo de segurança, no período de 1998-2005 (última verificação 09/7/05).

Sistema de busca de informações on line, disponível em:

<http://www.camara.gov.br/sileg>

Segundo o site, as informações do sistema de banco de dados anteriores a 2001 podem estar incompletas.

16 propostas na década de 2000 – ordem decrescente

23) PL 5695/2005

Autor: Jefferson Campos - PMDB /SP

Data de Apresentação: 04/08/2005

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Ordinária

Apensado(a) ao(a): PL-1786/1999

Situação: PLEN: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Dispõe sobre a instalação de câmeras de segurança nas agências bancárias e em outras instalações que prestem serviços bancários.

Última Ação: 12/8/2005: coordenação de comissões permanentes (CCP) - Apensação desta proposição ao PL 1786/1999.

22) PL 5018/2005

Autor: Cabo Júlio – PMDB/MG

Data de Apresentação: 06/04/2005

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Ordinária

Apensado ao: PL 4057/ 1998

Situação: PLEN: Tramitando em Conjunto.

Despacho: 15/4/2005 - Apense-se a(o) PL-4057/1998

Ementa: Dispõe sobre a segurança nos terminais eletrônicos de atendimento bancário.

21) PL 5000/2005

Autor: Cabo Júlio – PMDB/MG

Data de Apresentação: 05/04/2005

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Regime de tramitação: Ordinária (Tramitando)

Situação: CME: Pronta para Pauta.

Ementa: Dispõe sobre a instalação de sistemas de gravação de imagens em postos revendedores de combustíveis e dá outras providências.

15/4/2005 - Às Comissões de Minas e Energia; Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II.

Última Ação: 7/6/2005 - Comissão de Minas e Energia (CME) - Parecer do Relator, Dep. Nelson Meurer (PP-PR), pela aprovação.

20) PL 4780/2005

Autor: Carlos Nader – PL/RJ

Data de Apresentação: 22/02/2005

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Regime de tramitação: Ordinária

Situação: MESA: Arquivada.

Ementa: Dispõe sobre o monitoramento de estádios de prática desportiva e dá outras providências.

Despacho: 28/2/2005 - Às Comissões de Turismo e Desporto e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II.

Última ação: 29/4/2005 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - arquivada, nos termos do artigo 164, § 4º do RI.

19) MPV 184/2004

Também chamada MSC 212/2004 ou EMC 1

Autor: Poder Executivo

Data de Apresentação: 11/05/2004

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Urgência

Situação: MESA: Transformado em Norma Jurídica.

Ementa: Abre crédito extraordinário aos Orçamentos Fiscal e de Investimento da União, em favor dos Ministérios da Justiça, dos Transportes e da Defesa, para os fins que especifica.

Explicação da Ementa: Visando a implantação do Sistema de Segurança nos Portos Nacionais.

Última Ação: 12/8/2004 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)- OF -SF, encaminhando autógrafos deste projeto promulgado. Transformado na Lei 10.935/04. DOFC 13 08 04 PAG 01 COL 01. DCD 13 08 04 PAG 34711 COL 01.

18) PL 3976/2004

Autor: João Caldas – PL/AL

Data de Apresentação: 03/08/2004

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Regime de tramitação: Ordinária (Tramitando)

Situação: CCJC: Pronta para Pauta.

Ementa: Acrescenta novo parágrafo ao art. 66º da Lei nº 9.504 de 30 de Setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Obrigando a instalação de câmera de filmagem em circuito interno de televisão para registrar o andamento da votação nas seções eleitorais.

Despacho: 11/8/2004 - À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD).

Última Ação: 15/6/2005 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)- Parecer do Relator, Dep. Antonio Cruz (PP-MS), pela constitucionalidade, juridicidade e má técnica legislativa; e, no mérito, pela rejeição.

17) PL 3970/2004

Autor: Carlos Nader – PFL/RJ

Data de Apresentação: 02/08/2004

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Ordinária

Apensado (a) ao(a): PL-1786/1999

Situação: PLEN: Tramitando em Conjunto.

Ementa: Dispõe sobre a instalação do sistema de monitoração e geração eletrônica de imagens, através de circuito fechado de televisão, em estabelecimentos financeiros e dá outras providências.

Despacho: 5/8/2004 - Apense-se este ao PL-1786/1999.

Última Ação: 6/8/2004 coordenação de comissões permanentes (CCP) - Apensação desta proposição ao PL 1786/1999 (descrito abaixo)

16) PL 3773/2004

Autor: Carlos Nader – PFL/RJ

Data de Apresentação: 15/06/2004

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Regime de tramitação: Ordinária (Tramitando)

Situação: CSPCCO: Pronta para Pauta.

Ementa: Estabelece a obrigatoriedade do uso de sistema de vigilância eletrônica nas escolas públicas e dá outras providências.

28/6/2004 - Às Comissões de Educação e Cultura; Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; Finanças e Tributação (Art. 54 RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II.

Última Ação: 21/6/2005 Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) - Parecer do Relator, Dep. Paulo Rubem Santiago (PT-PE), pela rejeição.

15) PL 3341/2004

Autor: Carlos Nader - PFL /RJ

Data de Apresentação: 13/04/2004

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Regime de tramitação: Ordinária
Apensado(a) ao(a): PL-4057/1998
Situação: PLEN: Tramitando em Conjunto.
Ementa: "Dispõe sobre a obrigatoriedade da contratação de vigilantes nas casas lotéricas, correspondentes bancários e bancos postais".
Indexação: Obrigatoriedade, estabelecimento comercial, loteria, convênio, (CEF), bancos, (ECT), contratação, vigilante, instalação, sistema de segurança, equipamento eletrônico, audiovisual, fiscalização, (MJ), penalidade, infrator, lei federal, segurança, instituição financeira.
Última Ação: 23/4/2004 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)- Apense-se a(o) PL-4057/1998

14) PL 1047/2003
Autor: Maninha – PT/DF
Data de Apresentação: 21/05/2003
Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Regime de tramitação: Ordinária
Apensado(a) ao(a): PL-4057/1998
Situação: PLEN: Tramitando em Conjunto.
Ementa: Torna obrigatória a presença de atendentes e a instalação de câmeras de segurança em serviços de bancos 24 horas e caixas eletrônicos e de adaptações para acesso de deficientes físicos.
Indexação: Obrigatoriedade, instituição financeira, bancos, presença, atendente, instalação, equipamentos, segurança, câmera de vídeo, caixa eletrônico, período, funcionamento, proteção, usuário, atendimento, necessidade especial, deficiente físico.
Despacho: 5/6/2003 - Apense-se ao PL-4057/1998.
Última Ação: 5/6/2003 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Apense-se ao PL-4057/1998.

13) PL 908/2003
Autor Carlos Nader – PFL/RJ
Data de Apresentação: 07/05/2003
Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Regime de tramitação: Ordinária
Apensado(a) ao(a): PL-7298/2002
Situação: CCJC: Tramitando em Conjunto.
Ementa: Acrescenta parágrafo ao art. 34 do Decreto - Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.
Explicação da Ementa: Proibindo o condenado por seqüestro e tráfico de drogas utilizar-se de aparelhos eletrônicos e telefones celulares; Autorizando o controle das visitas por câmeras de televisão, exceto as de caráter íntimo.
Despacho: 19/5/2003 - Apense-se ao PL-7298/2002.
Última Ação: 19/5/2003 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Apense-se ao PL-7298/2002. 12/12/2003 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Recebimento pela CCJR, apensado ao PL-7298/2002, que Dispõe sobre a proibição de regalias no Sistema Penitenciário Brasileiro e não trata especificamente do tema câmeras.

12) PL 879/2003
Autor: Eduardo Cunha – PPB/RJ

Data de Apresentação: 30/04/2003
Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Regime de tramitação: Ordinária (Tramitando)
Situação: CVT: Aguardando Parecer.
Ementa: Obriga as empresas de ônibus a terem GPS e câmeras de vídeo.
Última Ação: 14/12/2004 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Designado Relator, Dep. Wellington Roberto (PL-PB).

11) PL 700/2003

Autor: Pompeo de Mattos – PDT/RS
Data de Apresentação: 08/04/2003
Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Regime de tramitação: Ordinária
Situação: CCJC: Pronta para Pauta. (Tramitando)
Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de câmeras de filmagem nos shopping centers e similares.
Despacho: 22/4/2003 - Às Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Violência e Narcotráfico; e de Constituição e Justiça e de Redação (Art. 54)- Art.24, II.
Última Ação: 20/9/2004-Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Parecer do Relator, Dep. Reginaldo Germano, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com substitutivo, e do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, com subemenda substitutiva.

10) PL 7426/2002

Autor: Cabo Júlio – PST/MG
Data de Apresentação: 04/12/2002
Apreciação:
Regime de tramitação:
Situação: MESA: Devolvida ao Autor.
Ementa: Dispõe sobre o monitoramento e identificação de visitantes de sentenciados e presos provisórios, nas unidades prisionais e cadeias públicas.
Última ação: 04/12/2002 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Devolva-se à proposição em virtude de se encontrar em tramitação o PL 7307/02, do mesmo parlamentar, de idêntico teor.

10 a) PL 7307/2002

Autor: Cabo Júlio – PST/MG
Data de Apresentação: 07/11/2002
Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Regime de tramitação: Ordinária
Situação: CCJC: Aguardando Designação de Relator.
Ementa: Dispõe sobre o monitoramento e identificação de visitantes de sentenciados e presos provisórios, nas unidades prisionais e cadeias públicas.
Última ação: 02/06/2005 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Recebimento pela CCJC

9) PL 4065/2001

Autor: Pompeo de Mattos – PDT/RS
Data de Apresentação: 07/02/2001
Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

Regime de tramitação: Ordinária
Situação: MESA: Arquivada.
Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de câmeras de filmagem nos shopping centers e similares.
Despacho: 9/3/2001 - Despacho à CREDN e CCJR (Artigo 54 do RI) - Artigo 24, II
Pareceres, Votos e Redação Final.
Última Ação: 19/11/2001 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Arquivado nos termos do Artigo 133 do RI. DCD 29 11 01 Pág 61063 Col 01.

8) PL 3070/2000
Autor: Pompeo de Mattos – PDT/RS
Data de Apresentação: 18/05/2000
Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Regime de tramitação: Ordinária
Apensado(a) ao(a): PL 4057/1998
Situação: PLEN: Tramitando em Conjunto.
Ementa: Dispõe sobre a segurança nos caixas eletrônicos e bancos 24 horas e dá outras providências.
Última Ação: 24/5/2000 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (mesa)- apense-se ao PL 4057/98.(despacho inicial)

7 propostas na década de 1990 – ordem decrescente

7) PL 1786/1999
Autor: Enio Bacci – PDT/RS
Data de Apresentação: 30/09/1999
Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Regime de tramitação: Ordinária
Apensado(a) ao(a): PL 453/1999
Situação: PLEN: Tramitando em Conjunto.
Ementa: Dispõe sobre a instalação de sistema de monitoração e gravação eletrônica de imagem através de circuito fechado de televisão em estabelecimentos financeiros e dá outras providências.
Última Ação: 5/11/1999 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - apense-se ao PL. 453/99.(despacho inicial)

6) PL 1675/1999
Autor: Jorge Pinheiro – PMDB/DF
Data de apresentação: 15/09/1999
Regime de tramitação: Ordinária
Apensado ao PL 4057/1998
Situação: PLEN: Tramitando em conjunto
Ementa: Torna obrigatória a existência de sistema de segurança em casas lotéricas de todo o país.
Última ação: 13/09/2001 – Mesa diretora da Câmara dos Deputados – MESA - Apense-se ao PL-4057/1998. Decisão da Presidência determinando a apensação deste ao PL. 4057/98.

5) PL 1299/1999
Autor: Antônio do Valle – PMDB/MG
Data de Apresentação: 24/06/1999

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Regime de tramitação: Ordinária
Situação: MESA: Arquivada.
Ementa: Acrescenta parágrafo ao art. 34 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal - sobre a pena cumprida por seqüestradores.
Explicação da Ementa: proibindo os presos por crimes de seqüestro utilizarem aparelho celular e instituindo visita vigiada por câmeras de televisão, salvo as de caráter íntimo do cônjuge ou do companheiro ou companheira.
Última Ação: 31/1/2003 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno

4) PL 1128/1999

Autor: Valdomiro Meger – PFL/PR
Data de Apresentação: 09/06/1999
Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II
Regime de tramitação: Ordinária
Situação: MESA: Arquivada.
Ementa: dispõe sobre a instalação de câmeras de vídeo em hospitais.
Despacho: 16/8/1999 - despacho inicial a CSSF e CCJR (artigo 54 do ri) - artigo 24, ii.
Última Ação: 22/5/2001 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Arquivado nos termos do Artigo 133 do RI. (Res. 17/89) DCD 29 05 01 Pag 24720 Col 01.

3) PL 453/1999

Autor: Enio Bacci – PDT/RS
Data de Apresentação: 30/03/1999
Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Regime de tramitação: Ordinária
Apensado(a) ao(a): PL-4057/1998
Situação: PLEN: Tramitando em Conjunto
Ementa: Dispõe sobre a segurança nos caixas eletrônicos e 24 horas e dá outras providências.
Explicação da Ementa: exigindo a instalação de sistema de filmagem, monitoramento e vigilância durante todo o período de funcionamento.
Despacho: 13/9/2001 - Apense-se ao PL-4057/1998. Decisão da Presidência determinando a apensação deste ao PL 4057/98.
Última Ação: 13/9/2001 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Apense-se ao PL-4057/1998. Decisão da Presidência determinando a apensação deste ao PL 4057/98

2) PL 4057/1998

Autor: Celso Russomano – PPB/SP
Data de Apresentação: 08/01/1998
Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário
Regime de tramitação: Ordinária
Situação: PLEN: Pronta para Pauta. (tramitando)
Ementa: Acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, a fim de tornar obrigatório o uso de instrumentos de filmagem nos caixas eletrônicos.
Última Ação: 4/4/2001 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - Leitura e publicação dos pareceres da CREDN, CFT e CCJR. Pronto para a Ordem do Dia. PL 4057-C/98.
DCD 05 04 01 pag 12133 col 01.

Projetos Apensados PL 453/1999, PL 1675/1999, PL 3070/2000, PL 5059/2001, PL 7320/2002, PL 1047/2003, PL 3026/2004, PL 3341/2004, PL 3822/2004, PL 4863/2005, PL 5018/2005

1) PL 2608/1996

Autor: Inácio Arruda – PCdoB/CE

Data de Apresentação: 04/12/1996

Regime de tramitação: Ordinária

Ementa: dispõe que as instituições financeiras ficam obrigadas a manter diuturnamente no sistema de 'caixas eletrônicos' e '24 horas' corpo de segurança para proteção de seus usuários e instalação de sistema de filmagem e monitoramento permanentes. - poder conclusivo das comissões - artigo 24, inciso ii.

Última ação: 9/3/1998 - mesa diretora da câmara dos deputados (mesa) - arquivado, nos termos do artigo 133 do ri. dcd 12 03 98 pag 6214 col 01.

Projetos de lei e outras proposições da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, para utilização e/ou regulamentação de uso de câmeras como dispositivo de segurança, no período de 1996 a 2005. (última verificação 09/7/05).

Sistema de busca de informações on line, disponível em:

<http://www.al.sp.gov.br/portal/site/alesp/menuitem.3245e12ef60ccea5176679cd560041ca/>

11 propostas sobre câmeras na década de 2000 – em ordem decrescente

19) PL 289/2005

RGL: 3076/2005

Autor: Geraldo Vinholi - PDT

Data de apresentação: 12/05/2005

Tramitação: Ordinária (Tramitando)

Ementa: Obriga a instalação de câmeras de monitoramento em cabines de pedágio.

Fase atual: Comissão – CCJ – Donizete Braga

Último andamento 01/07/2005 Enviado de PC-PROTOCOLO DAS COMISSÕES para Gabinete Donizete Pereira Braga (guia 9486/2005)

18) PL 66/2005

RGL: 729/2005

Autor: Jonas Donizette - PSB

Data de apresentação: 01/03/2005

Tramitação: Ordinária (Tramitando)

Ementa: Obriga as instituições financeiras a instalarem câmeras de vídeo com sistema de gravação remoto nos locais onde ocorra movimentação financeira em papel moeda.

Fase atual: Prontos para Ordem do Dia

Último andamento 24/06/2005: pronto para a ordem do dia

17) PL 109/2004

RGL: 542/2004

Autor: Marquinho Tortorello - PPS

Data de Apresentação: 4/3/2004

Tramitação: Ordinária (Tramitando)

Ementa: Obriga os estabelecimentos comerciais, que utilizam sistemas de vigilância equipados com câmeras de vídeo, a protegerem a individualidade de seus consumidores.

Fase atual: Comissão – CFO
Último andamento 30/03/2005: Recebido com parecer do relator Mário Reali favorável ao projeto com a emenda da CCJ

PL 845/2003

(não trata diretamente do tema câmeras)

RGL: 06084/2003

Autor: Milton Vieira - PSL

Data de Apresentação: 11/09/2003

Tramitação: Ordinária (Tramitando)

Ementa: Institui o programa segurança e lazer

Fase atual: Comissão – CFO – Paulo Sérgio

Último andamento: 24/06/2004: Entrada na Comissão de Finanças e Orçamento

16) Projeto de resolução 51/2003

RGL: 08401/2003

Autor: Maria Lúcia Amary - PSDB

Data de Apresentação: 20/11/2003

Tramitação: Ordinária (Tramitando)

Ementa: Dispõe sobre a instalação e uso de detectores de metais e câmeras de circuito interno na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

Fase atual: Comissão – CFO

Último andamento: 15/04/2004: Recebido na mesa

15) Indicação 750/2002

RGL: 02510/2002

Autor: Valdomiro Lopes - PSB

Data de Apresentação: 17/12/2002

Tramitação: Ordinária

Ementa: Indica ao Senhor Governador a criação de um Programa de Segurança nas escolas públicas do estado, com a presença de policiais militares e equipamentos como bloqueios com detectores de metal e câmeras, com a utilização voltada exclusivamente ao controle da segurança, jamais para a verificação de conteúdo ministrado.

Fase atual: Arquivo

Último andamento 19/12/2002: Enviado de SRPL-SERV. REG. PROT. LEG. Para Dep. Valdomiro Lopes (guia 14728/2002)

14) PL 235/2002

RGL: 02476/2002

Autor: Valdomiro Lopes - PSB

Data de Apresentação:

Tramitação: Ordinária (Tramitando)

Ementa: Cria o Programa de Segurança nas escolas públicas do estado de São Paulo

Fase atual: Comissão – CFO (Tramitando)

Último andamento 30/06/2005: Publicação requerimento do Autor solicitando seja esta propositura apresentada para a oitiva junto à Comissão Permanente de Segurança Pública, visto ter recebido parecer contrário da Comissão de Educação e o quer analisado no mérito pela Comissão Permanente de Segurança Pública.

PL 144/2002

(não trata diretamente do tema câmeras)

RGL: 01373/2002
Autor: Idem a PL 845/2003
Tramitação: Ordinária
Data de Apresentação: 15/03/2002
Ementa: Idem a PL 845/2003
Fase atual: Arquivo
Último andamento 15/04/2003: Arquivado pelo setor de arquivo na caixa 14.01.085

13) PL 115/2002
Autor: Geraldo Vinholi - PDT
Data de Apresentação: 08/03/2002
Tramitação: Ordinária
Ementa: Dispõe sobre a permanência de vigilantes nos caixas “Eletrônicos” automáticos e “24 Horas” no âmbito do Estado de São Paulo.
Fase Atual: Arquivo
Último andamento 10/12/2003 Arquivado pelo Setor de Arquivo na caixa 14.01.102

PL 56/2002
(não trata diretamente do tema câmeras)
RGL: 00478/2002
Autor: Roque Barbieri - PTB
Data de Apresentação: 20/02/2002
Tramitação: Urgência
Ementa: Autoriza as associações ou conjuntos de moradores a dotarem seus imóveis com sistema de segurança privada
Fase atual: Ordem do dia
Último andamento 05/07/2004: Ordem do dia – Alteração de deliberação

12) PL 780/2001
RGL: 07424
Autor: Conte Lopes - PP
Data de apresentação: 20/11/2001
Tramitação: Ordinária
Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de Serviço de Vigilância e Segurança nos Caixas Eletrônicos.
Fase atual: Arquivo
Último andamento: Arquivado pelo setor de arquivo na caixa 14.01.102

11) PL 291/2001
RGL: 3418/2001
Autor: Antônio Mentor – PT
Data de apresentação: 28/05/2001
Tramitação: Ordinária (Tramitando)
Ementa: Torna obrigatória a afixação de aviso ao público em locais que mantenham instaladas câmeras de filmagem para o monitoramento da circulação de pessoas.
Fase atual: Prontos para Ordem do Dia
Último andamento: 14/06/2005: 21ª Sessão Extraordinária - levantada.

10) Indicação 271/2001
RGL: 01333/2001
Autor: Vanderlei Siraque - PT

Data da Apresentação: 20/03/2001

Tramitação: Ordinária

Ementa: Indica ao Senhor Governador estudos visando instalar câmeras de vídeo nas escolas públicas do Estado.

Fase atual: Arquivo

Último andamento 06/09/2001: Recebido no SERVIÇO DE ARQUIVO (guia 10600/2001)

PL 248/2000

(não trata diretamente do tema câmeras)

RGL: 02822/2000

Autor: Pedro Mori - PDT

Data de Apresentação – 02/05/2000

Tramitação: Ordinária

Ementa: Torna obrigatório o cadastramento junto a Secretaria de Segurança Pública dos prestadores de serviços de chaveiro e de instalador de sistemas de segurança, bem como dos respectivos cursos de treinamento, formação e habilitação.

Fase atual: Arquivo. Transformado na lei no 11.066, publicada em 19/03/2002.

Último andamento 26/04/2002: Arquivado pelo setor de arquivo na caixa 14.01.053

9) Moção 173/2000

RGL: 5973/2001

Autor: Carlos Zarattini – PT

Data de Apresentação: 26/10/2000

Ementa: Manifesta repúdio à iniciativa do Governo Federal de promover o desemprego na categoria dos trabalhadores em segurança e vigilância privada, através da instalação de equipamentos eletrônicos nos órgãos públicos federais e apela para o Senhor Presidente da República no sentido de sustar as substituições em curso.

Fase Atual: Arquivo

8 propostas sobre câmeras na década de 1990 – em ordem decrescente:

8) PL 92/1998

RGL: 01075/1998

Autor: Israel Zacker - PTB

Tramitação: Ordinária

Data de Apresentação: 12/03/1998

Ementa: Dispõe sobre as normas de segurança para funcionamento de estabelecimentos financeiros

Fase atual: Arquivo

Último andamento 24/05/1999: Recebido no Serviço de Arquivo (guia 00936/1999)

7) PL 497/1997

RGL: 07588/1997

Autor: Nelson Fernandes - PT

Data de Apresentação: 03/09/1997

Tramitação: Ordinária

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação e monitoramento de câmeras de vídeo nos Bancos 24 Horas e Caixas-automáticos.

Fase atual: Arquivo Transformado na Lei nº 10428, publicada em 03/12/1999.

Último andamento 14/03/2000: Recebido no SERVIÇO DE ARQUIVO (guia 03583/2000)

6) PL 454/1997
RGL: 07209/1997
Autor: Célia Artacho - -PTB
Data de Apresentação: 19/08/1997
Tramitação: Ordinária
Ementa: Autoriza os poderes do estado a implantarem sistema de segurança preventivo em seus órgãos.
Fase atual: Arquivo
Último andamento 22/03/2000: Recebido no Serviço de Arquivo (guia 04382/2000)

5) PL 281/1997
RGL: 05222/1997
Autor: Vaz de Lima – PSDB
Data de apresentação: 03/06/1997
Tramitação: Ordinária
Ementa: Dispõe sobre a instalação de sistema de segurança nos “Caixas Eletrônicos” e “24 horas” no âmbito do estado.
Fase atual: Não identificado – Migração
Último andamento 23/10/1999: Publicado requerimento do Autor solicitando, nos termos do parágrafo único do artigo 1o da resolução no 801, de 1999, seja dada continuidade deste PL, que se encontra pronto para Ordem do dia (DA, p. 12).

4) PL 12/1997
RGL: 00017/1997
Autor: Campos Machado - PTB
Data de Apresentação: 04/02/1997
Tramitação: Prioridade
Ementa: Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com a Prefeitura do Município de São Paulo, para instalação de câmeras de vídeo com a finalidade de auxiliar as polícias, Civil e Militar, no combate ao crime e à violência.
Fase atual: Arquivo. Transformado na Lei nº 9.967, publicada em 08/05/1998
Último andamento 02/07/1998 Recebido no SERVIÇO DE ARQUIVO (guia 00908/1998)

3) PL 683/1996
RGL: 07109/1996
Autor: José Carlos Tonin - PMDB
Data de Apresentação: 30/10/1996
Tramitação: Ordinária
Ementa: Dispõe sobre a instalação de câmeras de vídeo em caixas eletrônicas e bancos 24 horas.
Fase atual: Arquivo
Último andamento 08/04/1997: Publicado despacho de arquivamento

2) PL 449/1996
RGL: 04757/1996
Autor: Sylvio Martini - PL
Data de Apresentação: 26/06/1996
Tramitação: Prioridade
Ementa: Veda a instalação e funcionamento de “Caixa Eletrônico” e “Banco 24 Horas” sem o sistema de segurança que especifica
Fase atual: Arquivo

Último andamento 21/05/1999: Recebido no SERVIÇO DE ARQUIVO (guia 00931/19999)

1) PL 89/1996

RGL: 00698/1996

Autor: Mariângela Duarte - PT

Data de apresentação: 23/02/1996

Tramitação: Prioridade

Ementa: Dispões sobre a instalação de equipamentos de segurança na entrada dos estabelecimentos bancários e postos de atendimento bancário (PAB's)

Fase atual: Arquivo

Último andamento 21/05/1999: Recebido no SERVIÇO DE ARQUIVO (guia 00929/1999)

PL 884/1993

(não trata diretamente do tema câmeras)

RGL: 6009/1993

Autor: Erasmo Dias - PPB

Data de Apresentação: 28/09/0993

Tramitação: Ordinária

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos de ensino de primeiro e segundo grau cumprirem programa da disciplina "Segurança e Risco: Segurança Pessoal"

Fase atual: Prontos para ordem do dia

Último andamento 03/04/1997: Publicada errata do parecer 461/97, da CCJ.

Projetos de lei e outras proposições da Câmara Municipal de São Paulo, para utilização e/ou regulamentação de uso de câmeras como dispositivo de segurança, no período de 1996 a 2005. (última verificação 09/7/05).

Sistema de busca de informações on line, disponível em:

<http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/cidades.pl?cidade=S%E3o%20Paulo&estado=SP>

8 propostas na década de 2000, em ordem decrescente.

8) PL 363/2005

Autor: Attila Russomanno – PP

Lido na sessão: 051-so

Data de leitura: 21/6/2005

Ementa: dispõe sobre a instalação de câmeras para vigilância em logradouros com alta incidência de furtos, roubos e acidentes, e dá outras providências.

7) PL 861/2003

Autor: Roger Lin - PPS

Lido na sessão: 286-so

Data de leitura: 10/12/2003

Ementa: dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de câmeras com gravação nos terminais de transporte coletivo, no âmbito do município de São Paulo e dá outras providências.

6) PL 330/2003

Autor: José Olímpio – PMDB

Lido na sessão: 240-so

Data de leitura: 3/6/2003

Ementa: dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de câmeras e alarmes no interior dos berçários em hospitais e maternidades municipais, e dá outras providências.

5) Decreto 43.236, de 2003

Ementa: regulamenta a lei nº 13.541, de 24 de março de 2003, que determina a colocação de placas informativas sobre filmagem de ambientes.

4) Lei 13.541, de 2003

Oriunda do PL 680/2001, do Vereador Ricardo Montoro – PSDB.

Ementa: dispõe sobre a colocação de placa informativa sobre filmagem de ambientes, e dá outras providências.

3) PL 680/2001

Transformado na lei nº 13.541

Autor: Ricardo Montoro – PSDB

Lido na sessão: 106-so

Data de leitura: 13/12/2001

Ementa: estabelece a obrigatoriedade de colocação de placa informativa sobre filmagem de ambientes, na forma e locais que especifica, e dá outras providências.

2) PL 172/2001

Autor: Celso Jatene – PTB

Lido na sessão: 024-so

Data de leitura: 5/4/2001

Ementa: dispõe sobre a instalação de câmeras filmadoras nos principais cruzamentos do município de São Paulo, e dá outras providências.

1) PL 141/2001

Autor: Antonio Paes – PL

Lido na sessão: 018-so

Data de leitura: 22/3/2001

Ementa: dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de micro-câmeras com gravação nos ônibus, trolebus e micro-ônibus que prestam serviços no município de São Paulo e dá outras providências.



Imagens de Satélite com zoom diferenciado sobre região central de São Paulo e Parque da Luz.
Fonte: Google Maps, 2005

